

ESPIRALES



Foto: Constanza Pasan

Trabalho e
Trabalhadorxs
na América Latina

n. V :: Vol. II :: outubro de 2020 :: ISSN 2594-9721

ESPIRALES

n. V :: volume II :: outubro de 2020

COMITÉ/COMITÊ EDITORIAL

Armstrong da Silva
Domingos de Almeida
Fernando Rodrigues
Flavia Foresto Porto da Costa
Guilherme Silva da Cruz
Hannah Guedes de Souza
Henrique Neto Santos
Macarena Mercado Mott
María Silvina Sosa Vota
Pedro Silva
Rafael Teixeira de Lima
Rodrigo Abi-Ramia
Tania Rodriguez Ravera

CONSELHO CIENTÍFICO

Angélica Reis (UEL)
Carlos Iramina (UNICAMP)
Daniela Schlogel (UNICAMP)
Francieli Martins (UNESP)
Friedrich Maier (UNESP)
Giovanna Sampaio (UFBA)
Ítalo Casemiro
Joana Salém (USP)
Karina Ciolli (CEIL-CONICET)
Lucía Siola (UdelaR)
Mariana Espinosa
Rodolfo Sanches (UNESP)
Sara Cufre (CEIL-CONICET)

CAPA

Constanza Pasian

Revista Espirales (n. 5, vol. 2, outubro 2020) - Foz do Iguaçu, PR.
Universidade Federal da Integração Latino-americana. 183 páginas.
Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>.
ISSN 2594-9721.

1. Relações Internacionais. 2. Educação. 3. Ciência Política.
4. Cultura. 5. História. 6. Economia. 7. Comunicação.

CONTATOS

Revista Espirales - UNILA - PPG-Integração Contemporânea da América
Latina (ICAL).

Parque Tecnológico Itaipu - PTI (Bloco 4 - Espaço 3 - Sala 5)
Av. Tancredo Neves, 6731 - Foz do Iguaçu - PR. CEP 85867-970

Endereço eletrônico: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>

Email: revistaespirales@gmail.com

ÍNDICE

Espaço Crítico

- 9 O papel do empoderamento na luta antirracista
Maciana de Freitas e Souza, Francisca Ilania de Alencar e Aylana Paula dos Santos Silva

Dossiê: Trabalho e Trabalhadorxs na América Latina

- 13 Geopolítica do trabalho: panorama da precarização do trabalho em Foz do Iguaçu
João Pedro Fritsch Cararo
- 27 Precarização, sofrimentos e memórias dos trabalhadores das madeireiras no Marajó: a quem interessa(va) o silêncio?
Enapio Dutra do Carmo, Maria Vitória Costa Fernandes e Nilza de Sousa Medeiros
- 47 Para decifrar o mundo do trabalho:
um relato de experiência com a técnica da entrevista
Hiago Trindade
- 65 A comunidade de maragogipinho: tradição, trabalho e desafios
Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes
- 84 “Um agravamento muito forte da taxa de exploração”: reestruturação produtiva e estranhamento em tempos de capitalismo financeiro
Rafael Lucas Santos da Silva
- 101 Sociologia e trabalho: clássicas concepções
Rhuann Fernandes
- 124 Uma década de crise: diálogos entre a precarização do trabalhador e o retrato de deterioração social no filme “Você não estava aqui” (2019)
Lucas Eduardo Silveira de Souza, Luis Otávio Silveira de Souza e Raphael Salatino Palomares
- 145 Pandemia do Covid-19 no Brasil: impactos do auxílio emergencial na vida dxs agricultorxs familiares, assentados da reforma agrária na cidade de goiás velho.
Glaucia Maria Ribeiro de Souza e Jorge Luis Triana Riveros

Expressões Artísticas e Culturais

- 171 Pedra
Sergio Schangel
- 172 A agricultura familiar baiana: entre o sertão e o cotidiano
Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes
- 176 Trabajadorxs y producción campesino-indígena familiar en la Amazonía boliviana: retratos del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS)
Marta Cerqueira Melo

APRESENTAÇÃO

É com enorme prazer e satisfação que apresentamos a vocês o quinto número da nossa Revista Espirales, cujo tema central são xs trabalhadorxs latinoamericanxs e caribenhxs e suas formas de trabalho. Em um momento de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, agravada pela pandemia do COVID-19, altos índices de desemprego, informalidade e superexploração da força de trabalho, nos parece fundamental fortalecer espaços como este para diálogos, reflexões críticas e proposição de alternativas.

Abrindo o nosso número, temos a resenha crítica de Maciana de Freitas e Souza, Francisca Ilania de Alencar e Aylana Paula dos Santos Silva “O papel do empoderamento na luta antirracista” sobre o livro de Joice Berth “O que é empoderamento?”, dentro da seção Espaço Crítico.

Na sequência, “Geopolítica do trabalho: panorama da precarização do trabalho em Foz do Iguaçu”, inicia este dossiê e, nas palavras do próprio autor, João Pedro Fritsch Cararo, busca traçar um “panorama do desenvolvimento histórico e cenário atual do trabalho em Foz do Iguaçu, como reflexo de interesses geopolíticos brasileiros no século XX, apontando para a materialização de diferentes relações de poder, e para a necessidade de organização da classe trabalhadora.”

O artigo “Precarização, sofrimentos e memórias dos trabalhadores das madeireiras no Marajó: a quem interessa(va) o silêncio?” de Enapio Dutra do Carmo, Maria Vitória Costa Fernandes e Nilza de Sousa Medeiros, questiona as narrativas hegemônicas sobre o capitalismo e sua pretensa marcha rumo ao progresso. Esse tortuoso caminho nos é apresentado a partir dos relatos de trabalhadores das madeireiras da região do Marajó, no estado do Pará. A destruição da natureza e de modos de vida tradicionais e a consequente vulnerabilidade dos trabalhadores são o eixo central dessa contra-narrativa que xs autorxs constroem partindo de testemunhos daqueles que foram vítimas do processo.

Em “Para decifrar o mundo do trabalho: um relato de experiência com a técnica da entrevista”, Hiago Trindade defende a importância dos relatos de experiência em pesquisas voltadas à questão do trabalho. Utilizando como referência trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, Trindade apresenta alguns resultados e reflexões provenientes da aplicação de entrevistas a trabalhadores de uma indústria têxtil.

Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes nos apresenta em “A comunidade de Maragogipinho: tradição, trabalho e desafios” o trabalho atrelado à cultura. As obras e oficinas de barro como fator cultural formador e aglutinador de uma comunidade isolada no Nordeste brasileiro. Por meio de um belo trabalho fotográfico, somos apresentados a esta localidade, à excelência técnica dos oleiros e do autor.

Num trabalho harmônico entre o discurso dos trabalhadores, a escrita do artigo e a fotografia apresentados percebemos a centralidade dos sujeitos estudados na narrativa apresentada. Longe de ofuscar o trabalho do autor, apenas evidencia sua sensibilidade artística e intelectual no tratamento destes importantes e recentes relatos que falam por si.

Já “‘Um agravamento muito forte da taxa de exploração’: reestruturação produtiva e estranhamento em tempos de capitalismo financeiro”, de Rafael Lucas Santos da Silva, discute as transformações no mundo do trabalho nas três últimas décadas, considerando as múltiplas dimensões da reestruturação produtiva que tensionam novas formas de exploração da força de trabalho. Com foco no contexto brasileiro, o autor analisa como essa nova fase do capitalismo, presidida pela lógica financeira, marca uma intensificação do fenômeno do estranhamento, bem como da precarização do trabalho.

O artigo “Sociologia e Trabalho: Clássicas concepções” de Rhuann Fernandes, nos (re) apresenta as diferentes interpretações clássicas das obras de Marx, Weber e Durkheim e a importância (e atualidade) de sua visão do “trabalho”. Constitui, então, um importante trabalho teórico em torno da categoria e o debate ao redor da própria definição do que é trabalho. Uma revisão bibliográfica crítica, extensa e interessante traz à tona as comparações inevitáveis tratadas pelo autor que auxiliam no entendimento destes pensadores, mais do que nunca, de grande importância para o pensamento ocidental, em visões que são clássicas e por isso mesmo sempre atuais.

Na sequência, Lucas Eduardo Silveira de Souza, Raphael Salatino Palomares e Luis Otávio Silveira de Souza apresentam “Uma década de crise: diálogos entre a precarização do trabalhador e o retrato de deterioração social no filme ‘Você não estava aqui’ (2019)”, artigo que trata dos fenômenos de precarização e uberização do trabalho e como essas dinâmicas são retratadas na filmografia do fim da década de 2010. Refletindo sobre o papel do cinema na abordagem e problematização dos fenômenos sociais - com foco no filme “Você não estava aqui” (2019), de Ken Loach -, o artigo apresenta uma análise do movimento capitalista contemporâneo de retirada de direitos e precarização das relações de trabalho. Ademais, o texto aborda como a pandemia do COVID-19 agrava a crise mundial das últimas décadas, tornando o caos social não uma exceção, mas uma regra cotidiana.

E, para fechar o dossiê, “Pandemia do COVID-19 no Brasil: impactos do auxílio emergencial na vida de agricultorxs familiares, assentados da reforma agrária na cidade de Goiás Velho”, xs autorxs, Glaucia Maria Ribeiro de Souza e Jorge Luis Triana Riveros, nos apresentam importantes informações acerca dos impactos do auxílio emergencial,

criado pelo governo brasileiro, entre os trabalhadores rurais de assentamentos da reforma agrária a partir do estudo dos agricultores de Goiás Velho, GO. Neste sentido, somos apresentados aos impactos e à importância deste auxílio na vida destas pessoas e sua percepção sobre os objetivos e a importância deste programa, apontando também as limitações de alcance do auxílio, mesmo entre aqueles que se encaixam nos requisitos necessários.

A nossa seção Expressões Artísticas e Culturais traz três contribuições: no poema “Pedra”, Sergio Schargel traduz brilhantemente em algumas linhas o sentimento que mais cedo ou mais tarde atinge cada um de nós, que buscamos compreender e intervir na realidade à nossa volta. Em “A agricultura familiar baiana: entre o sertão e o cotidiano”, Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes nos apresenta registros fotográficos que dão visibilidade ao dia a dia dos trabalhadores rurais do sertão da Bahia. E “Trabajadorxs y producción campesino-indígena familiar en la Amazonía boliviana: retratos del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS)” é o título da coletânea de imagens capturadas por Marta Cerqueira Melo no Território Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure, no coração da Bolívia, evidências da manutenção da ancestralidade dos povos que ali habitam a partir dos trabalhos que desenvolvem, fechando em grande estilo o nosso número.

Nós, como estudantes e egressxs do mestrado em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com o lançamento de mais este número, reafirmamos nosso compromisso com a democratização de saberes, com o pensamento crítico e a integração de nossos povos latino-americanos e caribenhos para superarmos tanto a conjuntura quanto a estrutura da era em que vivemos.

Boa leitura e ótimas reflexões!
Comitê Editorial Revista Espirales



Constanza Pasian

Nacida en Corrientes (Argentina), bióloga, fotógrafa y realizadora audiovisual, su trabajo siempre ha tenido a la naturaleza como foco, ampliando su horizonte con registros visuales antropológicos, y de artistas en el último tiempo. Ha registrado la naturaleza y vida rural de Corrientes en su época de investigadora en biología y realizó algunos cortometrajes documentales como “Higinio”, “Techo de paja”, “Pastizales”, “Soledad” y “Nati”, centrados en Corrientes, Misiones y Jujuy.

Constanza es una de las colaboradoras de esta edición con su mirada en las páginas de Espirales.



Espaço Crítico



O PAPEL DO EMPODERAMENTO NA LUTA ANTIRRACISTA

Maciana de Freitas e Souza¹

Francisca Ilania de Alencar²

Aylana Paula dos Santos Silva³

“O que é Empoderamento”? escrito pela arquiteta e urbanista Joice Berth, título da coleção feminismos plurais, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro, traz reflexões a respeito do conceito de empoderamento evidenciando as concepções de diversos intelectuais a exemplo de Paulo Freire, Michel Foucault, Hannah Arendt bem como apresenta conceitos do feminismo negro do pensamento de Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Angela Davis e entre outras autoras. O livro é dividido em quatro partes intituladas: “Opressões estruturais e empoderamento: um ajuste necessário”, “Ressignificação pelo feminismo negro”, “Estética e afetividade: noções de empoderamento” e as considerações finais.

Berth inicia seu percurso a partir de contribuições teóricas afirmadas em Michel Foucault e Hannah Arendt para explicar o que se entende por poder. Para Foucault, o poder se constitui enquanto prática de controle social e dominação que atravessa toda a estrutura social. Para a filósofa alemã, o poder resulta do “agir conjunto”, portanto, somente o coletivo pode fornecer respostas relevantes para a produção de ações – resistências. A autora expõe algumas causas legitimadoras da expansão das desigualdades, causas que se fazem importante conhecer, e chama atenção para a lógica neoliberal e seu processo de manutenção do status quo.

Para Berth na perspectiva freireana é importante que o empoderamento seja fundado numa percepção crítica sobre a realidade social para a construção de ações práticas na realidade concreta, pois sem se contrapor à ordem vigente não há empoderamento efetivo. Por isso assinala Berth que:

(...) quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente, um entendimento sobre sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor (BERTH, 2018, p.14).

A nossa formação dependente, com sua economia escravista, trouxe diversas implicações socioeconômicas, políticas e culturais para a população negra. Nesse sentido, há uma manutenção das estruturas hierárquicas que legitima essas opressões. Desse ponto de vista, empoderar-se, para Berth, “(...) é um instrumento de emancipação política e social”, com vistas a possibilidade de direitos e autonomia dos sujeitos (BERTH, 2018, p.42).

Diante dessas considerações, surge o desafio do ensino-aprendizagem a partir da teoria crítica para a construção de uma educação emancipadora que possa

¹ Pós-Graduada em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família pela instituição Faculdade Vale do Jaguaribe. Bacharela em serviço social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN).

² Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN)

³ Graduanda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN).

compreender as dinâmicas e narrativas para a transformação social. Berth enfatiza que “(...) uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento” (BERTH, 2018, p. 42). Dessa forma, além do ensino, a questão organizativa se constitui também como um ponto fundamental para que mudanças sociais e políticas possam ser vistas na realidade.

O enfoque principal do livro está na importância do feminismo negro bem como da luta social para o alcance de direitos. A autora reforça a necessidade de um olhar atento às situações de assimetrias por meio de uma abordagem respeitosa, no intuito de evitar a reprodução de estereótipos e noções problemáticas acerca dessas temáticas. A partir disso, Joice Berth ressalta que muitas vezes pela mídia o “empoderamento” é visto apenas por uma ótica individual, levando ao esvaziamento original do termo e apropriação do discurso pelos grupos hegemônicos:

O empoderamento enquanto prática social necessária no ápice de sua cooptação e distorção tem sido literalmente vendida sobretudo por aqueles que almejam manter o status quo formador de acúmulos e desequilíbrios sociais. Esse fenômeno social cria clãs micro-opressores que não tem condições psicológicas para conduzir outros indivíduos pelos caminhos processuais de autodescoberta sociopolítica, simplesmente porque nem ao menos buscaram erradicar dentro de si mesmos as internalizações perversas do sistema de opressão a que estão expostos (BERTH, 2018, p.83).

Conforme o neoliberalismo se desenvolve, por meio das instituições ele amplia seu poderio, na realidade, não há a intenção ou um projeto nesse sentido de mudanças das relações de poder, mas sua lógica está voltada a “(...) continuar exercendo o controle social sobre grupos oprimidos e não visam a transformação” (BERTH, 2018, p.54). É diante desse cenário que para Berth (2018, p.131) o mercado exerce:

Apropriação do discurso para a venda de um empoderamento pasteurizado, de fachada, paternalista, mais interessado em manter o estado atual das coisas do que estimular o caldo efervescente de personalidades e demandas silenciadas por opressões que se cruzam.

O feminismo negro compreende que as categorias estruturais raça, gênero e classe não devem ser vistas de forma dissociadas. Embora a interseccionalidade pautar o discurso do movimento feminista e negro, muitas instituições ainda reproduzem a lógica colonial. Nesse sentido cabe perguntar: É possível avançar significativamente sem se contrapor ao ensino pautado na visão colonial?

Apesar das mudanças existentes na sociedade brasileira com a criação de políticas públicas afirmativas, tem-se muito para avançar na prática. Nesse processo, considera-se de fundamental importância leituras que possam contribuir com a desconstrução de práticas discriminatórias e com a formação política dos brasileiros. Portanto se faz necessário uma educação antirracista e decolonial, que seja construída por aqueles que foram subalternizados pelo sistema capitalista e hegemônico, tendo como eixo um pensamento crítico e reflexivo. – pois como aborda Berth “Empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo” (BERTH, 2018, p. 130).

Desse modo, consideramos de grande importância o papel do feminismo negro, enquanto abordagem crítica que revela a produção de hierarquias e contribui para a organização e a resistência das mulheres negras. A compreensão dos processos históricos como também a questão de gênero e outras categorias sociais e políticas precisam ser consideradas em sala de aula, pois na realidade brasileira há uma sub-representação das mulheres negras nos espaços públicos, portanto é preciso construir “estratégias de enfrentamento ao sistema racista e redes de solidariedade” (BERTH, 2018, p.73).

Portanto, a escrita de Joice Beth reforça o empoderamento enquanto prática social que visa descortinar as opressões de raça e gênero, de modo a fortalecer a luta antirracista e o Estado Democrático de Direito. Neste sentido, as reflexões produzidas devem ser ponto de partida para a atualização de nossas análises conjunturais tendo como horizonte a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIA

BERTH, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

Dossiê:

Trabalho e
Trabalhadorxs
na América Latina



GEOPOLÍTICA DO TRABALHO: PANORAMA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM FOZ DO IGUAÇU

João Pedro Fritsch Cararo¹

Resumo: O presente artigo busca, dentro do recorte geográfico representado pelo município de Foz do Iguaçu, responder à pergunta: “*quais são as raízes históricas das problemáticas do desemprego e do trabalho informal?*” Para isso, são abordados temas que se relacionam com a construção da oferta de emprego e de mão-de-obra em Foz do Iguaçu, a organização dos trabalhadores, o trabalho informal e temas próprios à realidade de fronteira. Dessa forma, discute a geopolítica brasileira e necessidade de desenvolvimento de Foz do Iguaçu; a imigração em Foz do Iguaçu; as raízes da problemática do trabalho na localidade; formas de organização dos trabalhadores na localidade e, ainda, o desemprego e trabalho informal na tríplice fronteira. Sendo construído, dessa forma, um panorama de temas que influenciam direta e indiretamente nas dinâmicas de exploração do trabalho em Foz do Iguaçu no passado e na atualidade, materializando a modificação das formas de exploração e necessidade de, em contraposição, modificar as formas de criar identificação enquanto classe trabalhadora.

Palavras-chave: Migração; Mercado de trabalho; Geopolítica.

GEOPOLÍTICA DEL TRABAJO: RESUMEN DEL TRABAJO PRECARIO EN FOZ DE IGUAZÚ

Resumen: Este artículo busca, dentro del esquema geográfico representado por el municipio de Foz de Iguazú, responder a la pregunta: “¿Cuáles son las raíces históricas de los problemas del desempleo y el trabajo informal?” Para eso, se abordan temas relacionados a la construcción del empleo y la oferta laboral en Foz de Iguazú, la organización de trabajadores, el trabajo informal y temas específicos de la realidad fronteriza. De esta manera, analiza la geopolítica brasileña y la necesidad de desarrollo en Foz de Iguazú; inmigración en Foz de Iguazú; las raíces del problema del trabajo en la localidad; formas de organización de los trabajadores de la localidad y desempleo y trabajo informal en la triple frontera. Por lo tanto, se construye una visión general de los temas que influyen directa e indirectamente en la dinámica de la explotación laboral en Foz de Iguazú en el pasado y hoy, materializando el cambio de las formas de explotación y la necesidad de, por el contrario, modificar las formas de crear identificación como clase trabajadora.

Palabras clave: Migración; Mercado de trabajo; Geopolítica.

GEOPOLITICS OF WORK: OVERVIEW OF JOB INSECURITY IN FOZ DO IGUAÇU

Abstract: The present article seeks, inside the geographic cutout represented by the municipality of Foz do Iguaçu, answer the question: “*what are the historical roots of the problem of unemployment and informal work?*” For that, are addressed topics that relate to the construction of job offer and labor in Foz do Iguaçu, the organization of workers, informal work and themes that are specific to the reality of borders. This way, discuss the Brazilian geopolitics and the necessity of development of Foz do Iguaçu; the immigration in Foz do Iguaçu; The roots of the problem of work in the locality; means of organization of workers in Foz do Iguaçu; and, yet, the unemployment and informal work on the triple frontier. Being constructed, this way, an overview of themes that influence directly and indirectly on the dynamic of the work exploitation in Foz do Iguaçu in the past and today, materializing the modification of the means of exploitation and the necessity of, in contrast, change the means of create identification while working class.

Keywords: Migration; Job market; Geopolitics.

¹ Graduando em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: jpf.cararo.2018@aluno.unila.edu.br.

Introdução

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) divulgada em 27 de setembro de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 41,4% dos trabalhadores brasileiros estavam em situação de trabalho informal. Além destes, 11% da população com idade para trabalhar estava, ainda segundo o IBGE, desempregada no 4º trimestre de 2019.

Esse cenário de desemprego e precarização do trabalho, materializado no crescimento da informalidade do trabalho, dinâmica inerente ao sistema capitalista, tendo valor de regulador de preços de serviços e produtos, é determinado por fatores como a oferta de emprego e de mão-de-obra, além de espaço, localidade geográfica e sua população e, mais recentemente, novas formas de vínculos empregatícios vetorizados pela atuação de empresas do ramo de tecnologias e *startups*.

De início, considera-se que, ainda que haja migração em busca de empregos e renda, a busca por inserção no mercado de trabalho se dá localmente, onde reside o trabalhador. Com isso, a primeira condicionalidade da realidade da dicotomia emprego-desemprego é a localização geográfica.

Dentro desta localização geográfica, está inserida uma população que se relaciona com o espaço geográfico desempenhando as mais variadas atividades. Uma maior população significa uma maior oferta de mão-de-obra, que torna necessária uma maior oferta de empregos. A relação entre ambas, quando não suprida, formará um exército de reserva ou desemprego estrutural. Dentro desta situação de desemprego e perante a necessidade de subsistência, são desenvolvidas diferentes atividades informais, muito raramente bem remuneradas.

Nessa relação, ainda, se inserem mais recentemente as novas tecnologias e sua aplicação ao mundo do trabalho, gerando fenômenos que remodelam o mercado de trabalho desde a terminologia utilizada para tratar das relações produtivas até as possibilidades de reivindicação de melhores condições de trabalho ou remuneração.

No entanto, a localização geográfica na qual se insere uma população está envolvida com temas mais diversos. No Brasil, estas relações são temas de estudos geopolíticos que se debruçam, principalmente, sobre a problemática das grandes dimensões do território e das fronteiras terrestres, e, portanto, sobre a necessidade de garantir a segurança nacional e

integridade territorial mediante a ocupação humana e desenvolvimento de atividades produtivas variadas. Esse cenário coloca a distribuição geográfica da população e o decorrente desenvolvimento de atividades econômicas, pela necessidade de subsistência, no debate sobre a segurança nacional e soberania territorial.

O presente trabalho busca compreender a condicionalidade do trabalho, construída historicamente na área de fronteira, como reflexo de um empreendimento cujo foco está ligado à segurança territorial nacional e projeção de poder continental que, ao envolver massas populacionais, traz consigo necessariamente problemáticas relacionadas às condições de trabalho e subsistência dos grupos envolvidos. Para isso, são avaliadas questões como a forma de crescimento e absorção populacional de Foz do Iguaçu, dinâmicas de trabalho e suas implicações, destacando ainda o dualismo emprego e desemprego.

Dessa forma, o presente artigo se divide em cinco sessões. A primeira estudará a geopolítica brasileira, destacadamente o tema de fronteiras, suas teorias, aplicações nacionais, e o caso específico materializado pela construção de Itaipu, cujas implicações influenciam no cenário de Foz do Iguaçu. A segunda se debruça sobre o tema de migrações, que fazem parte do desenvolvimento do contingente populacional que constrói relações laborais na região estudada. A terceira trata de raízes históricas da problemática do trabalho na região. A quarta debate a organização dos trabalhadores em Foz do Iguaçu, uma vez que se materializa no contexto estudado em busca de melhores condições de trabalho dentro do sistema capitalista. A quinta, por fim, trata devidamente da temática de desemprego e trabalho informal no cenário estudado. Com isso, é formado um panorama do desenvolvimento histórico e cenário atual do trabalho em Foz do Iguaçu, como reflexo de interesses geopolíticos brasileiros no século XX, apontando para a materialização de diferentes relações de poder, e para a necessidade de organização da classe trabalhadora.

1. Geopolítica brasileira

A geopolítica, em suma, pode ser compreendida como a ciência que estuda as formas de aplicação do poder, seja político, econômico ou militar, em um determinado espaço geográfico, amplo ou específico. Nestes termos, se destacam os estudos estratégicos, visando a manutenção ou ampliação do poder exercido por um ator do Sistema Internacional.

As primeiras produções geopolíticas no Brasil são do início do século XX. À época, se construíam sob a atuação do Barão de Rio Branco os últimos traços das fronteiras brasileiras no papel, em um processo iniciado ainda no período imperial. Além disso, desde o império a atuação da Política Externa Brasileira demonstra preocupação com o status de liderança no sub-sistema regional. Nesse sentido, a manutenção das fronteiras e a expressão de poder no Sistema Internacional, bem como a liderança regional, passam a ser preocupações nacionais.

A geopolítica é estudada no Brasil pela primeira vez com as produções de Everardo Adolpho Backheuser. Na sua produção, a ideia que se destaca é de fronteiras vívidas, para que seja refletido o poder do Estado, e subordinadas ao governo central (ANDERSEN, 2009, p. 3). Na sequência, Mario Travassos trabalharia esta ideia, destacando as fronteiras na região do Prata, que expandiriam atividades financeiras fazendo crescer a projeção continental do Brasil (ANDERSEN, 2009, p. 3). Mais tarde, Terezinha de Castro propõe que a presença humana fortalece a posse territorial e promove a integração pelo envolvimento (ANDERSEN, 2009, p. 4). Nesses termos, há preocupação com a segurança nacional e com a expansão do poderio brasileiro sobre a região.

Estas ideias sobre como empregar a própria população para garantir a soberania nacional influencia diferentes governos ao longo do século XX. Durante o governo Vargas, as proposições dos geopolitólogos brasileiros são materializadas em duas ações de destaque. A marcha para o Oeste, nas fronteiras de Santa Catarina e Paraná com a Argentina e o Paraguai, que basicamente propõe incentivos à ocupação das terras, destacadamente pela migração gaúcha, e a criação de uma faixa de fronteira de 150 Km, que responderia diretamente ao Governo Federal.

Mais tarde, durante a ditadura civil-militar, com grandes obras, estas ideias se materializaram em diferentes projetos. Destacadamente a construção da Hidrelétrica de Itaipu, iniciada em fevereiro de 1971, e o Projeto Calha Norte, iniciado em 1985. A primeira, significaria o crescimento da oferta de energia ao país, que subsidiaria o desenvolvimento principalmente da região sudeste, além de ter efeito bélico analisado pela Argentina, uma vez que um eventual rompimento da barragem seria catastrófico para o território argentino, além de sua construção significar danos à capacidade de geração de energia e navegação no território argentino. Já o PCN melhoraria a infraestrutura de defesa, mas também de educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico nas calhas dos rios Solimões e Amazonas.

No caso do empreendimento na fronteira com o Paraguai, a ocupação do território era anteriormente pequena ao ponto de, após a Guerra do Paraguai, militares reivindicarem a construção de uma colônia militar para evitar a contestação de fronteiras. Na época da “Questão de Palmas”, entre 1890 e 1895, um dos termos levados em consideração foi a ocupação da região por 30 estrangeiros e 5.763 brasileiros (STECA E FLORES, 2002, p. 93-94).

2. Imigração em Foz do Iguaçu

Além da quantidade de trabalhadores que chegam à Foz do Iguaçu devido à construção e operação de Itaipu, soma-se ao tema a instalação de uma comunidade razoavelmente grande de imigrantes na região, com destaque para a chegada de migrantes sírios e libaneses à Tríplice Fronteira, que é dividida por estudiosos em quatro grandes fases. A primeira, entre 1880 e 1920, com a desestruturação do Império Turco-Otomano e a Primeira Guerra Mundial; A segunda deste ponto até 1940, com o domínio Francês sobre o Líbano, uma vez que parte do território que antes pertencera ao Império Turco-Otomano havia sido dividido entre franceses e ingleses, encerrado quando os aliados invadem a Síria e o Líbano e, sob pressão britânica, a França reconhece a independência dos territórios; A terceira que segue até 1975, com o Líbano independente, um período de relativa paz na região; E a quarta entre 1975 e 2000, com a Guerra civil libanesa.

Para estes, Foz do Iguaçu significava um *Safe Haven*. Este conceito, no entanto, é utilizado com dois significados diferentes. Quanto à migração, é utilizado significando um local distante, seguro, onde podem refugiar-se e começar uma nova vida pessoas que precisam fugir de guerras, perseguição política, fome ou demais necessidades. No caso específico da migração libanesa, na primeira, segunda e quarta ondas, Foz do Iguaçu se enquadra nestes termos.

No entanto, outra concepção importante do conceito é o desenvolvido principalmente por instituições de combate ao terrorismo internacional, que entendem como locais onde se instalam organizações terroristas com a finalidade de, em segurança, desenvolver suas atividades. A região da Tríplice Fronteira passa a ser vista dessa forma após os atentados terroristas no território argentino em 1992 e 1994, uma vez que as investigações supõem que

os grupos responsáveis pelos ataques teriam entrado em território argentino através de Puerto Iguazú, na fronteira com Foz do Iguazu e Ciudad del Este.

Esta quarta onda de chegada de imigrantes sírio-libaneses na região da tríplice fronteira se dá ao mesmo tempo em que uma grande quantidade de trabalhadores chega a Foz do Iguazu para a construção da Itaipu. A expectativa é de uma localidade com um mercado consumidor em pleno crescimento, mas onde estão presentes relativamente poucos comerciantes para suprir a demanda local. Outro ponto decisivo para a procura dessa região à época é o contato com migrantes que já estavam estabelecidos na região anteriormente.

Ainda, outro diferencial da chegada até Foz do Iguazu esta época é que ocorre após a construção da BR-277. A construção desta liga o Porto de Paranaguá à fronteira com o Paraguai e a Ruta 7. Mais adiante, havendo caminhos até Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba na Bolívia, e Cusco, Nazca e Lima no Peru, indiretamente ligando Atlântico e Pacífico. No território brasileiro, se torna também uma rota de passagem da imigração. Os imigrantes que chegam ao Porto de Santos chegam à BR-277 através da BR-116, havendo intersecção na região de Curitiba, a partir de então o caminho para o interior do continente é basicamente o mesmo, seja para os que se instalaram em Foz do Iguazu ou para os que seguiram em direção a outras localidades, como Assunción.

Com uma rota facilitada e expectativa de oportunidades, Foz do Iguazu se torna um ponto atrativo, ao menos por algumas décadas. Com os atentados dos anos 1990, e a securitização² da Tríplice Fronteira e seu grande número de imigrantes, sendo tratada como uma região de atuação do Hezbollah³, considerado um grupo terrorista, as problemáticas relacionadas à xenofobia foram evidenciadas, e para um bom número de pessoas dessas comunidades a saída foi retirar-se novamente, para outro espaço.

3. Raízes da problemática do trabalho em Foz do Iguazu

² Em resumo, o termo significa a transformação em temas de segurança de pautas societárias, ambientais ou de outros setores que não sejam originalmente tratados desta forma. A imigração se enquadra em temas societários, que ainda que não sejam militares, são tornados temas de segurança. Na situação estudada no texto, há uma xenófoba visão de que há organizações terroristas presentes na tríplice fronteira a partir da instalação das comunidades de migrantes sírios e libaneses.

³ O Hezbollah é, primeiramente, uma organização política com um braço paramilitar de orientação xiita, considerado uma organização terrorista por boa parte da comunidade internacional. Responsável por serviços na área de educação, saúde e agricultura em território libanês, além de combater, na região, o Estado Islâmico.

Nos anos iniciais da ditadura civil-militar brasileira, a população de Foz do Iguaçu era de cerca de 30.000 habitantes. Já em 1992 esse número saltaria para 185.000 habitantes, segundo dados apresentados por Catta (1994, p. 53). Esse processo é reflexo da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que chegou a contar, em um mesmo momento, com mais de 30.000 empregados, sendo mais de 20.000 brasileiros (CATTÁ, 1994, p. 53).

O grande contingente de trabalhadores presente na construção de Itaipu, somados aos migrantes, teve grandes reflexos no município de Foz do Iguaçu. Primeiro, porque conformaram, durante os primeiros anos, um crescimento astronômico do mercado consumidor na localidade. Segundo, porque há a divisão de parte do território do município em vilas que agregam, cada uma, trabalhadores de níveis diferentes, dividindo-os em guetos com base na função desempenhada e salário recebido. Terceiro, porque com o andamento da obra, um grande contingente de trabalhadores, inseridos na localidade, se tornaram desempregados, sem que a cidade contasse com atividades produtivas capazes de absorver tamanha mão-de-obra. São reflexos deste processo:

um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da exploração imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico, acidentes constantes, formação de comércio paralelo de produtos diversificados e mesmo a derrubada e descaracterização de prédios históricos; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furtos de automóveis que são levados para desmanche ou comercializados no Paraguai); a formação de organizações que buscam, nesse embate entre classes, sobreviver às estruturas impostas pela acelerada mudança de seu cotidiano nos últimos quinze anos (CATTÁ, 1994, p. 54).

Cumprir observar que o desenvolvimento de atividades ilícitas aparece nesse processo como forma de subsistência. A tese de que estas atividades se desenvolvem pelo baixo poder de forças de segurança é negado pelo histórico de Foz do Iguaçu, que nesse momento histórico contava com instalações militares desde 1888, com as polícias Federal, Civil, Militar, Receita Federal, Capitania dos Portos e Segurança de Itaipu.

Em suma, a cidade de Foz do Iguaçu teve um grande crescimento de uma forma absolutamente acelerada. Com isso, não houve capacidade de absorver ordenadamente este crescimento, tanto em questões relativas ao mercado de trabalho quanto a temas de habitação⁴ e a construção da infraestrutura municipal, cuja relevância é ainda acrescida pelo fluxo de pessoas com direção ao Paraguai e à Argentina.

⁴ Considere-se que a questão fundiária em Foz do Iguaçu continua sendo uma problemática relevante em 2020.

Esse momento marca uma divisão entre duas realidades sociais diferentes. A do empregado e a do desempregado. Aos trabalhadores empregados, coube a organização sindical como forma de defesa de direitos e interesses. Já aos grupos desempregados, coube o desenvolvimento de atividades informais e, por vezes, ilícitas, como forma de subsistência.

4. Organização dos trabalhadores em Foz do Iguaçu e o caso de Itaipu

Diferentes formas de compreender a divisão de classes sociais e a necessidade – e formas – de organização da classe trabalhadora se desenvolveram frente a diferentes realidades ao longo do tempo. Em diferentes momentos históricos, surgiram os sindicatos de ofício, com profissionais que desempenhavam a mesma função ainda que em diferentes espaços, os sindicatos de indústria, que enquadravam trabalhadores de um mesmo setor de produção, independentemente da função realizada ou da empresa na qual se trabalha, além dos sindicatos gerais, que se levantam com o revolucionário objetivo de organizar toda a classe trabalhadora, independentemente de função ou espaço de atuação (RODRIGUES, 2009, p. 9-12). Ainda que haja uma sequência cronológica de aparecimento destes, apresentado por Rodrigues (2009), há organizações na contemporaneidade que podem ser enquadradas em todas estas classificações, mesmo que com adaptações.

Ainda, o Brasil passaria, destacadamente no período de redemocratização, na década de 1980, pela dicotomia entre um velho e um novo sindicalismo. O velho, no qual os trabalhadores funcionariam como massa de manobra, organizados passivamente principalmente por partidos comunistas, combatidos pela ditadura, é substituído pelo novo, com identidade de bom, justo e, principalmente, democrático. Esse processo se dá concomitantemente ao crescimento do número de filiados durante o processo de redemocratização, além de intensificação dos processos de organização e participação internas (SANTANA, 1995, p. 83-84). Nesse cenário é que nasce a Central Única dos Trabalhadores, sob a égide da unidade dentro da diversidade (SANTANA, 1995, p. 86-87).

Em Foz do Iguaçu, diversos sindicatos surgiram, cada um com suas especificidades. Entre eles o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de Foz do Iguaçu, incluindo trabalhadores da Itaipu Binacional, que mais tarde dariam luz ao Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Produção, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, de Fontes Hídricas, Térmicas e Alternativas de Foz do Iguaçu, ou, mais recentemente, Sindicato dos

Eletricitários de Foz do Iguaçu. Este histórico em específico significa que este determinado grupo de trabalhadores esteve organizado primeiramente em um sindicato cujo princípio ordenador era a localidade de trabalho (Foz do Iguaçu), para um no qual é incluído o termo do setor produtivo do trabalho (eletricitários).

O SINEFI é um caso emblemático de organização sindical porque, em sua história, representa os trabalhadores do ramo em Foz do Iguaçu, levando em conta direitos trabalhistas, as pautas da Federação Nacional dos Urbanitários, da Central Única dos Trabalhadores, as pautas locais, a realidade das relações com as empresas do ramo presentes na localidade (Itaipu, COPEL, FURNAS), e, ainda, no caso dos trabalhadores da Itaipu Binacional, a realidade das relações de trabalho tanto na margem brasileira quanto na margem paraguaia da empresa. Isso significa que a atuação do sindicato busca, nos direitos trabalhistas brasileiro e paraguaio, os melhores termos aos trabalhadores, a serem inseridos nos Acordos Coletivos de Trabalho.

5. Desemprego e trabalho informal na Tríplice fronteira

Com o rápido crescimento populacional, rápido crescimento da demanda na localidade, e na sequência, o rápido crescimento do desemprego, fruto do fim da construção da Hidrelétrica de Itaipu, a população precisou encontrar novas formas de sustento. Pelo rápido retorno financeiro e relativa lucratividade, o comércio foi a resposta para diferentes grupos.

No entanto, a forma de desenvolver a atividade do comércio não é única. Há grupos que tem a capacidade financeira de instalar-se de forma confortável, mas diferentes grupos tem a necessidade de realizar as atividades comerciais nas ruas, vendendo produtos de baixo valor, uma vez que das poucas economias vinha o capital a ser investido nas mercadorias, gerando um amplo processo de mascateação⁵.

Do outro lado da fronteira, a ditadura paraguaia de Alfredo Stroessner constrói a Ciudad de Puerto Stroessner, atual Ciudad del Este⁶. A cidade criada para mostrar o progresso do Estado sob o líder nacional, devendo ser símbolo do desenvolvimento, recebe obras e

⁵ Mascate é o termo utilizado no Brasil, vindo de uma forma pejorativa de referir-se a vendedores ambulantes, relacionado à chegada de portugueses que desempenhavam essa função na cidade de Mascate, atualmente localizada no território do Omã.

⁶ O nome foi rapidamente modificado após a deposição do ditador.

investimento público em larga escala e, para favorecer a atividade comercial, os impostos são reduzidos, criando um mercado com capacidade para concorrer tranquilamente com o brasileiro e argentino.

Esse cenário criado na fronteira torna altamente lucrativo o comércio de produtos contrabandeados, abastecendo o interior do Estado principalmente através da BR-277, que se consolida como o principal corredor de escoamento de produtos importados legal e ilegalmente na fronteira, chegando ao Porto de Paranaguá, ou às conexões com outras estradas no interior do estado, conectando-se a outros mercados no território brasileiro.

Segundo Da Silva e Lisboa (2019, p. 72) ainda, os negócios à margem da lei, relacionados à corrupção e negligência do Estado formam um processo estruturado, com possibilidades reais de ganhos aos agentes envolvidos. Nesse sentido, destaca-se que as atividades são lucrativas aos indivíduos em sua base, uma vez que as de alto risco tem remuneração relativamente alta, e aos grupos no topo das organizações, que transferem aos entes mais fracos boa parte dos riscos, mantendo alto faturamento sobre as atividades. Como exemplo, muito além de atividades de contrabando variadas, há atividades de lavagem de dinheiro, como a apresentada pelo caso Barakat (DA SILVA et. al., 2019, p. 194), onde o ilícito é realizado através de cassinos em Puerto Iguazú.

Tanto para as atividades lícitas quanto para as atividades ilícitas, nesse sentido, o risco é grande. Para que o sustento se dê de forma perene, independentemente de qualquer tipo de eventualidade, o fluxo de caixa precisa ser razoavelmente grande. Esse, no entanto, não é um luxo da grande maioria dos trabalhadores informais. No geral, estes pilares geram um cenário de ampla permeabilidade do mercado local a alternativas que possam gerar renda para subsistência.

A esse cenário se unem, mais recentemente, dois grandes fenômenos apresentados por Fonseca (2017, p. 4): o desenvolvimento de tecnologias móveis e a disseminação da internet e a crise econômica de 2008, vetor da amplificação do desemprego e da decorrente informalidade. A crise representa uma grande necessidade de buscar novos mercados e soluções para a geração de renda. As novas tecnologias significam um sem fim de ferramentas para estas novas soluções. O que se apresenta a partir de então é uma nova fase das relações de poder no mercado de trabalho. A exploração passa a ser mascarada pela alienação do trabalho, uma vez que houve grandes mudanças na forma de contratar, marcadas pela necessidade que se mascara de voluntarismo, materializadas em diferentes *startups*.

As *startups*, portanto, oferecem soluções tecnológicas para que as pessoas utilizem seu tempo de forma maleável para desenvolver trabalhos remunerados, complementando sua renda, aproveitando situações rotineiras como um quarto sem uso em sua residência ou o deslocamento para o trabalho ou para casa. Por outro lado, oferecem emprego sem os mais diversos direitos trabalhistas. Nessa nova fase das relações de trabalho são empregados preceitos fordistas de redução de preço e consumo em massa aplicados ao serviço sob demanda característico do toyotismo.

Outro ponto sobre as *startups* apresentado por Fonseca (2017, p. 6) é que, no geral, buscam agentes primários de oferta e de demanda cujos serviços passam a ser utilizados diretamente, excluindo uma série de atividades e atores intermediários das cadeias produtivas. Com esse processo, é possível oferecer ao cliente um serviço com preço mais baixo, o que, inclusive, é fator de disputa judicial e política, como nos diversos episódios nas mais variadas localidades brasileiras onde se enfrentaram taxistas e motoristas de aplicativos, por exemplo. Se, *a priori*, o valor mais baixo é atrativo ao consumidor, outro problema é gerado no seio das relações de trabalho. Os trabalhadores inseridos nas atividades intermediárias precisam buscar novas formas de renda. Em suma, as soluções criam um sistema onde se aproveitam de ampla oferta de mão-de-obra, e que conta com ferramentas próprias capazes de gerar mais oferta da mesma.

Entre os resultados desse cenário, as formas de concorrência no mercado são modificadas. Há concorrência entre as empresas, como diferentes empresas de transporte por aplicativos (Uber, Garupa, 99 taxi, entre outras), mas há, em certos termos, uma concorrência interna à classe explorada.

O contrato de trabalho com as *startups*, via de regra, não prevê um salário por período trabalhado, mas sim uma remuneração mediante serviço específico prestado. Assim, há disputa por parte dos trabalhadores pela demanda, o que significa para o trabalhador a necessidade, por exemplo, de trabalhar por mais tempo para garantir a renda objetivada.

Ainda, este contrato com face voluntarista, marcada pela substituição do termo trabalhador pelo termo colaborador e assemelhados, que esconde a contraposição de classes, gera a ausência de ação coletiva, o que significa a impossibilidade de associação dos trabalhadores em formatos anteriormente conhecidos, como o dos sindicatos. De certa forma, a empresa, ao receber a inscrição do motorista ao invés de contratá-lo, não simplesmente oferece o motorista ao cliente, mas, também, o cliente ao motorista. Essa construção, no

entanto, é mais retórica do que prática. A possibilidade de escolha do trabalhador em certos termos e sua liberdade de horários não faz com que deixe de ser classe trabalhadora, e não faz com que deixe de haver exploração de mais-valia. O trabalhador continua desempenhando um serviço com determinado valor, no qual detém uma parcela, enquanto uma parcela é remetida ao mais-valor das empresas.

Considerações finais

A construção das relações sociais e de trabalho é condicionada por uma série de fatores que não se constroem de forma independente, como apresentados anteriormente, preceitos geopolíticos que se mesclam a dinâmicas do capitalismo em uma situação que envolve uma comunidade de milhares de indivíduos. A construção dessas relações se dá através de diferentes relações de poder econômico, político, ideológico, cultural e até mesmo legal, conformando o que pode ser compreendido pela teoria gramsciniana como bloco histórico.

Ainda, as relações puramente econômicas não são suficientes para explicar o desenvolvimento histórico das relações sociais, devendo ser consideradas correlações de forças internacionais (de integração, imperialismo e subimperialismo, interdependência), sociais (desenvolvimento de forças produtivas e posições sociais relacionadas às bases econômicas), políticas (de disputa de projetos societários e busca de hegemonia para aplicá-los) e mesmo militares (sejam materializadas na função repressora do Estado, na insurgência e resistência ou no enfrentamento entre diferentes organismos no sistema internacional).

No cenário observado, a relação entre as forças presentes mostra a construção de uma realidade complexa, onde foram construídas formas de trabalho e atuação de grupos sociais em defesa dos trabalhadores em relação a um mundo do trabalho que, durante as últimas duas décadas, e principalmente após a crise de 2008, sofreu amplas transformações e não deve, de forma alguma, voltar a ser como antes.

Burocraticamente, as novas formas de relações de trabalho são diferentes das anteriores. Muito além da forma de referir-se ao trabalhador de novas formas, como marcado pela substituição do termo empregados pelo termo colaboradores, existem diferenças na

forma de contratação e direitos, o que mostra, na prática, a necessidade da contínua vigilância e legislação sobre o trabalho.

Politicamente, as amplas mudanças nas relações de trabalho impõem a necessidade de aplicação de novos métodos de organização da classe trabalhadora em uma postura reivindicativa, uma vez que as formas de exploração do trabalho são profundamente modificadas.

Como fica explícito nas relações sociais criadas por uma estratégia geopolítica de grande impacto, o cotidiano de centenas de milhares de pessoas foi modificado a partir da década de 1970 com base em concepções de projeção de poder e segurança de fronteiras. Sendo assim, as relações internacionais e as estratégias geopolíticas não podem ser compreendidas como algo restrito a gabinetes e a altas lideranças políticas e militares. A relação sociedade, comunidade e relações internacionais é profunda e palpável.

Como resultado, e retomando a teoria gramsciniana, cabe aos intelectuais, ou seja, aos que, independentemente de sua formação, exercem a função de compreender e gerar consciência, dando homogeneidade aos grupos que passam pelo distanciamento criado pelas mudanças nas relações de trabalho, apropriando-se de sua função econômica, social e, principalmente, política, para que sejam novamente criadas formas de se contrapor à hegemonia exercida por outros grupos sociais.

Referências

- ANDERSEN, S. (2009). Geopolítica e Energia na Bacia do Prata: o caso emblemático de Itaipu. **I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder**, Curitiba, PR, Brasil 17.
- CATTA, L. E. (1994). **O cotidiano de uma fronteira**: a criminalidade e o controle social. *Esboços: histórias em contextos globais*, 1(1), 50-58.
- DA ROCHA, A. S. (2006) **Itaipu**: Projeções Geopolíticas Brasileiras Sobre a Bacia do Prata. *Revista Geo-Paisagem*.
- DA SILVA, M. A.; LISBOA, M. T. (2019). **Criminalidade no século XXI e a tríplice fronteira**: reflexões a partir de Coleman, Naim e Robinson. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(214), 68-77.
- DA SILVA, M. A., et. al. (2019). **A Imprensa nacional (Brasil, Argentina e Paraguai) e o nexó terrorismo-Tríplice Fronteira em 2018**. *Orbis Latina*, 9(2), 192-207.

DE ARAÚJO, M. M. (2018). **Reforma trabalhista em tempos de “uberização”**: qual o papel do Estado frente às tendências de precarização do trabalho? Rio de Janeiro, 69.

DO AMARAL, A. B. (2007). **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**: dinâmicas de constituição da ameaça terrorista no Cone Sul. *Carta Internacional*, 2(2), 48-58.

ESPOSITO-NETO, T. (2013). **Um panorama da literatura relevante sobre Itaipu**. *Meridiano 47*, 14(138), 37-44.

FAUSTINO, C. V. (2013). **Itaipu, 30 anos depois**: subsídios para a segurança energética brasileira e a cooperação sub-regional na Bacia do Prata. *Revista Política Hoje*, 23(1), 113-128.

FONSECA, L. S. F. (2017). Fronteiras da precarização do trabalho: uberização e o trabalho on-demand. / **XXXI congresso ALAS**, Montevideo, Uruguay, 22.

HIRATA, H. (2011). **Tendências recentes da precarização social e do trabalho**: Brasil, França, Japão. *Caderno crh*, 24(SPE1), 15-22.

IBGE. (2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / indicadores. Acesso em <https://www.ibge.gov.br/indicadores>.

MENDES, I. L. et. al. (2019). **Memórias subterrâneas**: produção de acervo e espaços de diálogo sobre cotidiano, violência e resistência dos Trabalhadores de Foz do Iguaçu.

RODRIGUES, L. M. (2009). **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SANT’ANNA, F. M.; RIBEIRO, W. C. (2015). Conflito pela geração de energia na Bacia do Prata: o caso de Itaipu. / **5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, Belo Horizonte, MG, Brasil, 15.

SANTANA, M. A. (1995). **Cultura sindical e identidade nos anos 80/90**. *Revista de Ciências Humanas*, 13(17 e 18), 82-90.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. (2002) **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Eduel: Londrina.

TEIXEIRA, D. L. P.; DE SOUZA, M. C. A. (1985). **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo**. *Revista de Administração de Empresas*, 25(4), 65-72.

THOMAZONI, T. (2018). **Análise do processo de securitização e inclusão da Tríplice Fronteira na “guerra ao terrorismo”**. *Orbis Latina*, 8(2), 170-180.

VARESI, G. (2016). **Apuntes para una teoría de la hegemonia en Gramsci**. Buenos Aires.

PRECARIZAÇÃO, SOFRIMENTOS E MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES DAS MADEIREIRAS NO MARAJÓ: A QUEM INTERESSA(VA) O SILÊNCIO?

Enapio Dutra do Carmo¹
Maria Vitória Costa Fernandes²
Nilza de Sousa Medeiros³

Resumo: O artigo analisa as condições dos trabalhadores com atuação nas empresas madeireiras no município de Breves. Parte-se do contexto de saque e exploração dos recursos naturais na Pan-Amazônia em tempos da guerra de commodities. A economia madeireira baseia-se no saque e desmatamento, mas tem na exploração da força de trabalho a condição de ímpar para acumulação ampliada do lucro. O sistema capitalista vem destruindo os modos de vida de comunidades ribeirinhas, além de promover a desestruturação socioambiental. O resgate da memória de trabalhadores mutilados pelos empreendimentos é a maior contribuição deste trabalho, mas a atualização do tema permite informar a continuidade do processo em escala menor. O tempo-espaço das Amazônias na América do Sul são detentoras de histórias, memórias e lutas, dentre elas, os movimentos em rede para a preservação da vida e do trabalho digno. A sociologia e a história são áreas de conhecimento que colaboram para a instrumentalização da luta epistêmica para a valorização dos direitos Socioterritoriais.

Palavras-chaves: Trabalhadores. Madeireiras. Marajó. Lutas Políticas

PREACARIZATION, SUFFERING AND MEMORIES OF WOOD WORKERS IN MARAJÓ: WHO WAS INTERESTED IN SILENCE?

Abstract: The article analyzes the conditions of workers working in timber companies in the municipality of Breves. It starts from the context of exploration and exploitation of natural resources in Pan-Amazon, about the times of the commodity war. The savings made are based on non-destruction and deforestation, but the exploitation of the workforce is on condition that it prevents the increased accumulation of profit. The capitalist system has been destroying the ways of life of riverside communities, in addition to promoting socio-environmental disruption. The rescue of the memory of workers mutilated by the undertakings is a major contribution of this work, but the update of the theme allows to inform about the inheritance of the process on a smaller scale. The space-time of the Amazons in South America holds stories, memories and struggles, among them, the network movements to preserve life and decent work. Sociology and history are areas of knowledge that contribute to the instrumentalization of the epistemic struggle for the valorization of socio-territorial rights.

Keywords: Workers. Timber. Marajó. Political Struggles

¹ Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA, 1998), Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pelo NAEA/UFGA. É professor Adjunto do Curso de Serviço Social e Coordenador de Pós Graduação e Pesquisa da UFGA-Campus Marajó Breves. Foi professor e coordenador do Curso de Administração do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Integrante do Grupo pesquisa GETTAM (Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados na Amazônia). Faz parte, desde 2008, do Banco de Avaliadores do MEC. Tem experiência na área de Desenvolvimento, Território e Impactos Socioambientais, Gestão e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: impactos socioambientais, desenvolvimento local, sustentabilidade, políticas públicas, gestão territorial, cultura, reestruturação produtiva e relações de trabalho. É parecerista da Revista Novos Cadernos NAEA (UFGA) e da Revista de Administração Pública (FGV/SP). Email: eunapiodocarmo@gmail.com.

² Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará Campus de Breves/Marajó.

³ Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará Campus de Breves/Marajó.

PREACARIZACIÓN, SUFRIMIENTO Y RECUERDOS DE TRABAJADORES DE MADERA EN MARAJÓ: A QUIÉN LE INTERESÓ EL SILENCIO?

Resumen: El artículo analiza las condiciones de los trabajadores que trabajan en empresas madereras en el municipio de Breves. Comienza desde el contexto de la exploración y explotación de los recursos naturales en la Amazonía Panamericana, sobre los tiempos de la guerra de los productos básicos. Los ahorros realizados se basan en la no destrucción y la deforestación, pero la explotación de la fuerza laboral está condicionada a que evite la mayor acumulación de ganancias. El sistema capitalista ha estado destruyendo las formas de vida de las comunidades ribereñas, además de promover la disrupción socioambiental. El rescate de la memoria de los trabajadores mutilados por las empresas es una contribución importante de este trabajo, pero la actualización del tema permite informar sobre la herencia del proceso a menor escala. El espacio-tiempo de las Amazonas en Estados Unidos contiene historias, recuerdos y luchas, entre ellas, los movimientos de la red para preservar la vida y el trabajo decente. La sociología y la historia son áreas de conocimiento que contribuyen a la instrumentalización de la lucha epistémica por la valorización de los derechos socio-territoriales.

Palabras clave: Trabajadores Madera Marajó Luchas políticas

Introdução

A Pan-Amazônia nos remete a refletir sobre o tema meio ambiente e trabalho na América Latina. Como pensar em vida num continente considerado o mais desigual do mundo e com histórico processo de violação de direitos e de práticas de violências de todas as ordens? Como pensar em dignidade diante de tantos casos de trabalho análogo ao trabalho escravo na Pan-Amazônia? Como discutir qualidade de vida num continente marcado por atrocidades aos territórios das águas e florestas saqueadas pelo avanço da fronteira do capital na periferia do capitalismo?

As respostas a essas questões têm sido o desenvolvimento desigual. Este desenvolvimento, centrado no crescimento econômico, devasta o meio ambiente e explora trabalhadores no mundo. Historicamente, o desenvolvimento desigual é marcado pela extração de riquezas e espacialização de desigualdade social que se reproduz numa estrutura socioambiental e econômica enraizada no poder local como ingerência do mercado internacional como aconteceu e acontece com a Amazônia via grandes grupos e megaempreendimentos extrativistas e de infraestrutura (BRANDÃO, 2012; CASTRO, 2012; CARMO, 2010). Observa-se o avanço da territorialização do capital monopolista na Floresta Amazônica que aprofundam as desigualdades socioeconômicas e colocam a massa de trabalhadores em situação de exploração, precarização e múltiplos sofrimentos. Esta agenda econômica está assentada nos “mecanismos de controle dos trabalhadores como formas de

eliminar os padrões societários inadequados com o desenvolvimento da economia de mercado” (RAMOS FILHO, 2013, p.15). Entende-se que a dignidade do trabalho é incompatível com o capital, por essa razão a única condição de manter o trabalho vivo seria a exploração e controle. A Amazônia Marajoara entra nessa dinâmica com ciclos de econômicos intermitentes da borracha, arroz e madeiras, cumprindo um papel estratégico na divisão internacional do trabalho, não obstante os problemas de desestruturação socioambiental e a reprodução social da desigualdade vividos, até hoje, na região como resultante da integração ao mercado nacional e internacional.

Para além desses aspectos há outros impactos e problemas sociais. Dentre esses, a situação de exploração dos trabalhadores, caboclos, pescadores, agricultores, que foram duramente explorados, tendo as suas condições humanas dissipadas. É importante desvendar essas histórias de degradação humana que foram, estrategicamente, “colocadas debaixo do tapete” para fazer parecer que o progresso estava dando certo. A tensão social e a intensificação dos problemas, vividos pelos trabalhadores na atuação das madeiras nas décadas de 80 e 90, foram se agravando com a expansão da reprodução ampliada do capital. O artigo, apoiado numa perspectiva histórico-crítica, tem como pano de fundo o processo de exploração dos trabalhadores nas atividades madeiras na cidade de Breves, no Arquipélago do Marajó⁴ e propõe-se a analisar os processos de precarização e acidentes de trabalho, vividos por trabalhadores durante a atuação das madeiras que foram propositadamente silenciados para legitimar o avanço do capital. As reflexões aqui apresentadas correspondem a resultados parciais do projeto de extensão iniciado em março de 2019⁵ com 03(três) grupos

⁴ O arquipélago do Marajó, com seu conjunto de 2.500 ilhas, ilhotas e 16 municípios, está na foz do Rio Amazonas e é emblemático na manifestação da pujante sociobiodiversidade da região. De Belém ao Marajó, percorre-se 223 km atravessando, via transporte fluvial, as baías de Guajará e do Marajó, bacias com extensões gigantescas devido proximidade com o Oceano Atlântico e navega-se por labirintos de rios, furos, igarapés, tornando a navegabilidade dos rios uma cultura (i)material de fator dominante na “estrutura fisiográfica e humana, conferindo um *ethos* e um ritmo à vida regional” (LOUREIRO, 2018).

⁵ O projeto de extensão é da Faculdade de Serviço Social do Campus Marajó-Breves e tem o meio ambiente como temática central e os grupos socialmente vulneráveis como linha de ação. O mesmo foi aprovado no edital 2019 da Pró-Reitoria de Extensão e conta com 28 membros, envolvendo professores, bolsista, técnicos e voluntários. O projeto pretende ampliar a participação social dos membros das Vilas Intel I, Vila Intel II e Magebras e também comunidades vizinhas localizadas às margens do Rio Parauaú. O foco é a organização social para a garantia de direitos sociais num contexto de pós-crise do ciclo da madeira no município de Breves e ruptura com a cultura de dominação (moderno/colonial). Nesse sentido, busca-se desenvolver, junto aos moradores, o seu fortalecimento social, o conhecimento sobre seus direitos e a emancipação humana ribeirinha (lugar da enunciação/decolonial), num processo onde os mesmos possam, do seu lugar social, empoderar-se em defesa desses direitos, existências, saberes e sociabilidades. Os primeiros contatos com as comunidades envolvidas se deram em agosto de 2018, quando ocorreu a entrada em campo e estabeleceu-se as articulações com lideranças comunitárias para realização do projeto. Houve, nesse período, a ida de 03 (três) turmas de alunos dos cursos de Serviço Social, Letras e Pedagogia do Campus Marajó-Breves. O projeto visa consolidar-se em três fases, todas no ano de 2019, distribuídas nos meses de: janeiro a março; abril a junho; setembro a novembro.

sociais localizados às margens do rio Parauaú, cuja extensão abriga mais de 15 comunidades ribeirinhas, conhecidas como beiradão (conjunto de comunidades que moram às margens de rios). Neste projeto, alunos, professores e técnicos atuam coletivamente com as comunidades e desenvolvem ações de produção de informação e formação, além de arte e cultura. Os resultados de oficinas, dinâmica de grupo, representações teatrais e artísticas foram inspiradores para as reflexões aqui desenvolvidas.

O artigo foi concebido para descrever e analisar o tema trabalho, exploração e condições de vida. Inicialmente, são feitas análises sobre o Marajó e as contradições da sua rica sociobiodiversidade e a territorialização do capital. Avança-se, na sequência, para a apresentação do empreendimento madeireiro e suas estratégias de dominação e exploração da força de trabalho, perfazendo sujeitos vulneráveis ao poder do capital. Posteriormente, trata-se do silenciamento, produzido socialmente para conformar e adequar às realidades sociais no sentido de permanecer e aceitar o processo de ampliação da reprodução social do capital. Nas considerações finais, são tratados alguns aspectos da conjuntura atual na perspectiva do projeto de extensão em curso.

1. Breves, capital do Marajó: sociobiodiversidade, exploração de madeiras e mercado

A dominação e a invasão de terras por portugueses no período colonial revelam o caráter da violência disputa pelo território e suas riquezas que dizimou muitas tribos indígenas. O açúcar, maior fonte daquele período produzido nas terras brasileiras dependia de terra e mão de obra escrava (PORTO-GONÇALVES, 2015). Numa terra desconhecida, essa mão de obra (indígena e escrava) era considerada sub-humana e por essa razão sujeita a todas as atrocidades. Dessa forma, a produção de riqueza (açúcar, ouro, pau-brasil, drogas do sertão) estava relacionada com a expropriação humana e brutalização da vida de homens e suas famílias. Ao tratar do tema, Gonçalves *et al.* (2016) analisa o papel da Amazônia no período colonial, demarcado pela atuação dos países europeus, que concebiam a região, de fato, como almoxerifado e espaço de saque. O autor tratando dessas reflexões, analisa o contexto do arquipélago do Marajó de dominação, opressão e violência aos povos da floresta e ecossistemas. Essa linha de percepção segue determinando a forma de pensar o Marajó:

expropriação da floresta e da biodiversidade (GONÇALVES, CORNETA, ALVES, CAMPAGNOLI, AQUINO, MARQUES, BENATTI, BARBOSA, CARVALHO, 2016). Toda essa lógica faz parte da conformação sócio-histórica da região baseada na expansão do sistema capitalista, configurada pelos ciclos da cana-de-açúcar, borracha, arroz e madeira.

A ocupação da ilha do Marajó tem aspectos multifacetados como a própria trajetória da ocupação da Amazônia brasileira. Sendo lar, inicialmente, de inúmeros grupos indígenas, passou pelas cruezas do processo de conquista com a chegada dos europeus ao continente e, com esses, uma posterior reorganização do espaço seja por escravos fugidos (tanto negros como índios) ou devido aos rearranjos socioeconômicos da segunda metade do século XX⁶.

A exploração da madeira no Marajó como atividade econômica hegemônica, elitista e racista ainda guarda elementos constitutivos dessa ocupação destrutiva e corresponde a extração de árvores, concentração de terra e violação do meio-ambiente e de grupos sociais preexistentes, como ocorreu em Breves e Portel. O desmatamento e a exploração dos trabalhadores são vetores da acumulação do capital madeireiro, cuja fronteira econômica está baseada na concentração de terra e na exportação para os mercados europeus e asiáticos. Essa dinâmica subjuga povos tradicionais que vivem às margens dos rios e possuem uma relação de troca com a natureza, revelada como fonte de sua sobrevivência, com práticas de pesca, caça, coleta e manejo dos recursos naturais, retirando apenas o suficiente de maneira sustentável. Modos de vida foram constituídos dessa relação e as formas de moradia são concebidas de maneira estratégica em respeito aos movimentos do ciclo de águas para a época de enchente dos rios, por isso vivem em casas de palafita (casas construídas com base em tronco sobre as águas).

A abundância de madeiras e a excelência delas fizeram com que o município de Breves fosse conhecido como “celeiro mundial de madeira”. Nesse período, o domínio dos exploradores nessa região teve um grande aumento, por esse motivo as disputas territoriais cresceram contra os povos tradicionais, em razão do valor das commodities madeireiras. O cenário favoreceu a expansão da instalação de empresas madeireiras nas margens dos rios, para realizarem exploração das florestas transvestido como ideia de desenvolvimento para a região. Nesse momento sócio-histórico, houve uma massa de trabalhadores que para sobreviver submeteram-se às condições precárias de trabalho nessas empresas. As contradições sociais do período estão desde as denúncias de atividade ilegal até situações análogas ao trabalho escravo.

⁶ *Idem*, p. 112.

Diante dessas circunstâncias, constata-se que a atividade industrial extrativista tem contribuído para o crescimento econômico desigual nas Amazônias (CASTRO e PINTO, 2018), mas, sobretudo, provoca grandes transformações de ordem socioespacial. São implicações resultantes da política de integração regional e desenvolvimento de mercado engendrada desde os anos de 1960 através da implantação de projetos econômicos com escala global de mercado (madeira, minério e grãos). A territorialização das madeireiras no Marajó das Águas e das Florestas é um exemplo emblemático desse processo e implicou em graves impactos na dinâmica social, econômica e ambiental da região. Para além de constatações simplistas e reducionistas que acenam que o ciclo econômico da madeira como auge da capital das Ilhas, maneira como o município de Breves é conhecido, esse ciclo foi acompanhado, para essa narrativa do empresariado local, como uma época de ouro, de progresso e crescimento econômico. Sendo assim, as empresas multinacionais, incentivadas pela política econômica do governo federal, instalaram-se na região imprimindo outra paisagem.

[...] Entre as décadas de 1970 e 1980, com a chegada das grandes madeireiras, Breves figurou como um dos maiores produtores de madeira em tora do estado do Pará. A concentração no setor madeireiro acrescida do baixo nível de beneficiamento da mesma maneira como ocorre com outros produtos de base extrativista fragilizam economicamente o município, ao mesmo tempo em que favorecem os setores oligárquicos que exploram os recursos das várzeas e o trabalho de populações ribeirinhas há décadas. (GONÇALVES *et al.*, 2016, p. 119)

Este fato se potencializa, nesses territórios das águas e florestas com maiores dificuldades de instalação de “células de produção”, denominação da arquitetura das madeireiras que envolveu instalações para administração, produção, geração de energia e comercialização/transporte. Essa cadeia produtiva é complexa e se especializa nas áreas de florestas e águas da região. Em tal situação, as relações sociais com o território que presumem moradia, trabalho, saúde e cultura são potencialmente desestruturadas. Isso quer dizer que a desterritorialização impactou e impacta nos modos de vida e condições de moradia e trabalho de comunidades ribeirinhas onde suas territorialidades e suas especificidades são profundamente modificadas.

Importa considerar, também, que o auge da extração madeireira, entre as décadas de 1970 e 1980, não representou uma melhor condição de vida para a população marajoara, tampouco uma redistribuição mais equitativa de renda. Ao contrário, a presença das grandes empresas reforçou, contraditoriamente, as relações de trabalho não assalariadas, como o sistema de “aviamento” ou “meia”, a partir de alianças entre as grandes empresas e as oligarquias locais⁷.

No entanto, o controle que as empresas tinham sobre os operários era tão grande, a ponto de muitos não se verem como explorados, independente do seu estado de saúde ser abalado pelas condições de trabalho, sem garantias de direitos e melhores condições de vida. Tal fato, trabalhado ideologicamente pelas grandes empresas, era uma forma de dominação que imprimia uma racionalidade de pensar a região como capital natural. A naturalização dos acidentes e a proliferação de mosquitos e animais selvagens em razão da invasão ao seu habitat, causavam problemas e doenças aos trabalhadores e a suas famílias que moravam nas casas localizadas no entrono das empresas, funcionando como “vilas operárias”. Também, destaca-se outros fatores desumanos como a sobrecarga e o tempo abusivo na jornada de trabalho que faziam parte do cotidiano da massa de trabalhadores.

Apesar de todas as condições de subjugação, havia um sentimento de gratidão às empresas por parte dos trabalhadores e moradores das comunidades ribeirinhas por acreditarem que o acesso à escola, a instalação de posto de saúde e a obtenção de energia era de responsabilidade das empresas madeireiras. Ou seja, diante do quadro de exclusão social, a presença de serviços públicos básicos tiveram um impacto social favorável às empresas que, em parceria com o governo local, atendiam essas demandas muito mais no sentido de garantir a reprodução social da força de trabalho e o controle social do que efetivamente promoção de cidadania. A maior prova disso foi constatada após saída das empresas desses espaços, pois as comunidades têm muitas dificuldades para atendimento de suas demandas, havendo uma certa desresponsabilização de órgãos do executivo local com a realidade apresentada.

É importante ressaltar que muitas dessas empresas funcionavam de forma irregular, sendo este o maior motivo de fechamento de muitas delas após a intensificação das fiscalizações do IBAMA, aplicando multas de valores altos em empresas clandestinas e exigindo práticas sustentáveis voltadas ao reflorestamento, conforme as normas da Lei Ambiental (9.985/2000). Por esse fato, muitos empresários diversificaram seus negócios ou saíram do município. O lucro alcançado no período favoreceu a estratégia da elite de mudança de setor de atividade ou mesmo a busca de outros nichos de mercado na região.

1.1 As madeireiras e a realidade dos trabalhadores: invisibilidade, acidentes de trabalho e trabalho ilegal

⁷ *Idem*, p. 123.

A exploração da força de trabalho é central para a realização da cadeia produtiva da madeira que vai desde retirada da árvore até o seu beneficiamento. Esse movimento implica trabalho braçal para derrubada e extração, tendo muitos trabalhadores que migraram para a região. A maioria é oriunda de segmentos sociais historicamente excluídos que se submetiam, e ainda submetem-se, às condições de trabalho precárias para garantir uma remuneração e sustentar a família. Muitos desses trabalhadores eram sobrecarregados, passavam horas dentro de serrarias, e sua renda era inferior ao tempo dedicado ao trabalho.

A expansão dessa atividade também provoca desmatamento que era praticado de forma irregular, agredindo brutalmente o meio ambiente para obtenção de madeira de boa qualidade. Os desdobramentos desses aspectos ascenderam a discussão sobre a semelhança com o trabalho escravo. Para Resque (2013, p. 108): “Essa relação entre desmatamento e trabalho escravo é muito forte principalmente pelo fato do uso notório deste tipo de trabalho na fase inicial do desmatamento, quando se utiliza o trabalho braçal pouco qualificado, frequentemente associado ao trabalho escravo”. Faz-se, portanto, analogia ao trabalho escravo, onde muitos trabalhadores ficavam em condições totalmente insalubres, estando à “disposição” do trabalho e sujeitos a qualquer tipo de risco. De fato, nos municípios do Marajó, esse tipo de trabalho era comumente encontrado, pois as madeiras correspondiam a fonte de renda e responsável pela circulação financeira dentro e fora da região (*Idem*). Com a falta de políticas públicas e a ausência de outros meios em que a sociedade pudesse obter renda, a economia girava em torno do desmatamento, principalmente em se tratando do aumento da atividade madeireira. Em decorrência dessa realidade somada a outros processos de vulnerabilização, a região do Marajó possui os dez menores Índice de Desenvolvimento Humano-IDH (IBGE, 2010).

Sobre o tema, o baixo IDH é uma realidade presente em todos os 16 municípios que formam o arquipélago. Observa-se que os ciclos econômicos não conseguiram minimizar, pelo menos, o quadro de privação social. Ao contrário, no movimento inverso, colaboraram para agudizar essa realidade. O município de Breves, considerado a cidade do apogeu da madeira, está entre os 10 mais baixos do Brasil (IBGE, 2010). Melgaço, município vizinho à Breves e integrante da cadeia produtiva da madeira, é considerado o “pior município para se viver no Brasil”, por apresentar o mais baixo IDH do Brasil. Para além de uma visão superficial e midiática imprimida sobre o tema, urge compreender que a vulnerabilidade social é resultado do histórico processo de dominação e da extrema concentração de renda. Ou

seja, quem ganha e quem perde com a vulnerabilidade social: a elite política e econômica e as comunidades ribeirinhas e outros grupos socialmente excluídos⁸, respectivamente.

A violação de direitos das pessoas era nítido nas atividades madeireiras. Importante lembrar de dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) válidos para todo território nacional e internacional que assegura: **Art. 3º** - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; **Art. 5º**- Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948). Ambos foram referendados pela Constituição:

Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes

III—ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 1988)

A invisibilidade desses processos desumanos de exploração ocorriam na zona rural adentrando a floresta e próximo às margens dos rios. Portanto, a distância do centro da cidade (sede dos municípios) colaborava para o “desconhecimento” e o silenciamento dos casos de trabalho ilegal em decorrência do desmatamento, de exploração (crime ambiental) e de violação da segurança pessoal. Com isso, são poucos os registros feitos. Como Resque (2013) aborda, “Diferentemente da situação relatada acima, existem pouquíssimos dados, estudos e pesquisas que evidenciem com mais clareza a relação entre a atividade madeireira e o trabalho escravo na região do Marajó” (p. 136).

Os relatos de informantes revelaram que os trabalhadores eram levados de barco pela manhã e retornavam pelo fim da tarde. Com isso, exerciam suas atividades em isolamento, como também expõe Barata (2011, p. 86):

A prática dos desmatamentos no Pará, também esconde a alarmante e cruel realidade do trabalho escravo, onde pessoas são arregimentadas pelo chamado gato, sem contrato legal de trabalho e levadas para o isolamento das florestas, para o trabalho insalubre nas serrarias e da extração da madeira.

Ou seja, era neste isolamento que os trabalhadores desdobravam-se usando todo seu esforço, pois não havia, naquele momento, máquinas tão apropriadas. Os relatos revelam que

⁸ Há outros dois graves problemas estruturais na região: exploração sexual infantil e o tráfico de pessoas (RESQUE, 2013). Ambos ajudam a reforçar o processo de agudização da privação social na região.

as grandes toras de madeira eram carregadas em muitos braços para poder deslocar as grandes árvores. Os corpos dos trabalhadores sofriam inversão térmica diariamente, pois estavam em contato com chuva e sol, expondo-se a agravos de saúde endêmicas. Com isso, muitos do que ali estavam, sofriam acidentes com serras e perdiam partes de seu corpo. A ausência de fiscalização favorecia a ilegalidade do trabalho e silenciavam dores e sofrimentos.

Nas empresas, haviam trabalhadores que atuavam com a carteira de trabalho assinada, entretanto, existiam uma boa parte de trabalhadores que estavam informalmente, pois não era contratado legalmente e nem tinham “seguro” em caso de acidentes. Ocorre que esses últimos eram os mais explorados, pois ficavam diretamente com a retirada das árvores de grande porte e sujeito aos riscos de acidentes e de exploração, haja vista que eram obrigados a um esforço físico maior. É importante destacar que muito dos trabalhadores não tinha escolaridade. E quando tinham, era em um nível bem baixo. Os filhos desses trabalhadores desistiam da escola pela falta de estrutura, estímulo e instabilidade financeira, sendo assim, acabavam optando por ajudar seus pais ao invés de ir à escola. Esse contexto também acena para a reflexão sobre trabalho infantil:

O meu filho tá ajudando muito no trabalho esse ano. Ele faz tudo, tira palmito, madeira, açai e hoje ele tá na serraria. Quando ele tá trabalhando ele não vai pra escola porque só volta lá pra 05 h. Ele tem falhado na escola esse ano (BARROS *apud* RESQUE 2006, p.12)

Já reprovei muitas vezes, faz tempo, eu estudava junto com a 3ª e 4ª série e, aí, ficava ruim, a professora passava mais trabalhos pra eles. Já desisti de estudar por causa do trabalho com meu pai, ele trabalha no mato e às vezes na serraria⁹.

Fica evidente que muitos abandonam os estudos para ajudar no âmbito familiar. E a desistência escolar não ocorreria apenas pela questão de colaborar com o trabalho da família, mas também era resultado da baixa articulação da escola com as famílias vulnerabilizadas. Os jovens e adolescentes que estudavam no período, em função do trabalho, apresentavam baixos rendimentos em decorrência de atrasos constantes e do cansaço.

A desestruturação socioambiental afetou diretamente os modos de vida preexistentes e os sentimentos daqueles momentos vividos pelas comunidades antes dos ciclos de destruição do capital. O trabalho estava diretamente ligado à dinâmica cotidiana e à produção econômica derivada da exploração dos ecossistemas marinhos e terrestres. A instalação das empresas madeireiras modificou a paisagem natural e interferiu nos modos de vida. Na época em questão as tecnologias disponíveis na região de Breves eram muito limitadas, o que contribui

⁹ *Idem*, p. 11.

para que sejam raros os registros. Por essa razão existem poucas imagens referentes às fábricas de madeiras e, principalmente, da atuação diária dos trabalhadores no meio das florestas e rios. Reside aí a contribuição deste trabalho: recuperar relatos de pessoas que estiveram mais próximo deste contexto de atuação das madeiras. Entretanto, era precária a forma como os trabalhadores exerciam suas funções, não sendo dada a devida importância à segurança e seus instrumentos de trabalho, pois não havia manutenção regular. A realidade dos trabalhadores que moravam na Vila Intel, comunidade ribeirinha do município de Breves, revela esse drama social, foco do cenário abordado aqui. Uma parte significativa dos moradores migraram para Vila Intel oriundos de Portel e Melgaço entre outros locais próximos e de vilas ribeirinhas localizadas nos rios de Breves. A presença de trabalhadores vindos de outros lugares aumentava a produção e, por duas vezes, favorecia aos empresários.

Esses trabalhadores, perfil de 30 a 40 anos de idade e de baixa renda, tinham uma sobrecarga alta de trabalho para garantir a produtividade e trabalhavam no período de 06h às 17h, com um intervalo de uma hora. A maioria dos trabalhadores atuavam com a extração e o beneficiamento de madeira sem equipamentos de segurança individual razão pela qual manuseavam serras, caldeiras e toras com restos de resíduos tóxicos para conservação da madeira. Eram obrigados a carregarem pesos extremos através do rio, ficando parcialmente submersos, e depois ficarem expostos ao sol e ao calor, sem máscaras para proteger do pó gerado pela derrubada e beneficiamento das madeiras.

Estes trabalhadores eram atraídos pela oferta de trabalho e por alguns atrativos peculiares de empresas que atuam com setores de risco. O deslocamento de muitos trabalhadores estava diretamente relacionado com a obtenção de melhor condição de vida, pois além do emprego em si, havia como “benefício” uma casa (sem cobranças de aluguel) e energia (por um determinado tempo do dia). Casa com estrutura mínima e energia representavam uma “conquista” diante de uma realidade de casas pauperizadas e sem energia. Dessa forma, o empregado teria um melhor conforto e sem tanta preocupação em pagar aluguel, luz e água, mesmo não sendo de boa qualidade para o consumo. Além do mais, a Vila Intel contava com uma “Cantina” (mercadinho local) contendo produtos básicos, onde os produtos vendidos eram produzidos pelo próprio dono da madeireira em outro local fora da vila; havia também um açougue e uma “padaria”. Desse modo, as pessoas não teriam tanta necessidade de se deslocar até a cidade para realizar compras, o que era comum para muitos ribeirinhos que moram distante do centro (sede do município). Isso fazia com que o dinheiro só circulasse naquele meio e, assim havia um outro processo de acúmulo de capital. Quando

havia necessidade ir à sede da cidade de Breves, a empresa dispunha de um barco para fazer o trajeto de ida e volta. Esse mesmo barco era responsável pelo deslocamento dos trabalhadores que não moravam na Vila Intel e ficava à disposição da comunidade para alguma emergência que surgisse. Destaca-se que o transporte de barco em condições seguras é fundamental numa região com muitos relatos de acidentes fatais em decorrência de transporte inadequado ou clandestino.

Para conseguir morar na Vila Intel era necessário aguardar uma casa desocupar, e quando isso acontecia, revelava a saída de alguém da empresa. As pessoas tinham um prazo para desocuparem o local, para assim, ceder a outro. Muitos desses espaços eram ocupados por mais de uma família, principalmente quando havia uma rede de parentesco, cultural na região. Tinham casas que eram divididas em até três cômodos. Na Vila, havia festas nos finais de ano e eram promovidos dias de lazer para as famílias patrocinado pela empresa. Havia entrega de presentes às crianças nas festas natalinas e sempre providenciavam atrações que distraíssem os adultos. Tais ações eram estratégias para amenizar as diversas situações que os trabalhadores vivenciavam no decorrer do ano, algumas vezes, até perigosas.

Como já mencionado, muitos trabalhadores eram submetidos a situações de risco a sua integridade física e a pressão psicológica no seu local de trabalho. Estas últimas relacionadas às estratégias de despertar o “brio dos homens” para o trabalho sem cansar. Com ausência de máquinas próprias de extração de madeira que realizam o trabalho com maior volume e velocidade, era comum os trabalhadores estarem carregando pesos muito além de sua capacidade, ocasionando sérios e crônicos problemas de saúde. Os relatos ouvidos descrevem o sofrimento com o pó e o barulho das serras, em contato com calor extremo das caldeiras, aumentando muito chances de adoecimento, uma vez que muitos desses trabalhadores, oriundos de atividades ribeirinhas, não tinham conhecimento dessa realidade.

A brutalidade do trabalho era comum, as pessoas eram destinadas a fazer o trabalho pesado. O fato de não terem roupas adequadas para esse tipo de trabalho, facilitava ainda mais os riscos desses trabalhadores de serem afetados. A ingestão da água contaminada com produtos químicos era uma situação normal, acarretando várias doenças digestivas. A longo prazo, essas doenças só eram descobertas quando se dirigiam ao posto mais próximo ou quando iam à cidade para a realização de exames. Como o trabalho era manual, o tempo de duração era maior, assim, muitos deles ficavam o dia inteiro dentro do rio, fazendo o que hoje é feito bem mais rápido em razão da tecnologia.

O trabalho realizado hoje pelas empilhadeiras que carregam toras era feito, à época, por homens dentro d'água, por horas e sem proteção alguma, sendo expostos a todo tipo de doença e insetos, além de morcegos, aranhas, cobras, sapos e outros. As situações de trabalho eram precárias e a segurança no local de trabalho era insuficiente. Alguns perdiam partes do seu corpo, como dedos, outros eram expostos ao veneno que colocavam nas madeiras depois de serradas para que as mesmas conservassem por mais tempos, causando alergias, e, ocorrendo situações mais grave nessa atividade: morte por desconhecimento do processo.

Percebe-se que a única preocupação era com a produção e lucro, essência do processo de acumulação capitalista. Não havia cobrança dos danos ambientais e humanos, além de ter a ideologia dominante de que os recursos naturais eram infinitos. A preocupação constante era como saquear mais, desmatar mais, extrair mais, mas não em como reparar o vazio que iam deixando pelas matas e as marcas que não cicatrizam até hoje na vida de muitas pessoas. A dor do sofrimento e da perda da condição humana e da vida. A esse respeito assim se manifestou uma informante, antiga moradora da Vila Intel, que viveu diretamente essa situação:

[...] não tinha aquela segurança, não tinha aquela... como é que se diz mesmo... aquela fiscalização direto pra ver se estavam trabalhando com os materiais, pra ver se estavam de acordo com o trabalho deles e isso não evitava que certos acidentes que aconteciam [...]. Aconteceu dessa vez da caldeira que explodiu, foi muito forte, a gente morava lá né, a gente ouviu foi um desespero lá e jogou um senhor que trabalha próximo ali que ele ficou todo queimado sabe? Aí trouxeram ele, aquele homem gritando assim no desespero todo queimando. [...] é que o dele foi muito grave, ele ficou assim todo defeituoso né, andando assim todo defeituoso, e tinha assim na serra né, tiravam a ponta do dedo, tiravam o... até daquele meu cumpadre ele teve um acidente né, que tirou esses três dedos dele aqui, o avô dela também [apontando para criança] ficou sem essa parte do dedo, de vez em quando acontecia [...]. Aí no caso do acidente mais... como é que diz, o mais grave que teve foi o do pai dela né [aponta para uma jovem], que foi um acidente fatal mesmo que o caso não teve essa parte do... da.. da eletricidade né, que tinha, disque [expressão de dúvida], o pessoal da SIPA, mas como eu tô dizendo, não ficava aquela fiscalização lá pra ver, fazendo a manutenção né, tinha as pessoas, os eletricitas, mas não... porque se eles fizessem manutenção pra prevenir, não tinha acontecido assim, logo de primeira né, não tinha sido assim, aí por isso que a gente diz, eles falam que tinha né, segurança, mas não tinha (Breves-PA. 05/10/2019).

Essa fala só reforça o quanto a vida desses trabalhadores era desvalorizada, além de ser mão de obra barata, e com um número alto de pessoas à disposição do serviço, a segurança era o que menos importava para os madeireiros, pois o objetivo estava relacionado ao lucro, não levando em conta a questão ambiental, nem sequer a saúde dos trabalhadores. Medeiros e Jurado (2013) informam que o risco ocupacional mais citado no que diz respeito ao índice de

acidente no setor florestal é o risco físico, que acontece principalmente pelo fato do ambiente de trabalho ser propício, influenciando no aumento de acidentes.

Fica nítida as poucas informações sobre as condições de trabalho em madeireiras no Marajó. Pelas razões até aqui apontadas, percebe-se baixos registros oficiais por parte dos órgãos públicos, prevalecendo a narrativa ufanista e hegemônica do poder econômico e político da região. No arquipélago do Marajó, esse tema ainda é recorrente e retrata a realidade dos países latino-americanos que são espaços de fronteira de recurso de expansão do capital por contar com um conjunto de medidas favoráveis no âmbito político para mercantilização da natureza e contam as resistências e lutas sociais dos povos da floresta. Ao tensionar o assunto a partir de uma abordagem histórico-social, informações são retiradas “debaixo do tapete” e ressurgem com potência de reflexão sobre um passado ainda vivo na memória social de muitos marajoaras e presente na vida de trabalhadores que, em pelo século XXI, atuam nas mesmas condições de precariedade. Portanto, há uma mistura entre lembranças e memórias e a realidade social que segue privando socialmente pessoas de seus direitos. O mesmo silenciamento do século XX também perdura no século XXI não obstante as denúncias e enfrentamentos de entidades sociais e grupos de pesquisa.

2. O silêncio diante dos problemas de saúde e insegurança

O silêncio guarda marcas profundas do campo de conflitos na região marajoara com as atividades madeireiras. Esse silêncio tem intencionalidade e guarda relação direta com a lógica da expansão econômica. As comunidades ribeirinhas, historicamente rejeitadas e invisibilizadas, vivem realidades sociais complexas que os estudos interdisciplinares na área da sociologia do desenvolvimento, planejamento regional e história social têm buscado investigar sobre as condições político-econômicas de produção de riqueza e concentração de renda como também instituidoras e inerentes à reprodução da extrema pobreza, perfazendo a contradição social instalada na região. Somando a isso, o desemprego em alta e o crescimento da informalidade empurram ribeirinhos e outros sujeitos para condições de trabalho desumanos na região. Os fatos históricos da expansão dos empreendimentos madeireiros dão pistas para entender como a desigualdade social alimenta o ciclo de precarização de condições de trabalho. E mais: as narrativas contraditórias de atores sociais e político-econômicos

permitem construir reflexões que perpassam pelas relações de poder concomitante ao avanço da mobilidade do capital para produção da riqueza.

A maioria de moradores de comunidades ribeirinhas que tiveram em seus territórios madeiras trazem histórias e episódios dolorosos sobre essa época no que diz respeito aos acidentes de trabalho. Muitos até hoje sentem os danos ocasionados pelo tratamento desumano. Para Medeiros e Jurado (2013) esses acidentes de trabalho acarretam aos trabalhadores danos que podem variar de restrições laborais até a impossibilidade de trabalho, seja temporária ou permanente. Por essa razão, a atividade madeira é de risco considerável.

A atividade madeira foi considerada principal atividade econômica no Marajó, mais precisamente no município de Breves. No entanto, este processo se deu sob uma cultura de extração ilegal de madeira, o que gerou várias denúncias e apreensão de esquemas clandestinos pelo IBAMA (MIRANDA, 2007). Coincide também com a ampliação dos debates sobre as questões ambientais que começaram a ser mais difundidas no mundo, e assim a Amazônia foi ganhando mais destaque no que diz respeito à preservação ambiental. Com a crise financeira e as crescentes denúncias, as empresas foram fechando.

O alto nível de desemprego e a ineficácia da fiscalização contribuiu para a derrubada clandestina de madeira. Esta torna-se, para muitos trabalhadores locais, um meio de subsistência, uma forma de manterem suas famílias e ao mesmo tempo esta ocupação é uma forma de emprego infrutífero, que gera um vício empregatício, devido a população não conhecer e/ou ser capacitada para exercer outro tipo de ofício que não seja o da extração vegetal.

A economia extrativista florestal, frequentemente, não emprega mão de obra especializada ou qualificada e, por isso, o fechamento das madeiras não apenas desempregou grande parte da população ativa do município, mas também deixou sem renda muitas pessoas que não têm qualificações necessárias para trabalharem nos poucos empregos que a região oferta, reconhecendo aí mais uma falha e/ou descaso do Governo: não incentivar a qualificação profissional investindo na educação da população local. Tendo em vista que no mundo globalizado em que vivemos exige-se cada vez mais pessoas especializadas/capacitadas (RAMOS, RODRIGUES, SANTOS, 2011, p. 3)

Devido esses fatores, no auge do ciclo da madeira, os acidentes se tornavam cada vez mais comuns. Perder um membro do corpo durante a jornada do trabalho nas serras, era visto, de certa forma, como natural pelos trabalhadores. A maior parte dos operários não tinham acesso a treinamentos para exercer suas funções, o que refletia no alto índice de acidentes. Os trabalhadores também não tinham acesso aos seus direitos trabalhistas e eram explorados diariamente, sendo sobrecarregados e exercendo funções que hoje são feitas por máquinas. Além do ambiente de trabalho extremamente insalubre, indo desde a retirada da madeira na

mata, recolhida da mesma passando pelo rio para chegar na serraria, onde era beneficiada pela caldeira dentre outras etapas produtivas.

As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores florestais, quando comparadas com as atividades de outros setores, em geral são consideradas pesadas e extenuantes. Trabalhando ao ar livre, o empregado fica exposto às intempéries do clima e suas consequências, sofrendo com o calor ou frio, com a umidade, os ventos etc. Muitas vezes, o local de trabalho fica distante de sua residência, obrigando o trabalhador a dispender tempo e energia no trajeto, correndo o risco de sofrer acidentes. Devido ao isolamento do local de trabalho, geralmente faltam facilidades para o atendimento médico e de primeiros socorros. (MEDEIROS, JURADO, 2013, p. 88)

Para o avanço da atividade, situações extremas de violência eram constantes. Sobre isso, Leão (2014) analisa que muitos trabalhadores tinham contatos com animais venenosos, pois tratava-se de área densa de floresta, fazendo com que adquirissem doenças. É importante também mencionar o contato que trabalhadores tinham com cheiro forte do veneno que era colocado nas árvores, gerando muitas reclamações porque prejudicial à saúde.

O silenciamento diante da pobreza extrema, da devastação dos ecossistemas e da apropriação da força de trabalho tem justificativa e atendem a um modelo de desenvolvimento voltado ao mercado e sua liquidez. Breves foi palco desta contradição e ainda hoje vive os efeitos danosos desse processo.

[...] Breves, após a extração excessiva dos recursos naturais, aumentou drasticamente a desigualdade social e mudanças nos costumes da população local. Isso porque os recursos financeiros oriundos da extração dos recursos naturais da região não foram investidos na localidade de onde foram extraídos, sendo enviados para outras localidades, contribuindo para o grande crescimento das desigualdades locais, tendo na pobreza uma de suas faces. (RAMOS, *et al.* 2011, p. 1)

No entanto, esse assunto é pouco aprofundado, não sendo dada a devida importância. Parece que as histórias de vida dos trabalhadores ficaram no passado e o “esquecimento” é normalizado até quando acontece um novo acidente que é noticiado pelos meios de comunicação da cidade. Nesse momento, reatualiza-se as relações de poder e dominação, estruturando a sociabilidade na região, subalternizando populações e povos tradicionais que seguem resistindo e fazendo valer seus direitos socioterritoriais.

Considerações Finais

O artigo analisou e destacou as consequências do modelo operante das elites econômicas e políticas com o ciclo da madeira no Marajó. Na América Latina, e com suas especificidades na Amazônia, esse modelo marcadamente racista e excludente, produz o “progresso” sinônimo de destruição e genocídio, desde o início do processo de colonização. Em que impera a busca desenfreada por riquezas, sem qualquer preocupação com os danos causados ao longo de sua trajetória, visto que em meio a todo esse “avanço” a diversidade de vidas e espécies estão em riscos. A devastação em busca de riqueza continua e avança com ares novos da tecnologia. Observa-se que a exposição humana ao risco permanece com a exploração dos recursos naturais, e no âmbito das comunidades ribeirinhas, esse risco à segurança é bem maior.

Essa abordagem joga luz sobre a contradição riqueza e pobreza e como ela é evidenciada em regiões que tem seus territórios devastados por grandes empreendimentos. A ausência de políticas públicas e o desconhecimento dos direitos são constantes. No geral, os moradores das comunidades ribeirinhas não acreditam nos órgãos públicos e sentem-se esquecidos. O fato da existência de trabalho ilegal revela essa vulnerabilidade social e jurídica. Hoje, mesmo que o número de madeiras no município de Breves esteja baixo, ainda há muitas serrarias clandestinas, com números altos de pessoas que se submetem a trabalhos desumanos. O drama social permanece porque a maior parte da população brevense está na zona de extrema pobreza, levando muitos trabalhadores a arriscarem suas vidas mediante aos serviços precarizados e desumanos, não tendo nenhuma perspectiva que possa garantir sua segurança, saúde, e entre outros direitos.

O contexto desta discussão se alia ao entendimento de que as transformações que vem ocorrendo na cena sociopolítica e econômica da Pan-Amazônia é a continuidade do processo histórico de mudanças observadas na sociedade em função do avanço dos interesses de mercado sobre os territórios, contemporizando a desestruturação socioespacial via acirramentos dos conflitos pela terra, ampliação dos impactos socioambientais, racismo/injustiça ambiental e da reprodução da extrema pobreza. Os recursos naturais e a disputa pelo capital natural especializa regiões como o Marajó, considerado território de expropriação tanto humano como da natureza. No caso aqui estudado a madeira, atendendo à agenda neoextrativista de empreendimentos com a ideologia de “que trazem desenvolvimento”. Tratam-se de intervenções territoriais acompanhadas de práticas favoráveis da gestão pública (âmbito global e local) e ações de infraestrutura de produção e

transporte para garantir a produção em larga escala, fundamental para a reprodução ampliada do capital e da sua mobilidade.

O lugar da Amazônia na economia do sistema mundo se dá pela dinâmica da globalização e aumento da competitividade, tendo nos recursos naturais e no potencial logístico elementos diferenciadores que a região possui. Isso pressupõe apropriação desigual da natureza e suas variadas formas de expropriação e violência, além da sofisticação nas formas de exploração e controle de terras e recursos naturais por empreendimentos minerais, agrícolas e madeireiros. Esses empreendimentos atuam no cenário internacional com produção de commodities e concentram terra, devastam florestas e promovem desmatamento acumulado. A configuração político-econômica do arquipélago do Marajó tem influência dos conflitos territoriais e supremacia da força militar-financeira que garantiu a conquista da Amazônia.

Nosso projeto de extensão vem intensificando suas atividades no sentido de problematizar o tema com as comunidades ribeirinhas na direção de denúncia e anúncio com vistas aos direitos socioterritoriais. A realidade de muitos trabalhadores, moradores dessas comunidades, que foram acidentados, outros adoecidos e aqueles que morreram reforça a necessidade de discutir esse passado e trazê-lo para uma outra percepção de modelo de sociedade. Trata-se de valorizar mais a vida em vez de vê-la como mercadoria para exploração.

Referências:

ARANHA, A.; CALIARI, T. Trabalho escravo na Amazônia: homens cortam árvores sob risco e ameaça. **Repórter Brasil**. 13 de mar. 2017. Disponível: <<https://reporterbrasil.org.br/2017/03/trabalho-escravo-na-amazonia-homens-cortam-arvores-sob-risco-e-ameaca/>>. Acesso em: 28 de mar. 2020.

BARATA, Adriana Simone do Nascimento. **Ambiente e ordenamento do território: a questão ambiental dos desmatamentos em áreas protegidas na Amazônia**. Estudo de caso na RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) Alcobaça, Tucuruí-Pará-Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais**

nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508200>. Acessado em: 10 de out. 2019

BRASIL. **Legislação Ambiental Básica / Ministério do Meio Ambiente. Consultoria Jurídica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008.

CARMO, E. D. **O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. 230 f. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

CASTRO, E. M. R. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno do CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas. **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 22 de mar. 2020.

GONÇALVES, Amanda. CORNETA, Andrei. ALVES, Fábio. CAMPAGNOLI, Fernando. AQUINO, Heloisa. MARQUES, Jorge. BENATTI, José. BARBOSA, Leonard. CARVALHO, Maria. A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia. Capítulo V: Marajó, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA**. Função Socioambiental do patrimônio da União na Amazônia / organizador: Fábio Alves. – Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160623_livro_funcao_socioambiental.pdf>. Acessado em: 13 de março 2020.

IBGE. **Censo demográfico 2010 e Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 abr. 2018.

LEÃO, Dione do S, S. **O porto de Breves em Narrativas (1940-1980)**. 1º. ED. Belém- PA: GAPTA-UFPA, 2014. V. 1º. 170P.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4. Ed. Belém: Cultura Brasil, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=DruKDwAAQBAJ&lpg=PP1&dq=JO%C3%83O%20DE%20JESUS%20PAES%20LOUREIRO&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q=JO%C3%83O%20DE%20JESUS%20PAES%20LOUREIRO&f=false>>. Acesso em: 10 de maio. 2018.

MEDEIROS, J. V.; JURADO, S. R. Acidentes de trabalho em madeireiras: uma revisão bibliográfica. **Revista Agrogeoambiental**, Pouso Alegre, v. 5, n. 2, caderno II, p.87-96, ago. 2013.

MIRANDA, Carolina Barros. **O Potencial turístico do Município de Breves**. Departamento de Turismo/UFPA (Monografia), Belém, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos:** Uma contribuição para a ecologia política da região. Revista Crítica de Ciências Sociais 2015. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rccs/6018#ndlr>>. Acessado em 04 de set 2019.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Movimentos Socioterritoriais, a Contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural.** São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013

RAMOS, Elenise. RODRIGUES, Aldair. SANTOS, Dione. **Notas sobre o processo de utilização dos recursos naturais no Marajó-Breves e suas consequências:** um futuro à (re) construir. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís Maranhão 2011.

RESQUE, Samir Pinto. **Exploração madeireira e trabalho análogo ao de escravo no estado do Pará:** o caso do Arquipélago do Marajó. Belém, 2013.

SANTOS, Daiana, Brito. **Economia madeireira:** dificuldades de regulação e efeitos sobre quilombolas no arquipélago do Marajó. Belém 2015.

VERÍSSIMO, A.; LIMA, E.; & LENTINI, M. 2002. **Polos Madeireiros do Estado do Pará.** Belém: Imazon. 2002.

PARA DECIFRAR O MUNDO DO TRABALHO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A TÉCNICA DA ENTREVISTA

Hiago Trindade¹

Resumo: Discorremos sobre algumas contribuições teórico-metodológicas fornecidas por Marx ([1880] 1982) e por Engels ([1845] 2010) para conhecer a realidade dos sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho, e, posteriormente, a partir de um relato de experiência ancorado na realização de entrevistas com operários da indústria têxtil, tecemos reflexões sobre as contribuições da entrevista enquanto ferramenta metodológica relevante para apreensão da realidade.

Palavras-chave: Trabalho; Entrevista; Relato de experiência; Conhecimento da realidade.

Resumen: Escribimos acerca de algunas contribuciones teórico-metodológico proporcionadas por Marx ([1880] 1982) y por Engels ([1845] 2010), para conocer la realidad de los sujetos que viven de la venta de su fuerza de trabajo. Más adelante, desde un relatório de experiência anclado en entrevistas con los obreros de la industria textil, tejemos reflexiones acerca de las contribuciones de la entrevista cómo herramienta metodológica importante para la apreciación de la realidad.

Palabras clave: Trabajo; Entrevista; Relatório de experiência; Conocimiento de la realidad.

Abstract: We discuss some theoretical-methodological contributions provided by Marx ([1880] 1982) and Engels ([1845] 2010) to learn about the reality of the subjects who live off the sale of their workforce, and, later, from a report of experience anchored in conducting interviews with workers in the textile industry, we reflect on the contributions of the interview as a relevant methodological tool for understanding the reality

Key-words: Work; Interview; Experience report; Knowledge of reality.

Introdução

A compreensão das condições de existência da classe trabalhadora sempre despertou o interesse de diversos sujeitos. Para produzir dados a esse respeito, vários estudos, sobretudo no âmbito da sociologia do trabalho, foram desenvolvidos a partir da recorrência às mais variadas técnicas e fontes de pesquisa (Cf. por exemplo, BASSO, 2018; ABILIO, 2014; GEORGES; CABANES; TELLES, 2011). Dentre os autores mais clássicos, as investigações levadas a cabo por Marx e por Engels se inscrevem em uma tradição teórico-política empenhada em compreender, para além da aparência e dos tendenciosos dados produzidos

¹ Professor Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG - Campus Sousa). Bacharel e Mestre em Serviço Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Interessa-se, particularmente, por estudos e debates na área de Serviço Social e trabalho profissional, assim como no campo da sociologia do trabalho. . Email: hiagolira@hotmail.com.

pelos sicofantas da burguesia, a real situação da classe trabalhadora nos marcos do modo de produção capitalista.

Por isso, os estudos desses filósofos priorizaram o contato com os sujeitos da classe trabalhadora nos círculos políticos, nos bairros operários e nos espaços que, em geral, o operariado se inseria, rendendo-nos elementos teóricos significativos. Ilustrativo desse esforço é o questionário elaborado por Marx ([1880] 1982) para expor as condições e a configuração da classe operária na França, bem como a instigante pesquisa de Engels ([1845] 2010) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. A partir desses estudos (mas não apenas!), os autores ofereceram contribuições valiosas para o entendimento e a transformação da realidade. Por sua vitalidade, o legado dessa tradição teórica e política permanece vivo nos dias atuais e incentiva a realização de novos estudos centrados em compreender a classe trabalhadora no quadro das constantes mutações verificadas no modo de produção capitalista.

Na esteira dessa tradição, pretendemos, com este artigo, relatar a nossa experiência com a aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos trabalhadores da indústria têxtil Casa de Costura². Como se sabe, o relato de experiência se presta a descrever uma determinada situação, vivenciada por indivíduos e/ou grupos, a partir da qual seja possível apresentar um conjunto de reflexões e ponderações teóricas e metodológicas relevantes para os sujeitos interessados naquele tema/vivência.

Portanto, é importante frisar que, neste texto, não analisaremos os dados empíricos obtidos com a pesquisa³ mas, sim, apontaremos um conjunto de aspectos técnicos relacionados à nossa inserção em campo durante a aplicação/produção das entrevistas, demonstrando sua validade enquanto ferramenta metodológica útil à apreensão da realidade⁴.

Assim, não pretendemos oferecer “receitas” prontas ou demarcar procedimentos rígidos para a ação da entrevista, mas sim indicar o percurso e os percalços que nos conduziram na produção de dados no âmbito da investigação empreendida junto aos trabalhadores do ramo têxtil, com vistas a extrair desse processo lições importantes para todos aqueles interessados em utilizar a técnica da entrevista para descortinar o mundo do trabalho na sociedade contemporânea.

²Casa de Costura é o nome fictício da indústria que nos serviu de mote investigativo durante a realização da pesquisa.

³Aos interessados na análise dos dados propriamente ditos, indicamos a leitura de Trindade (2017).

⁴ Corroboramos a compreensão segundo a qual “[...] em seus vários tipos, características, modelos e formas de abordagem do sujeito pesquisado, [a entrevista] possibilita ao pesquisador uma aproximação com a realidade que procura compreender por meio da interação da tríade: pesquisador, objeto de pesquisa e sujeito pesquisado” (SANTOS, *et al.*, 2014, p. 49).

1. O mundo do trabalho: algumas contribuições de Marx e Engels

Nesse tópico, faremos menção a dois esforços envidados por Karl Marx e por Friedrich Engels na direção de contribuir com a tarefa de aprofundar o entendimento acerca das condições de existência da classe trabalhadora, a saber: a Enquete Operária, produzida por Marx, e o livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, de Engels.

Em 1880, Marx elabora um questionário de pesquisa, impulsionado pela necessidade de conhecer, rigorosamente, as condições de existência do operariado francês, dado que, como aponta o autor, as informações existentes até aquele momento histórico (fins do século XIX) não eram capazes de fornecer esse quadro (MARX, [1880] 1982). Para tal exercício, a escolha do questionário não é ocasional. Pelo contrário, ao eleger esse instrumento, Marx demonstra que o mesmo constitui uma via favorável para estabelecer contato com os trabalhadores de diversos ramos e regiões e, igualmente, para desenvolver reflexões acerca de questões nevrálgicas para assimilar melhor a realidade.

Assim, no preâmbulo que antecede as perguntas, Marx afirma: “confiamos contar [...] com a ajuda de todos os operários da cidade e do campo, conscientes de que apenas eles podem descrever, com todo conhecimento de causa, os males que suportam [...]” (MARX, [1880] 1982, p.249). Com isso, o pensador alemão nos demonstra que a elaboração da teoria – entendida enquanto reprodução ideal do movimento do real (NETTO, 2009) –, deve ser pensada a partir das informações de quem vive no cotidiano e na pele, os impactos da forma de organização societal vigente.

Todavia, como sabemos em Marx o conhecimento não se constrói apenas para compreender as determinações que dinamizam a realidade, ao contrário, deve fornecer elementos que possibilitem operar transformações nessa mesma realidade. Nesse sentido, como enfatiza um estudioso do tema, “não se pode separar esta enquete de seu trabalho político geral, que tem como único objetivo transformar os proletários numa classe antagonista, ‘unindo-a pela organização’ e ‘guiando-os pelo saber’” (LANZARDO, 1982, p. 237).

A enquete de Marx é constituída por 100 perguntas⁵, distribuídas em quatro eixos principais. Em linhas gerais, a partir da leitura desses eixos, podemos identificar que, no primeiro deles, o autor se preocupa em compreender o espaço físico e as estruturas laborais

⁵ Além das 100 perguntas propriamente ditas há um espaço para que os operários apontem outros aspectos que considerassem relevantes.

em que se inserem os trabalhadores. Já na segunda parte, prioriza-se o entendimento da conformação das condições e relações de trabalho assentadas na exploração e dominação de classe. Por sua vez, a terceira parte se preocupa, dentre outros aspectos, com as formas de regulação jurídica que balizam o trabalho dos operários arguidos. Na última parte, Marx busca obter informações acerca dos processos de organização política da classe trabalhadora e, em especial, do movimento sindical.

Por certo, diante das intensas transformações processadas no modo de produção capitalista, algumas questões contidas no questionário de 1880 não oferecem mais validade no atual tempo histórico. Outras, contudo, permanecem atuais e, inclusive, podem servir de norte para a realização de novos questionários, quando se tem em vista compreender as condições e as relações de trabalho no ramo fabril-industrial, como nos faz crer Thiollent (1982). No estudo que fizeram acerca da enquete operária de 1880, Alves e Jackson Filho (2017) apontam alguns elementos capazes de demonstrar a atualidade desse questionário. Dentre eles destacam o fato de que a enquete: “explora problemas de saúde e de vida que continuam presentes no mundo contemporâneo; relaciona problemas de saúde e de vida dos operários ao processo de produção capitalista” (ALVES; JACKSON FILHO, 2017, p. 27).

De um modo ou de outro, independentemente das questões (consideradas isoladamente), há que indicar que a enquete formulada por Marx possui um sentido e uma direção sociopolítica, a saber: a compreensão das condições de vida e existência da classe trabalhadora guiada por uma perspectiva crítica e englobando a totalidade de aspectos que marcam a condição de trabalhador assalariado na sociedade – e esta é uma questão da maior importância para pensarmos a realização de estudos e pesquisas na realidade hodierna.

Por seu turno, o estudo de Friedrich Engels ([1845] 2010) também é fundamental para analisar as condições de existência do operariado. Sua obra seminal, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* foi escrita durante seus tempos juvenis, no entanto, já é reveladora de uma densa maturidade teórico-intelectual, sendo marcada por importantes informações produzidas a partir de diversas fontes investigativas, tais como jornais, documentos/relatórios dos organismos oficiais emitidos na época e anotações sistemáticas a partir de suas visitas de campo. Tais informações, oriundas da inserção direta do autor nos meios operários e sistematizadas sob a forma de texto, forneceram-nos um excelente panorama da realidade inglesa em suas conexões e articulações mais íntimas. Constitui, portanto, um importante documento e um marco quando se pretende investigar os meandros do mundo do trabalho.

Em um relato de sua experiência para a produção desse texto, afirma o autor:

Durante vinte e um meses, tive a oportunidade de conhecer de perto, *por observações e relações pessoais*, o proletariado inglês, suas aspirações, seus sofrimentos e suas alegrias – ao mesmo tempo em que completava minhas observações recorrendo às necessárias fontes originais. *Tudo que vi, ouvi e li está reelaborado neste livro* (ENGELS, [1845] 2010, p. 41 – Grifos nossos).

Dessa forma, Engels demonstra que as condições de vida dos trabalhadores devem ser pensadas tendo em vista o modo pelo qual são conformadas as relações no espaço social e laboral em que se inserem. Nesse sentido, o esforço e um dos méritos de Engels reside, a nosso ver, na sensibilidade que teve o autor para sistematizar os dados com os quais se defrontou a partir dos diálogos com os operários, das impressões extraídas nos espaços percorridos e das leituras as quais que procedeu para enriquecer suas ideias. Como alude transcrição acima, tudo que viu, ouviu e leu foi reelaborado para o livro, o que implicou a escolha de determinados caminhos e direcionamentos.

Assim, podemos afirmar que a realidade relatada por Engels se fez possível a partir das conversações que realizou com os trabalhadores com os quais conviveu ao longo de um expressivo período de tempo. Certamente, em seu contato e interação cotidiana com esses sujeitos, Engels os interrogou sobre diversas questões indispensáveis para captar suas condições de vida e existência, seus reveses e dificuldades. Talvez por isso sua obra seja tão viva e pulsante.

De fato, Friedrich Engels ([1845] 2010) logrou revelar um retrato das precárias condições de vida da classe operária inglesa na primeira metade do século XIX. No contexto investigado pelo referido pensador, deparamo-nos com um conjunto de sujeitos – homens, mulheres, crianças e idosos – que vivem em vilas operárias as mais degradantes, sem quaisquer condições de higiene e salubridade, permeadas por poças de lama, lixos, fezes, pela poluição do ar etc.

Segue o autor indicando que, nos minúsculos cubículos em que se encontram, os operários vivem espremidos e, muitas vezes, têm de dividir o espaço já reduzido com porcos e/ou outros animais. Os móveis são raros ou inexistentes em alguns desses casebres. No mais das vezes, dormem, em “colchões” de palha, improvisados e, para conseguirem se agasalhar do frio muitos têm à disposição apenas a roupa esfarrapada que veste suas peles. Devido aos baixíssimos salários, a alimentação também é deveras precária, consistindo em reduzidos produtos, sem qualidade alguma (ENGELS, [1845] 2010).

Como se nota, a existência do operariado inglês sempre foi permeada por inúmeras dificuldades, que atravessavam sua vida do momento em que abriam os olhos ao amanhecer e permaneciam até a hora em que se recolhiam para dormir. As ausências diárias, a incerteza sobre o futuro, as mazelas e o pauperismo do presente davam o perverso sentido à vida desses sujeitos. As dificuldades – não de maneira natural – parecem fazer parte da biografia dos trabalhadores em todos os lugares do mundo em que eles se encontram, condicionadas historicamente pelas condições sociais de existência. Elas marcaram o século XIX e permanecem hoje mediadas pelas determinações dos novos tempos em que nos encontramos. Por suposto, para além das equivalências que podemos registrar entre os diferentes tempos históricos, e que nos auxiliam na condução de nossas formulações teóricas, o estudo de Friedrich Engels oferece pistas metodológicas fundamentais para direcionarmos nossas pesquisas sobre o mundo do trabalho na realidade atual.

Oferece, igualmente, contribuições políticas. Afinal, nenhuma relação social é produzida ao acaso: determinados contatos, fricções, embates e disputas entre sujeitos dinamizam a arena social, sendo polarizados por interesses antagônicos. Em seu texto, Engels (2010) evidencia isso em cada uma das páginas escritas e, ao mesmo instante, nos convida a tecer ações que busquem converter nossos estudos sobre as condições de existência do operariado em mola propulsora para sua libertação.

A técnica da entrevista para desvelar o mundo do trabalho: um relato de experiência

Em sua pesquisa sobre a precarização do trabalho das revendedoras de produtos da Natura, Ludmila Abilio (2014) relata que o contato com as trabalhadoras para a realização das entrevistas que realizou ocorreu a partir das pessoas com as quais já estabelecia contato. Diz ela: “Para a realização da pesquisa empírica, cheguei às vendedoras por diversos canais. O primeiro deles partiu de minha própria rede de relações pessoais. É muito fácil encontrar uma vendedora Natura na cidade de São Paulo” (ABILIO, 2014, p. 14).

Conosco, ocorreu algo semelhante. De imediato, sabíamos da impossibilidade de entrevistar os trabalhadores a partir de uma inserção na unidade fabril em que desempenhavam suas funções. Cercados por esse problema, a nossa primeira alternativa para “ultrapassar” os muros que escondem a Casa de Costura surgiu em uma das tantas conversas travadas acerca do que, na época, constituía o nosso projeto de dissertação de mestrado. Ao longo dos tempos, íamos encontrando, cada vez mais, sujeitos que conheciam os

trabalhadores da indústria, até que nos deparamos com a ex-operária, Rosey Safran⁶, que se disponibilizou a percorrer, conosco, o bairro em que residia, local onde também habitavam uma série de outros operários da indústria.

A contribuição de Rosey Safran foi decisiva para que conseguíssemos entrevistar os sujeitos. Ela nos conduziu por duas regiões do bairro em que residia. Desde o início do percurso, seguimos caminhando por entre os becos estreitos, ruas sem calçamento e permeadas por esgoto a céu aberto com o intuito de ir de encontro aos trabalhadores da “Casa de Costura”. Naquele bairro, os operários se encontravam por todos os lados. Ao chegar na casa de uns, éramos sempre informados de outros sujeitos que estavam por perto, e que poderíamos entrevistar. “*Ah, aqui quase todo mundo já trabalhou na Casa de Costura*”, diziam. E assim, de casa em casa, fomos conversando com os mesmos, explicando-lhes um pouco das nossas intenções de estudo e convidando-os a participarem de nossa empreitada.

Era uma manhã de sábado, e algumas das pessoas com quem Rosey havia realizado contato prévio para agendar a nossa entrevista não se encontravam em suas residências. Normalmente, como elas trabalham de segunda a sexta-feira, os dias de sábado são elegidos para fazer visitas aos familiares ou, ainda, para realizar outras atividades de lazer. Ou seja, estavam fazendo ações que são impedidos de realizarem nos outros dias, em virtude da rotina de trabalho que possuem.

Mas, também figuram entre as ações exercidas durante os sábados as atividades domésticas. Uma das pessoas que encontramos para dialogar foi Dora, uma experiente trabalhadora do ramo têxtil. Ao tomar ciência do nosso objetivo em entrevistá-la, adiantou-se em dizer que poderia contribuir, desde que fosse rápido, pois estava “*lavando roupa*” e com “*um frango no fogo*”. Explicava-nos que não poderia demorar muito tempo conosco, porque utilizava o final de semana para ordenar as atividades em sua residência. Realmente, de dentro da casa (nós ficamos na área) alguém gritava para que ela fosse à cozinha, e, com outro grito, ela respondia pedindo para não deixar o frango queimar e indicava que iria tão logo terminasse de “*responder o questionário do menino*”. Essa entrevista se deu a passos

⁶Ao longo desse texto, a fim de garantir os preceitos éticos que envolvem a pesquisa, substituímos os nomes dos(as) entrevistados(as) por outros. Elegemos, para identificá-los, nomes de operários e operárias da indústria têxtil *Triangle Shirtwaist*, localizada em Nova Iorque, onde eram, tal como as trabalhadoras da Casa de Costura, submetidas a extensas e duras jornadas de trabalho. Em 1911, no início do século XX, sucedeu-se naquela fábrica um terrível acontecimento: um incêndio se alastrou pelo prédio, levando cruelmente a morte de cerca de 146 jovens costureiras. O episódio marcou fortemente as pessoas à época, e ainda nos dias atuais é aludido; inclusive, serviu de motivação para a eclosão de protestos e para a promulgação do dia internacional da mulher, em 8 de Março (Cf. GONZÁLEZ, 2010).

acelerados e, por vezes, com um toque de bom humor, mesmo que algumas situações descritas carregassem o peso de uma tragédia.

A entrevista foi muito interessante, não apenas pelos dados sobre as condições e relações de trabalho relatados por Dora, mas pelas próprias condições em que nos deparamos para a sua realização. A maneira como a entrevistada agia parecia coincidir com o que Alves (2014) descreve como modo de vida *just-in-time*. Em resumo, trata-se de um modo de reprodução social reduzido e condicionado a partir da lógica que impera com o toyotismo. Assim, por meio desse, o estilo de vida criado e conformado na fábrica não fica restrito apenas aos seus espaços, mas invade e condiciona a totalidade da vida do trabalhador, da fábrica ao lar, do lar à fábrica.

Foi isso que notamos em Dora: a correria para a realização de diversas atividades, a fala apressada para não perder tempo e a superação das barreiras que poderiam lhe impedir de realizar suas tarefas naquele dia⁷. Dora procura adequar todos os seus movimentos e demarcar bem todos os seus passos para que tudo saia nos conformes, tal como ela também aprendeu a fazer no espaço fabril-industrial, a partir da confecção de roupas. A vida da operária se reduz ao trabalho, e, ao passo em que isto ocorre, outras esferas importantes ficam em segundo plano, como a saúde, por exemplo, ou, ainda, a dimensão das vivências afetivas. De um modo ou de outro, uma coisa é certa: há ausência de sentido na existência da operária que entrevistamos, cuja situação, certamente, estende-se a tantas outras pessoas.

A partir da entrevista de Dora, pudemos, então, avançar no entendimento de como o modo de vida *just-in-time* se expressava na realidade concreta, o que, junto com os dados produzidos a partir das respostas da entrevistada, forneceram-nos análises interessantes e pertinentes. Nesse sentido – e no que concerne especificamente à técnica da entrevista – fica explícita a necessidade de que o pesquisador esteja atento não apenas às respostas que são transmitidas, mas que também observe o contexto em que as mesmas se inserem, tendo em conta enriquecer heurísticamente o material produzido. Tal perspectiva é reafirmada por Dal Rosso, quando, ao indicar os caminhos metodológicos de seu estudo sobre a intensificação do trabalho, enfatiza que “[...] a observação pode constituir um elemento complementar de grande valia [...]” (2008, p. 92).

Na continuidade de nossas andanças pelo bairro operário, deparamo-nos com outras pessoas que utilizavam o fim de semana para descansar. Em uma das residências visitadas se

⁷ Referimo-nos, mais especificamente, ao fato de a operária ter despertado acometida por fortes dores na coluna e, mesmo assim, ter ido “*pôr as coisas em ordem*”.

encontrava Bennie Sklawer, um jovem que já havia exercido suas atividades na indústria. Ao chegarmos, estava “cochilando”, mas sua mãe disse que não haveria problema em chamá-lo para que conversasse conosco. Prontamente, ele veio para a sala, onde a entrevista foi realizada. Atenta, sua mãe tentava acompanhar tudo, e sentíamos que ela realmente desejava contribuir com a nossa pesquisa. Contudo, em alguns momentos, quando o jovem se utilizava de expressões ou gírias do cotidiano, ela retrucava: “*Bennie, fale direito!*”. Esse comportamento persistiu até o fim da entrevista, mesmo depois de termos explicado para a senhora que não havia nenhum tipo de problema com a forma pela qual o seu filho se expressava.

A realização de entrevistas nem sempre ocorrerão nas melhores condições possíveis. No caso em apreço, as constantes interrupções da mãe de Bennie Sklawer certamente dificultaram a condução do processo, dado que, em alguns momentos, o jovem perdia a linha de raciocínio que estava construindo para responder as perguntas realizadas. Assim, a obtenção de um conjunto de informações relevantes para a pesquisa só foi possível porque, ao longo do processo, estávamos atentos à sua fala, o que nos permitiu resgatar expressões-chave e ideias que o possibilitaram lembrar e retomar o relato.

Essas duas entrevistas foram as que mais nos despertaram atenção, e, a nosso ver, oferecem lições importantes para a utilização da técnica da entrevista. De modo geral, nessas e em outras entrevistas realizadas, todas as pessoas foram muito atenciosas, receberam-nos bem e responderam as questões formuladas. Mas notamos que dois sentimentos se fizeram presentes na relação com os nossos entrevistados, quais sejam: a timidez e o receio. Certamente, um dos fatores que explica tais sentimentos diz respeito à nossa presença, enquanto pesquisadores, adentrando seus universos. Ora, ainda que estivéssemos acompanhados de uma ex-operária, com quem mantinham relações, não deixávamos de ser estranhos.

Mas, por suposto, tínhamos a compreensão de que esse receio não derivava, única e exclusivamente, da nossa presença em suas casas. As leituras e as entrevistas que já havíamos realizado até o momento nos forneciam a compreensão de que os medos e olhares assustados derivavam, em grande medida, da situação de instabilidade que permeia os operários da indústria em questão. Isso porque, dado o fluxo constante de admissões e de demissões na indústria, os trabalhadores têm em conta que qualquer situação pode se transformar em um elemento capaz de levá-los ao desemprego e, assim sendo, revelar as condições e as relações de trabalho às quais estavam submetidos no espaço fabril, o que poderia ser algo “perigoso”.

Não por acaso, notamos que tal receio era mais evidente entre aqueles que ainda estavam trabalhando no espaço, mesmo diante da explicação dos objetivos da pesquisa e da indicação dos princípios éticos que garantiriam o total anonimato das falas.

No geral, houve falas extensas e outras mais curtas – e, nem por isso, menos importantes. Conseguimos, por meio delas, apreender diversas novidades, aprofundar alguns conhecimentos e, até mesmo, confirmar algumas questões que, para nós, ainda se apresentavam como hipótese. Ademais, cumpre lembrar que, numa entrevista, não são apenas as falas literais que se convertem em dados sobre a realidade. Como bem demonstrou a experiência da entrevista com Dora, os gestos, as ações e as emoções também se apresentam como chaves interpretativas importantes para se compreender o que não é dito – e esses elementos podem e devem fazer parte de nossa análise, sempre que considerarmos pertinente.

Nessa direção, sempre que nos deparávamos com situações em que os sujeitos entrevistados demonstravam alguma dificuldade ou receio em falar, tentávamos, com o que já havíamos aprendido nos manuais de pesquisa, encontrar formas de instigá-los com o intuito de ampliar o debate. Utilizávamos expressões de interesse, como: “*nossa!*” ou ainda “*é mesmo?!*” e, algumas vezes, pedíamos mais diretamente para que eles aprofundassem algumas passagens de suas falas.

Em algumas entrevistas, a técnica funcionou e nos possibilitou avançar no diálogo com os trabalhadores, produzindo dados interessantes. Em outras, contudo, não obtivemos o mesmo êxito. Uma de nossas conversas é ilustrativa, nesse sentido. Nela, a entrevistada Annie Rosen se reduziu, na maioria das vezes, a nos dar como resposta “*sim*” ou “*não*” e, às vezes, fazia apenas acenos com a cabeça para confirmar ou negar alguma pergunta.

Assim, a entrevista se desenvolveu a passos rápidos. O nosso roteiro, que possuía um total de 12 (doze) perguntas, foi respondido em um curto período de tempo. Percebemos que, para obter mais elementos da experiência daquela operária, necessitaríamos formular uma série de outras perguntas, o que, de imediato, não se constituiria como um problema, já que havíamos elegido a entrevista de tipo semiestruturada para nos orientar na produção de dados. Todavia, naquele instante, entendemos que formular essas perguntas a partir das respostas (quase sempre afirmativas e/ou negativas) que nos chegavam poderia, em alguma medida, tendenciar os rumos de sua fala, e, por isso mesmo, não envidamos tal esforço.

Ademais, mesmo nas respostas não limitadas pelo “*sim/não*”, Annie parecia não estar disposta a contribuir conosco. Por exemplo, quando perguntamos sobre as atividades que desenvolvia na fábrica, respondeu-nos: “*ah, eu costuro!*”. Em um primeiro momento

supusemos que, por algum motivo, a entrevistada não havia compreendido a pergunta. Continuamos, então, tecendo indagações acerca de sua dinâmica e rotina diária no âmbito da empresa, quando, novamente, ela respondeu: “*É com uma máquina, eu faço roupas*”. Ou seja, as informações repassadas pela entrevistada eram basilares e não nos permitiam avançar na compreensão mais aprofundada da realidade e de sua condição de trabalhadora.

Essa foi uma entrevista que nos marcou significativamente no processo de produção de dados, pois, quando foi realizada, já nos encontrávamos bastante cansados em virtude das andanças sob sol forte e da quantidade de pessoas que já havíamos contactado. Mas, ao mesmo tempo, também entendíamos que as respostas simplistas, e mesmo a falta de interesse, estavam bastante ligadas aos medos e aos receios do que aquela entrevista poderia ocasionar à Annie Rosen, caso “caísse em mãos erradas”.

É preciso ter em mente que, ao eleger determinada técnica de pesquisa, iremos nos beneficiar de suas potencialidades, mas, também, defrontar-nos-emos com seus limites, alguns dos quais apontados por Gil (2008). No exemplo acima relatado, tornam-se visíveis alguns desses limites: a falta de motivação da pessoa entrevistada e seu desinteresse representaram, de fato, óbices à produção de dados sobre a realidade.

Com outras pessoas, conseguimos vencer essas dificuldades iniciais. Lembramos do desconforto de Ida Jacobowski, uma jovem operária recém-ingressa na empresa, a qual tentava procurar formas de nos dizer que estava receosa com o processo. Nesses momentos, enquanto pesquisadores, também nos sentíamos bastante apreensivos na tentativa de deixar a trabalhadora na situação mais confortável possível para o diálogo. Assim, preocupávamo-nos em encontrar a melhor maneira de fazer as perguntas, as expressões mais adequadas para usar, a mais coerente sequência, etc.

Percebemos que tais receios, tanto os dela, quanto os nossos, foi sendo rompido no decorrer da entrevista, porque conseguimos estabelecer uma relação de confiança. Como asseveram alguns estudiosos da técnica de entrevista, “Na medida em que o pesquisador vai inquirindo o pesquisado, ele também vai sendo observado e, conforme as impressões que o primeiro deixa no segundo, este vai respondendo com maior ou menor disposição e precisão, para não dizer fidedignidade” (SANTOS, *et al.*, 2014, p. 32-33).

Além disso, colocávamo-nos a refletir sobre como faríamos os questionamentos que envolviam uma avaliação mais crítica da indústria. Algumas vezes, os sujeitos entrevistados nos transmitiam essas informações sem perceberem o teor que elas possuíam, dada a naturalidade com a qual se revestiam para eles. Em outros casos, contudo, deparávamo-nos

com algumas resistências. Nessas situações, antes de fazermos as perguntas sobre os aspectos mais críticos do trabalho na indústria, procurávamos indagar os trabalhadores sobre o que eles consideravam positivo naquele espaço. Após ouvir as respostas, costumávamos seguir o diálogo afirmando algo do tipo: “*mas, sabemos que em tudo na vida há sempre pontos positivos e, também, negativos. Ou, então, aspectos que precisam melhorar[...]*”. Em geral, depois de fazermos essa reflexão, os trabalhadores se sentiam mais à vontade e expressavam sua avaliação, ainda que, muitas vezes, fizessem ponderações do tipo: “*mas isso não é muito prejudicial*”, “*mas isto não interfere muito*”.

Para além das entrevistas realizadas no bairro operário, com a ajuda de Rosey Safran, também realizamos entrevistas em outros espaços. Uma delas ocorreu com uma trabalhadora do setor gerencial-administrativo. Como sabemos, o gravador é um instrumento que, apesar de facilitar o processo de transcrição e sistematização dos dados, pode gerar, para os entrevistados, certos receios e/ou desconfortos. Com Rosey Sorkin isso ocorreu. Após apresentarmos a pesquisa, a trabalhadora aceitou conversar conosco, sem que o seu testemunho fosse registrado com o aparelho. Nesse caso, precisamos coletar as informações que considerávamos importantes em nosso diário de campo, o que conferiu outro ritmo e também outras preocupações no que tange à condução da entrevista. Afinal, sem o gravador, seria necessário anotar as informações obtidas, pensar nas próximas perguntas que deveriam ser feitas e dar atenção à entrevistada, para não tornar a entrevista enfadonha.

Nesse caso, logo que encerramos a entrevista, dedicamo-nos a aprofundar os dados anotados com informações adicionais que não conseguimos escrever *a priori* ou sobre as quais só havíamos feito pontuações curtas, o que nos foi fundamental. Afinal, quando temos a entrevista gravada, podemos voltar ao áudio e reproduzi-lo quantas vezes quisermos para elucidar as questões que se nos apresentam. Contudo, se o entrevistado não aceita a gravação, como no caso em que relatamos, temos que encontrar mecanismos para sistematizar, com a maior riqueza de detalhes, as informações obtidas. Logo após a conversa, ainda temos as memórias das informações repassadas mais vivas, e isso facilita a sua recuperação – daí a importância de não demorar em fazer essa sistematização/aprofundamento das informações contidas no diário de campo ou no instrumento que se tenha utilizado para registrar os dados.

A despeito das dificuldades, essa foi uma entrevista deveras relevante, especialmente em dois sentidos:

1) Se tratava de uma trabalhadora inserida em uma função relacionada à administração científica da empresa, o que nos proporcionou uma aproximação com temas importantes, a

exemplo do conceito de cronoanálise, qualificado por nossa entrevistada como “*o estudo dos tempos e movimentos*”. Assim, travar o diálogo com essa trabalhadora nos foi fundamental para percebermos como o tempo é um elemento central para a indústria têxtil e como ele foi sofrendo adaptações no transcurso dos períodos. Mais especificamente, com a cronoanálise, as peças deixaram de ser produzidas se observando o cronômetro “manual” e passaram a ser determinadas a partir de um relatório produzido pelo setor de engenharia da produção, que verifica e impõe o menor tempo possível para realizar cada operação, a partir dos cálculos estabelecidos.

2) O questionamento acerca de alguns aspectos da realidade de seu cotidiano de trabalho gerara confrontos com as respostas que as demais operárias havia nos transmitido durante as entrevistas que já havíamos realizado. Uma dessas divergências dizia respeito à compreensão sobre o fenômeno da dispensa dos trabalhadores naquela unidade fabril. A constância na relação entre admissão/demissão foi um aspecto não apenas enfatizado, mas também bastante reforçado pelo conjunto dos operários e operárias que entrevistamos. Além disso, cumpre frisar que, para além das entrevistas realizadas, esse era um dado expresso em algumas matérias de jornais as quais tivemos acesso no decorrer da investigação. Para nós, portanto, esse era um fato incontestável. Todavia, na entrevista com Rosey Sorkin, o relato era de que as demissões ocorriam sem tanta regularidade, o que nos causou certa surpresa e nos motivou a elucidar os nexos que davam sustentação à fala de Rosey.

Aqui, reside mais um aspecto interessante da realização da técnica da entrevista. Em alguns casos, os relatos feitos pelos sujeitos entrevistados nos subsidiam para complementar e enriquecer, com novas determinações, informações fornecidas de maneira incompleta por determinados interlocutores. Em outras situações, a diversidade de relatos é importante porque apresenta divergências substantivas e, assim, abre possibilidades de análises fecundas sobre a realidade investigada. De fato, como apontam Beaud e Pialoux, a partir da sistematização de sua experiência de pesquisa com os operários da Peugeot:

As entrevistas não aparecem – ou não aparecem somente – como a ilustração de um modelo teórico previamente construído, mas antes são um instrumento essencial de investigação, uma ferramenta de construção de hipóteses sempre em transformação, como uma espécie de trampolim para a reflexão (2011, p. 307).

Particularmente no caso da entrevista realizada com Rosey Sorkin, o “trampolim para a reflexão” nos levou a crer que a posição de maior hierarquia dessa entrevistada em face aos demais trabalhadores corroborou para a construção de um discurso sintonizado, em alguma

medida, com a defesa da empresa ou daquilo que pudesse conferir uma análise benéfica da imagem da fábrica.

Ao término das entrevistas, é cordial que se agradeça a disponibilidade dos sujeitos e que, nesse movimento, verifique-se se eles apresentam disponibilidade para novos diálogos sobre a temática. Durante a nossa pesquisa, uma situação é exemplar a esse respeito. Por ocasião da consulta a um acervo fotográfico sobre a indústria estudada, chamou-nos atenção certos sistemas de luzes dispostos nas células de produção. Tais sistemas não tinham sido mencionados em nenhuma das entrevistas que havíamos realizado anteriormente. Diante desse fato, sentimo-nos motivados a compreendê-los melhor.

Como sabemos, faz parte do toyotismo regular a produção. Essa medida realizada, também, com a utilização de luzes com cores diferenciadas que, ao acenderem, podem demonstrar aos operários a necessidade de manter a produção regular ou, ainda, elevá-la ou diminuí-la, sempre de acordo com os interesses do capital.

Contudo, esses sistemas de luzes não pareciam fazer muito sentido, dado que a indústria investigada, por si só, não consegue confeccionar toda a produção necessária para suprir a demanda existente. Diante das indagações que nos rondavam e da possibilidade de um “retorno” para novas conversas estabelecidas com as entrevistadas, voltamos a dialogar com uma delas para questioná-la sobre esse mecanismo, momento no qual descobrimos que, de fato, nos anos 1990, tal sistema de luzes era utilizado para controlar a produção, mas que, recentemente, servia para facilitar a reposição de materiais: cada tonalidade de cor se referia a um utensílio necessário à costura (linha, agulha, etc.).

Para finalizar este relato de experiência, cumpre frisar que, no campo das pesquisas que se desenvolvem no âmbito das ciências sociais e humanas, defrontamo-nos com temáticas complexas, as quais, no mais das vezes, são difíceis de serem abordadas (SANTOS, *et al.*, 2014). Certamente, os estudos sobre o mundo do trabalho se enquadram nesse rol de dificuldades, posto que requisita dialogar sobre situações de exploração, violência, sofrimento psíquico, etc.

Nesse sentido, a realização de entrevistas com vistas a captar as condições e as relações de trabalho na indústria têxtil também expressam essa complexidade. Em uma das interlocuções realizadas, os rumos da conversa com Sam Lehrer trouxeram à tona lembranças de fatos e acontecimentos marcantes para a sua vida. Diante disso, ela não conteve as lágrimas. Nessa situação, o que fazer? A nossa primeira medida foi desligar o gravador e

esperar um tempo para que a mesma pudesse recompor suas emoções. Em seguida, perguntamos se gostaria que buscássemos uma água ou se precisava de algo.

No caso relatado, a trabalhadora se emocionou já durante a última pergunta, enquanto fazia suas considerações finais. Se tal fato tivesse se passado no início ou no meio da entrevista, acreditamos que uma medida possível seria indagá-la sobre a possibilidade de continuar a conversa em um outro momento.

De um modo ou de outro, independentemente do tipo da ocorrência, é preciso ter em mente que, em situações de desconforto, os sujeitos entrevistados devem ser priorizados. A nossa primazia não pode ser a busca pelos dados, pelas respostas e pelas informações que eles irão nos repassar. Enquanto pesquisadores, necessitamos ter sensibilidade para respeitar os limites e as dores das pessoas com quais estabelecemos diálogo, expressando solidariedade às mesmas.

No âmbito dos estudos sobre o trabalho, em especial aqueles que se direcionam a partir de uma perspectiva crítica e de totalidade, deparamo-nos com relatos de situações e com a produção de dados verdadeiramente impactantes. No processo de reflexão acerca de sua pesquisa de campo com os cortadores de cana no estado da Paraíba, Lucas Bezerra (2018) observou, corretamente, que, por muitas vezes, os estudos situados no campo temático do trabalho “[...] ao realçar[em] tanto a crueldade do capitalismo, acaba[m] por ignorar elementos importantes da experiência concreta dos trabalhadores” (BEZERRA, 2018, p. 23).

Por certo, não se trata de desenvolver os nossos estudos tendo em vista tecer uma crítica situada na direção de um anticapitalismo romântico. A crítica da sociabilidade capitalista e de seu sistema de metabolismos (MÉSZÁROS, 2009) deve ser mantida e aprofundada, inclusive pelo fato de que somente conhecendo os meandros dessa forma de organização societal é que poderemos envidar esforços para transformá-la, como já ensinaram os estudos de Marx e Engels, registrados na seção anterior. No ofício da pesquisa, ainda que insistam as relações de alienação que predominam no modo de produção capitalista, em especial na dimensão do estranhamento do homem em sua relação com o gênero humano (MARX, 2017), há que exercitarmos a nossa sensibilidade e praticarmos a nossa humanidade, para que a produção de dados tenha efetivamente sentido.

Considerações finais

Diante das transformações societárias que se desdobram na realidade contemporânea, a investigação das questões e dilemas que circundam o mundo do trabalho é um imperativo. Entendemos que essa tarefa pode se realizar de diversas maneiras e a partir de diferentes recortes temáticos, mas acreditamos que a aproximação das vozes, das experiências e dos espaços dinamizados pela classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009) é fundamental. Nesse sentido, corroboramos com Marx ([1880] 1982) ao enfatizar que os trabalhadores são centrais para dimensionar, com propriedade, suas condições de existência.

Neste artigo, a partir das lições e aprendizados extraídos das investigações já realizadas pela tradição marxista, expomos um conjunto de aspectos que nos permitem aprofundar o entendimento das condições de vida e existência da classe trabalhadora. No que tange especificamente ao relato de experiência apresentado, enfatizamos que, a despeito das dificuldades encontradas no percurso da produção de dados junto aos operários da indústria têxtil Casa de Costura, as informações obtidas e sistematizadas, a partir das entrevistas e das observações de campo, revelam aspectos sobre os quais necessitamos ter em conta.

Esperamos que o relato de experiência sistematizado nesse texto auxilie, de alguma forma, para que o ofício da pesquisa se faça de forma crítica e socialmente comprometida com os interesses dos “de baixo”. Mais especificamente, desejamos que as investigações realizadas nesse campo, possam contribuir para descortinar as contradições que atravessam o modo de produção capitalista e expor as condições que infletem o modo de ser da classe trabalhadora na realidade contemporânea. E, seguindo o exemplo de Marx e de Engels, que esses dados e informações descobertas possam ser convertidas em ação política transformadora, afinal, como já apregoou Marx (2012), os filósofos já interpretaram o mundo de diferentes formas, mas o que importa é transformá-lo!

Referências

ABILIO, Ludmila. *Sem maquiagem*: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo*: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Canal 6/Práxis, 2014.

ALVES, Júlio César Leopardo. JACKSON FILHO, José Marçal. TRABALHO, SAÚDE E FORMAÇÃO POLÍTICA NA ENQUETE OPERÁRIA DE MARX. In: *Trab. educ. saúde*, vol.15, n.1, pp.13-31, 2017.

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BASSO, Pietro. *TEMPOS MODERNOS, JORNADAS ANTIGAS: Vidas de trabalho no início do século XXI*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.
- BEAUD, Stéphane. PIALOU, Michel. *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BEZERRA, Lucas. *O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2018.
- CABANES, Robert., GEORGES, Isabel., RIZEK, Cibele, TELLES, Vera. (orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LANZARDO, Dario. Marx e a enquete operária. In: THIOLENT, Michael. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982. p. 233-246. (Série Teoria e História. 6).
- MARX, Karl. O questionário de 1880. In: THIOLENT, Michael. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982. p. 249-256. (Série Teoria e História. 6).
- _____. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- _____. Teses sobre Feurbach. In: NETTO, José Paulo. *O leitor de Marx*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.
- NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método em Marx. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- THIOLENT, Michael. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982. (Série Teoria e História. 6).
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos et. al, A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, Giovanni. SANTOS, João Bosco Feitosa dos. (Orgs.). *Métodos e técnicas de Pesquisa sobre o mundo do trabalho*. Bauru: Práxis/Canal 6, 2014.

TRINDADE, Hiago. *No fio da meada: trabalho e precarização na indústria têxtil*. Baurú: Cana6/Práxis, 2017.

A COMUNIDADE DE MARAGOGIPINHO: TRADIÇÃO, TRABALHO E DESAFIOS

Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes¹

Resumo: Há um retrato e uma singularidade *luminica* na comunidade de Maragogipinho. Também, há de se perceber o clamor do povo local, desfavorecido das possibilidades de reprodução socioeconômica que têm limitado o caminhar da vida tradicional e ancestral. Isto se reflete na própria ação humana que, muitas vezes, vitimiza o reconhecimento cultural e a pluralidade social destacada nas composições históricas e emblemáticas de muitas comunidades. É neste sentido que este trabalho, através da fotografia, pretende explorar a subjetividade do olhar cênico através da *(i)materialidade* das faces, mãos, corpos e esperanças que moldam vidas e o barro em Maragogipinho. Revelar tais elementos através de uma metodologia fotográfica, implica romper paradigmas acadêmicos (não menos importantes nas construções científicas) para possibilitar, por meio desta arte, aguçá-lo e mover o olhar do imagético à realidade. É uma humilde e pretenciosa “leitura” de um povo tradicional em tela.

Palavras-chave: Comunidade; Maragogipinho; Bahia; Tradição; Arte.

THE COMMUNITY OF MARAGOGIPINHO: TRADITION, WORK AND CHALLENGES

Abstract: There is a portrait and a light singularity in the community of Maragogipinho. Also, one can perceive the clamor of the local people, disadvantaged of the possibilities of socioeconomic reproduction that have limited the traditional and ancestral way of life. This is reflected in the human action that often undermines the cultural recognition and social plurality highlighted in the historical and emblematic compositions of many communities. It is in this sense that this work, through photography, intends to explore the subjectivity of the scenic gaze through the *(i)materiality* of the faces, hands, bodies and hopes that shape lives and the clay in Maragogipinho. Revealing these elements through a photographic methodology implies breaking academic paradigms (no less important in scientific constructions) to enable, through this art, to sharpen and move the look of the imagery to reality. It is a humble and pretentious "reading" of a traditional people on screen.

Key-words: Community; Maragogipinho; Bahia; Tradition; Art.

LA COMUNIDAD DE MARAGOGIPINHO: TRADICIÓN, TRABAJO Y DESAFÍOS

Resumen: Hay un retrato y una *luminosa* singularidad en la comunidad de Maragogipinho. Además, se puede percibir el clamor de la población local, en desventaja por las posibilidades de reproducción socioeconómica que han limitado el estilo de vida tradicional y ancestral. Esto se refleja en la acción misma del hombre, que a menudo socava el reconocimiento cultural y el pluralismo social destacados en las composiciones históricas y emblemáticas de muchas comunidades. Es en este sentido que este trabajo, a través de la fotografía, pretende explorar la subjetividad de la mirada escénica a través de la *(i)materialidad* de las caras, manos, cuerpos y esperanzas que dan forma a la vida y la arcilla en Maragogipinho. Revelar estos elementos a través de una metodología fotográfica implica romper paradigmas académicos para permitir, a través de este arte, refinar y

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Formação Técnica em Fotografia pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). Atualmente é Professor de Administração Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO).

transmitir el aspecto de la imagen a la realidad. Es una humilde y pretenciosa "lectura" de un pueblo tradicional sobre lienzo.

Palabras-clave: Comunidad; Maragogipinho; Bahia; Tradición; Arte.

Introdução

A história do Direito mostra que desde a antiguidade se registra a existência da regulação na vida do homem. As normas jurídicas permearam os povos Hebreus, Gregos, Egípcios, Romanos e perduram até os dias atuais. O Direito contemporâneo, sobretudo no tocante aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, aponta para a marginalização da vida cultural, sociopolítica e econômica desta sociedade. Este fato se deve a uma evidente despreocupação do Estado para com as comunidades tradicionais (ou meramente rurais) existentes no Brasil. A sobrevivência de muitos povos e diversas comunidades se apresenta em constante risco no século XXI.

Boaventura Sousa Santos suscita o debate sociológico que permeia à juridicidade como um campo emancipatório que visa dirimir os desafios impostos pela intransigência do Estado. O autor relembra “a necessidade do revigoramento dos estudos sobre a retórica jurídica; o estudo dos direitos não oficiais e das instituições que regulam a vida cotidiana das pessoas; a pluralidade de saberes e poderes na sociedade” (Santos, 2015, p. 31).

(Re)pensar as práticas que examinam as garantias dos direitos fundamentais previstos na Constituição, por si só, se torna um importante caminho para a execução das leis e políticas que garantem melhores condições de vida à sociedade. No tocante às políticas voltadas para essas populações, é importante salientar que ainda não há uma percepção de que foram atendidas as grandes reivindicações históricas e de vida das populações tradicionais, por exemplo. Muitas destas políticas, lamentavelmente, apresentam-se incoerentes com as realidades étnicas, culturais e ancestrais, destoando das particularidades dos espaços locais, bem como da historicidade de muitas comunidades.

A dialética entre o Estado e a sociedade tem repercutido para o surgimento de grandes desafios que muitas comunidades vêm enfrentando no Brasil. Mas as esperanças também têm se movido nesta incessante luta de superação, haja vista que a ancestralidade dá sentido às

“permanências” que tonificam os territórios tradicionais e materializam a resistência de um povo.

Objeto de estudo deste artigo, Maragogipinho, distrito de Aratuípe, está localizado no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, que se localiza na costa leste da Bahia, em uma área de clima tropical com uma relação geográfica e sociocultural bastante diversificada (Santos & Santos, 2015). Aquino e Silva e Estrela (2011, p. 3) apontam que o Recôncavo é um território marcado pelas existências culturais herdadas das vivências coloniais, “o que confere a este espaço características diversas, na perspectiva das riquezas étnicas (indígenas, africanas e portuguesas) que se fundiram”.

Maragogipinho entoa arte e o saber ancestral. Há uma incandescente sintonia entre a *imaterialidade* do saber tradicional com a vida no e para o barro. Um *lócus* que reúne costumes, religião, crenças e tradições em tom de barro. É um moldar que ora revela arte, ora paira no seu presente. É, também, - o presente - que este artigo tenta expor e caminhar, sobretudo, pela oportunidade de revelar Maragogipinho. Alumiar: o lugar; o povo; a cultura; o saber; o trabalho; o barro; a olaria; o torno²; os caxixis³; e, novamente, Maragogipinho. É uma mostra fotográfica. A narrativa fotográfica aqui apresentada propõe uma linguagem para além das imagens: a textual.

O objetivo deste artigo é retratar a comunidade de Maragogipinho à luz da fotografia e, humildemente, ultrapassar a fronteira do olhar nas expressões imagéticas para a realidade da vida na comunidade. A justificativa para esta construção está na possibilidade de as imagens exprimirem os tons mais simbólicos e únicos da essência de Maragogipinho. Concomitantemente, pretende-se, além de produzir imagens, associar à representatividade das fotografias os relatos (vozes) da comunidade. Assim, trazer os relatos dos oleiros à discussão deste trabalho possibilitou compreender as lacunas que cerceiam as oportunidades de vida destes sujeitos a partir das suas autorreflexões.

1. Metodologia

Fotografia é o representar do tempo. É deste tempo, presente, que este artigo se utiliza para trazer à tona esta pesquisa. Tasso (2005, p. 140) aponta que “a imagem fotográfica se

² Base para alocar o barro e moldá-lo ainda molhado.

³ Os caxixis são uma marca da identidade do povo de Maragogipinho. São pequenos objetos em forma de miniaturas de louças (Alvares, 2015).

constitui na possibilidade de trazer ao observador uma realidade ausente, seja ela uma cena que contemple uma visão panorâmica, um objeto ou mesmo uma pessoa”. Para isso, o contexto fotográfico dependerá do olhar, do motivo, da técnica, bem como da disposição do equipamento.

Metaforicamente, uma imagem é capaz de contemplar o passado e o presente ao mesmo tempo. Ademais, isto é possível à medida que uma imagem expõe certa representatividade e propõe ao espectador transcender entre o limiar do imaginário e o real. Barthes (1984 apud Lopes, 2008, p. 266), por sua vez, expressa que a fotografia é “o Particular absoluto, a Contingência soberana, fosca e um tanto boba, o Tal (tal foto, e não a Foto), em suma a Tique, a Ocasão, o Encontro, o Real, em sua expressão infatigável”.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi necessário usar instrumentos de descrição fotográfica. A dimensão deste tipo de pesquisa busca uma abordagem visual que proponha aguçar a percepção do sujeito-espectador a partir da revelação de elementos, situações e simbologias do cotidiano expressas em grupos sociais.

Há duas estratégias recorrentes entre as pesquisas que utilizam imagens fotográficas: a primeira considera a fotografia como mero instrumento documental - onde uma imagem é apenas um dado e, a segunda, [...] onde a fotografia é um modelo de pensamento visual – a imagem visual é uma ideia (Egas, 2015, p. 3436).

Este tipo de pesquisa é, também, parte de uma construção etnográfica por registrar e descrever, através de imagens, não só a materialidade dos fatos, mas por apresentar a capacidade de expressar a *imaterialidade* representada na cultura de um determinado povo. Harmonizar as fotografias aos discursos dos oleiros foi uma estratégia que buscou “dar voz” às imagens produzidas neste trabalho. A narrativa respaldada pelas vivências e anseios da própria comunidade protagoniza as vertentes de vida que, mesmo “ditas” em imagens, possibilitam ampliar o olhar desta discussão. É importante destacar que, a fim de preservar a identidade dos oleiros, usaremos uma ordem numérica para referenciá-los.

Ora, para além das percepções reproduzidas nas imagens, há singular propriedade de causa em muitas comunidades acerca das problemáticas que persistem em recair na cultura, na tradição, no saber, no trabalho, na renda e na vida de muitas comunidades. Esta etapa da pesquisa enveredará por conversas informais e abertas entre o pesquisador e a comunidade. É uma forma de permitir que os “fotografados” relatem com mais “naturalidade” suas vidas.

Pesquisar Maragogipinho e, sobretudo, retratar esta comunidade à luz dos depoimentos dos próprios artesãos e da fotografia denota relevante proposta científica por dar “voz” e, ao mesmo tempo, descortinar estes atores através de imagens, das suas experiências e expectativas de vida. Já a revisão bibliográfica se fez necessária nesta pesquisa com o propósito de fortalecer não só uma breve discussão teórica, mas especialmente, aportar informações e dados sobre a comunidade em questão.

Os demais recursos utilizados neste ensaio, foram: Câmera Canon T6, Lente *Tamron* 70-200 *f*2/8, Lente Canon 18-55 *f*3/5 e diário de campo.

2. Entre os desafios da comunidade à arte nas olarias

Habitada pelos índios Tupinambás, na época da chegada dos portugueses, Aratuípe⁴, apresenta na sua formação política e administrativa o distrito de Maragogipinho. Marcada por grande importância cultural, ancestral e socioeconômica, a comunidade de Maragogipinho apresenta determinadas dinâmicas que trazem à tona um debate importante acerca deste território e sua identidade: a produção artesanal do barro.

As olarias são galpões tradicionalmente construídos com materiais orgânicos, têm estruturas de madeira, paredes de palha de piaçava, e geralmente apresentam coberturas de telha em cerâmica. Essa tradicional estrutura facilita a circulação de ar e a iluminação natural no ambiente, fundamental para que as peças de argila sequem antes de irem ao forno, e que também proporciona maior conforto ambiental ao artesão produtor. A estrutura da olaria assemelha-se a construções indígenas, especialmente na sua distribuição espacial. Estão distribuídas em semicírculo em volta da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, construída no ponto mais alto do terreno no ano de 1710 e reformada em 1930 (Aquino e Silva, & Estrela, 2011, p. 2).

Acerca da cultura e das tradições percebidas no distrito de Maragogipinho, Aquino e Silva e Estrela (2011, p. 3) ainda reforçam que

Todas as evidências levam a acreditar que algumas das povoações existentes no Vale do Rio Jaguaripe e do Paraguassú são bem remotas. Tratavam-se de antigas aldeias onde se juntaram populações indígenas agregadas a remanescentes de quilombos que buscavam condições mais favoráveis de sobrevivência. Tanto os índios como os africanos escravizados já conheciam os processos manuais de produção de cerâmica, pois ambos faziam panelas e pratos como tradição cultural, na sua atividade cotidiana.

⁴ Elevado à categoria de cidade com a denominação de Aratuípe (ex-Santana de Aratuípe) em 09 de junho de 1891 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2015).

Estudos com o de Pereira (1957) - em sua obra “*A Cerâmica Popular da Bahia*” – registram que os “cronistas no século XVIII dão a Maragogipinho em suas descrições, o sentido de coisa constituída, já muito divulgada afastando qualquer possibilidade de ser um centro artesanal recente, destacando a qualidade das peças, como fonte de arte, verdadeiros primores”. Com marcas de influência não só indígena e portuguesa, mas também, africana, a cerâmica de Maragogipinho expressa forte traço cultural que nasce da ancestralidade de seu povo. Assim, a comunidade se mostra marcante na produção voltada à decoração, ao lúdico, à religião⁵ ou mesmo à produção de utensílios domésticos.

No distrito de Maragogipinho existem 150 (cento e cinquenta) oleiros associados, entretanto, a atividade oleira abrange quase toda a população local que chega a aproximadamente 3.000 (três mil) habitantes, praticamente em todas as casas existe os artesãos que confeccionam peças, dando origem a oficinas que são chamadas olarias de fundo de quintal, conforme a presidente da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho devido a estas olarias de fundo de quintal existe o dobro de olarias na localidade (Amorim, 2016, p. 24).

Não só a atual configuração do mercado local, mas, fundamentalmente, as incipientes políticas, que na maioria das vezes não são alcançadas pela comunidade, têm fragilizado cada vez mais as possibilidades de reprodução cultural e socioeconômica da comunidade. O distrito apresenta grande importância no cenário local e regional, mas há um destaque deste povo no âmbito internacional que se evidencia por Maragogipinho ter sido classificado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como maior centro cerâmico da América Latina.

A comunidade tem sido desafiada a manter sua tradição e seu povo neste espaço. Com tradição de produção familiar, muitas famílias têm visto seus filhos caminharem por outros espaços, sobretudo, para os grandes centros urbanos em busca de “melhores” oportunidades como os próprios oleiros alertam.

Essa juventude que vem aí, ninguém quer saber disso não [...] do jeito que vai as coisa (*sic*) vão ficando difícil e não se sabe o que pode acontecer [...] as coisa (*sic*) ficam muito parada (oleiro 4).

A migração dos jovens de Maragogipinho, filhos e filhas dos oleiros, é justificada pelo “esquecimento”, segundo os marcantes relatos do povo de Maragogipinho. Muitos dos depoimentos sinalizam que o poder público é omissivo para com as realidades da comunidade, o que tem implicado na forma como seu povo reage diante das dificuldades

⁵ Fortemente utilizada em expressões religiosas.

encontradas. Muitos relatam que as limitações de caráter socioeconômico (saúde, trabalho, renda, educação, etc.) são reflexos das arestas decorrentes da falta de políticas e ações do poder público local.



Figura 1. Oleiro 1 moldando o barro
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 2. Oleiro 1 moldando o barro
Fonte: pesquisa de campo (2018)

As Figuras 1 e 2 retratam o oleiro 1 em atividade ao moldar o barro. A simplicidade e ao mesmo tempo a magia do artesanato envolto em mãos talentosas, atentas e cansadas pelo tempo que ainda alimenta uma fé em dias melhores.

A gente leva uma vida simples aqui. É acreditando em um dia de trabalho e outro que a gente vai conseguindo. Penso em ir embora daqui não. Aqui falta *é (sic)* condições da gente trabalhar e vender melhor nossos produtos. É uma arte né? Eu vivo nisso aqui há 66 anos (oleiro 1).

Caminhar pela comunidade de Maragogipinho oportuniza perceber sorrisos na face do povo daquele lugar. Felicidade arraigada na importância do *fazer arte*, da vida desapressada e das tardes *em cima* do torno esculpindo peças de barro que são produzidas carregadas de sentimentos e tradição.

Alguns oleiros retratam que já foram morar fora de Maragogipinho, mas sempre regressaram ao lugar. Em diálogo com o oleiro 2, ele conta que foi arriscar a vida em São Paulo, mas não conseguiu ficar mais de um mês por lá. O artesão, com fala risonha e sem parar de burnir⁶ o vaso em seu colo (Figura 4), conta que já passou até fome tentando buscar outras oportunidades fora da comunidade, mas com um tom mais firme na fala, o oleiro diz

⁶Atividade de polir os objetos depois de moldados no torno. Normalmente este trabalho é desenvolvido por mulheres.

que seu lugar é em Maragogipinho e afirma que na comunidade não dá para enriquecer, mas é possível de se viver.

Os desafios enfrentados por Maragogipinho são percebidos desde o acesso à comunidade às condições de infraestrutura da cidade. A estrada de acesso se apresenta deteriorada e a comunidade só possui uma única instalação hoteleira para receber os poucos turistas que têm frequentado o lugar. Boa parte das peças são comercializadas por atravessadores, segundo relato de alguns oleiros, que compram as peças para revender em outros lugares da região e até em outros mercados fora do Recôncavo.



Figura 3. Torno do oleiro 2
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 4. Oleiro 2 trabalhando
Fonte: pesquisa de campo (2018)

O oleiro 2 ainda relata situações em relação à saída dos jovens do distrito na tentativa de buscarem outras oportunidades fora dali. Em sua fala, ele afirma que apenas um dos filhos ainda está na comunidade, mas não exerce o ofício do pai. Os demais foram buscar outras oportunidades em lugares fora da comunidade. O oleiro acrescenta que os filhos foram trabalhar com outras atividades, mas aprendeu a fazer peças com a argila. Entretanto, não exerce o ofício do pai.

Sem a continuidade do trabalho nas olarias, é perceptível que em algum momento, algumas destas olarias podem encerrar suas atividades e conseqüentemente cessar tradições. Boa parte dos oleiros relatam que “*não se vê mais jovens nas olarias*”. Outro desafio que a comunidade de Maragogipinho tem encontrado está no surgimento dos chamados

“atravessadores’ locais, que edificam estabelecimentos comerciais para competir com as olarias. A atuação dos negociantes e atravessadores impôs a construção de uma loja (estrutura física), dentro dos atuais padrões comerciais” (Aquino e Silva, & Estrela 2011, p. 1) destoando das olarias rústicas e tradicionais. Nesse sentido, Sen (2000, p. 47) afirma que se, de alguma forma, “um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido”.

A valorização de vida ancestral está diretamente ligada às possibilidades de interação destes atores com as ações do Estado. O controle social é uma questão de grande importância. A garantia dos direitos às comunidades tradicionais deve levar em consideração a relevância da participação social dessas comunidades nas elaborações das políticas. Pensar estas discussões requer, fundamentalmente, considerar as especificidades locais, socioeconômicas e tradicionais do território. Em diálogos com o oleiro 3, reconhecido⁷ até pelo Papa Francisco pelos trabalhos desenvolvidos na arte sacra, o artesão aponta que para o poder público.

Uma pessoa que planta uma roça no quintal tem mais valor que um artesão. A gente precisava aqui de investimento *pra (sic)* gente trabalhar e ter renda. Por isso é mais difícil. A gente vende porque o pessoal já sabe que a gente faz este tipo de trabalho, mas falta muita coisa. Melhorar o turismo aqui poderia ajudar muito a gente (oleiro 3).

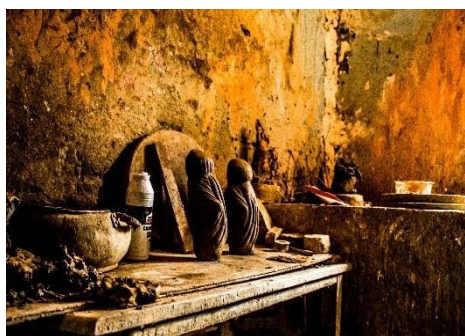


Figura 5. Imagens sacras em acabamento
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 6. Imagens sacras prontas
Fonte: pesquisa de campo (2018)

O turismo representa uma força para esta comunidade que depende da venda dos seus produtos. Muitos oleiros clamam por melhorias e novas estratégias de ações em prol do turismo local. Enquanto patrimônio cultural, Maragogipinho não pode ter o tema do turismo

⁷ O oleiro exibe com orgulho uma carta, plastificada e pendurada na parede (Figura 5) na entrada da sua olaria, que recebeu do Papa Francisco em forma de agradecimento pela imagem de uma Santa enviada ao Vaticano através de Dom Murilo Krieger, então Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil.

descartado do foco das ações públicas. Algumas literaturas apontam que o turismo em Maragogipinho contribui para a economia local, mas ainda se apresenta de forma tímida (Souza, 2009). A autora ainda expõe que o turismo na comunidade

não deve ser avaliado de forma isolada do cenário social e cultural, pois ele, seja como atrativo ou como experiências vividas, sempre mantém uma relação com a cultura – considerando esta como base da vivência humana e também um instrumento capaz de fomentar o desenvolvimento de uma região (Souza, 2009, p. 10).

Há uma fé indescritível nas faces deste povo que sempre acredita no amanhã e, a firmeza na fala dos oleiros, só enfatiza o que muitos, nas entrelinhas, pensam do lugar: *o meu lugar*. As vozes dos oleiros são uníssonas ao reivindicarem a valorização local a partir de melhores condições de saúde, educação e renda. As falas apontam sempre para a inércia do poder municipal de Aratuípe como responsável por algumas adversidades locais. Rodrigues (1999 apud Souza, 2009, p. 19) ressalta que “os fatores econômicos não devem ser desconsiderados, mas, priorizados a liberdade do indivíduo ao acesso à saúde, educação, além dos direitos civis que garantam sua participação nas questões políticas”.

No que diz respeito ao direito à saúde, só há um posto de saúde na comunidade que, de acordo com relatos da comunidade, tem frequentemente a falta remédios e que os procedimentos realizados no posto são limitados, obrigando a comunidade local a deslocar-se normalmente para outro município distante cerca de 46 km.

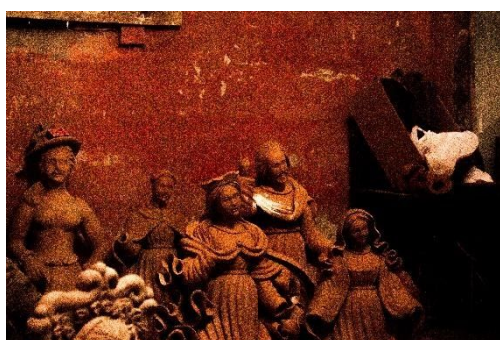


Figura 7. A arte sacra
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 8. Bonecas prontas para venda
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Nascido e criado em Maragogipinho, o oleiro 4 relata que diante das adversidades, ele tem reagido com muito trabalho e fé no que faz.

Eu acredito que a cultura nossa vai parar [...] essa juventude que vem aí ninguém quer saber disso não [...] falta o poder público incentivo (*sic*) ao turismo [...] é um

tipo de coisa que a igualdade não combina em querer ajudar o próximo. Queria o futuro melhor que está, mas não sei se vou alcançar (oleiro 4).

Há uma notória dependência da comunidade para com as políticas públicas. A consolidação social, tradicional e territorial dependerá da constituição de mecanismos sociais que proporcionem condições de reprodução social e econômica da comunidade local.



Figura 9. Oleiro 5 moldando alças para vasos
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 10. Produção do oleiro 5
Fonte: pesquisa de campo (2018)

“*Eu nasci com os dentes no barro*”. São com estas palavras que o oleiro 5 (moldando alças para vasos na Figura 9) inicia o diálogo, sem tirar as mãos do barro, quando questionado há quanto tempo desenvolve aquela atividade. Ele quis reforçar que nasceu ali e se *criou* fazendo este trabalho. Assim como muitos outros oleiros, o oleiro reclama que a única escola local não se preocupa em valorizar a própria arte da comunidade. O oleiro demonstra preocupação sobre os jovens e afirma que gostaria de vê-los estudando em um turno e aprendendo o ofício em outro.

A resistência, para muitas comunidades, são as “permanências” de sua força ancestral que tem uma forte relação com a identidade do sujeito. São heranças passadas de geração em geração que *(i)materializam* a existência deste povo. Assim, Alvares (2015, p. 34) aponta que “em Maragogipinho, podemos descansar nossos olhos urbanos no esparramo da paisagem, no tempo remansado das pessoas, no cheiro do barro que impregna todos os cantos”.

Não garantir direitos à comunidade de Maragogipinho ascende discussões ao pontuar que ainda estamos distantes de presenciar a plena execução dos direitos civis. Tal marginalização aponta para uma desvalorização da própria identidade de muitas comunidades

ao impor um processo colonizador que tenta incutir, nesses espaços, moldes das sociedades contemporâneas.

À luz do prisma socioeconômico, o trabalho é a extensão da oportunidade de o sujeito auferir renda e a possibilidade de uma vida digna. O turismo é um elemento essencial em Maragogipinho por fortalecer o trabalho e a renda. Todavia, é salutar levar em consideração a importância da atividade turística para além da fonte de renda, pois, incluem-se nestas perspectivas a oportunidade de os artesãos terem contato direto com outros sujeitos apreciadores desta arte. Além de eliminar os possíveis atravessadores que, conforme relatos dos próprios oleiros, não valorizam a arte local ao intensificarem a barganha de preços com os artesãos, o turismo pode oportunizar a comercialização dos seus produtos a um preço mais justo. Amorim (2016, pp. 64-65) reforça que

a criação de um centro de cultura na comunidade pode contribuir no fomento ao turismo, [...] pois aqueles que se dirigirem a Maragogipinho poderão conhecer um pouco mais de sua história, contada preferencialmente por artesãos que poderá estar confeccionando uma peça. Para o Centro de Cultura é indicado espaço que abrigue auditórios, de modo a promover educação patrimonial.



Figura 11. Objetos para venda em olaria
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 12. Rio Jaguaripe
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Preservar a cultura e a tradição local possibilita impulsionar políticas que proporcionem a interação da comunidade local com a oportunidade de discutirem e elaborarem planos de ação que caminhem em consonância com os anseios e necessidades desta comunidade. Desse modo, Wolkmer (2013, p. 347) relembra que as “cidadanias são, por sua vez, fontes autênticas de nova forma da produção dos direitos, direitos relacionados à justa satisfação das necessidades desejadas”.

Há uma multiplicidade de valores e elementos na comunidade de Maragogipinho que anseiam por reconhecimento. Relatos de boa parte dos oleiros apontam que a omissão do poder público local implica em uma evidente desarticulação entre a própria comunidade que, pressionada pela necessidade de sobrevivência, ocasiona o surgimento de uma “competição” entre os próprios oleiros.



Figura 13. Objetos para venda
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 14. Estrutura da Olaria
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Na comunidade, é perceptível que a garantia dos direitos ocorre de forma muito rasa. As descrições dos oleiros denotam a falta de incentivos à participação político-social ocasionando uma inacessibilidade aos meios formais de integração da comunidade às políticas locais, impondo restrições quanto ao acesso dessas comunidades não só aos espaços políticos, mas, sobretudo, ao acesso dos direitos garantidos em Leis.

A participação é o meio natural para o homem manifestar sua disposição inata de realizar [...] afirmar-se a si mesmo, dominar a natureza e o mundo, abarcando ainda a satisfação de outras necessidades relevantes, tais como a interação com outras pessoas, a oportunidade de se expressar, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar [...] e a valorização de si mesmo pelos outros (Panda et al., 2018, p. 267).

Os instrumentos das políticas públicas são estruturas sociais que possibilitam a emancipação do sujeito. Desprender-se das amarras que ainda apontam resquícios colonialistas, requer, ademais, fortalecer laços entre o Estado e a sociedade. Na comunidade de Maragogipinho, boa parte dos relatos manifestam uma outra inquietação dos oleiros para com a própria Associação local que, segundo depoimentos, “acomodou-se”.

Os relatos da História da comunidade e do povo de Maragogipinho abrem uma janela de um mundo desconhecido para muitos. O significado daquele espaço para este povo é mágico. Lamentavelmente a significação do lugar não tem o mesmo sentido para o poder público, já que, à luz dos depoimentos da comunidade, há anos prevalece um ciclo perverso de governos que não compreendem a dimensão e a importância de Maragogipinho.

As falas de boa parte dos oleiros expressam reivindicações. Talvez, por isso, os discursos de muitos oleiros, ao mesmo tempo que exprimem memórias dos seus ancestrais, revelam preocupações com o futuro.

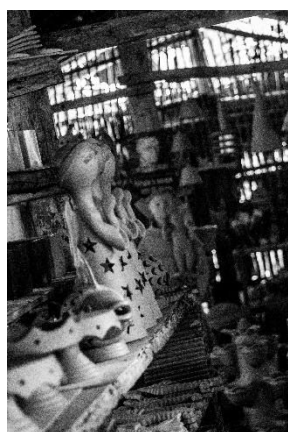


Figura 15. Exposição de peças na olaria
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 16. O oleiro e a sua arte
Fonte: pesquisa de campo (2018)

À revelia das distorções socioeconômicas existentes na comunidade, a felicidade é um estado nato deste povo. Talvez seja a forma de acreditar *nos amanhãs* que podem resgatar os valores da comunidade. Os *amassadores* do barro buscam preservar a tradição, o saber, a ancestralidade, o jovem, a mulher⁸, o lugar. Mas têm encontrado caminhos difíceis na busca

deste equilíbrio. Caminhar por Maragogipinho é transitar pela arte. A mansidão na voz do povo ao mesmo tempo em que reivindica seus direitos, convida-o para amassar o barro.

Aqui é uma vida tranquila demais. O barro eu transformo no que eu quero [...] o valor sentimental é o artista que dá [...] aqui trabalho não falta, mas muita coisa tem de melhorar [...] pros (*sic*) meus filhos ficarem aqui eu mostro e eles *aprende* (*sic*) de tudo um pouco [...] mas aqui é um lugar que falta saúde (oleiro 6).



Figura 17. Oleiro 6 segurando o vaso pronto
Fonte: pesquisa de campo (2018)

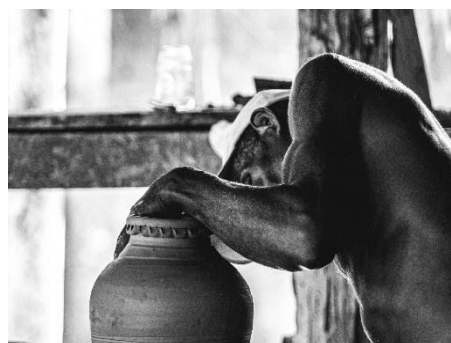


Figura 18. Oleiro preparando uma peça
Fonte: pesquisa de campo (2018)

A Figura 17 mostra o oleiro 6 segurando uma de suas peças prontas. O oleiro conta que iniciou atividade de oleiro ainda com 17 anos de idade e que aprendeu o ofício com o pai. O tom nostálgico e alegre com que o oleiro fala, representa a voz de muitos na comunidade. A falta de união entre os próprios oleiros é algo notado na comunidade. Muitos explicam que isso deve-se a falta de cooperação que vem se instituído ao longo do tempo em decorrência do acirramento da competitividade e os limitados condicionantes de comercialização dos produtos.



⁸ Em Maragogipinho se percebe que as mulheres ocupam poucos espaços nas olarias, predominantemente dominadas pelos homens. As mulheres têm ocupado espaços, normalmente, com o acabamento das peças (pintura, polimento, etc.) e com as atividades do lar.

Figura 19. A fé presente nas olarias

Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 20. Oleiro moldando o barro

Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 21. Oleiro trabalhando

Fonte: pesquisa de campo (2018)

Figura 22. “Rua” da comunidade

Fonte: pesquisa de campo (2018)

Garantir Direitos fundamentais à comunidade de Maragogipinho implica em compreender como a justiça e o poder público tem interagido neste âmbito. É visível que, no Brasil, muitas comunidades têm *perdido* seus direitos e conseqüentemente seus “espaços” de reprodução social, econômica, cultural e territorial.

Propor uma maior autonomia à comunidade Maragogipinho depende da garantia dos direitos que não têm chegado à comunidade, bem como da forma como as políticas interagem e são reproduzidas no lugar. Assim, o controle social é um importante instrumento e torna-se imperativo refletir que a dependência do povo de Maragogipinho para com este território, tradição e cultura, amplia as reflexões acerca do patrimônio material e imaterial da comunidade, sobretudo, por este povo reproduzir nestes espaços sua ancestralidade e sua pluralidade de vida.

Considerações Finais

Na caminhada de construção deste trabalho foi possível compreender que a saúde e tantas outras questões socioeconômicas são direitos ainda não garantidos na comunidade de Maragogipinho. As reivindicações da comunidade apontam, por exemplo, para uma saúde deficitária no único posto local. Quais as possibilidades de garantir a qualidade de vida de um povo em meio a estas adversidades? Nas mais variadas comunidades ao redor do mundo,

muitas comunidades não usufruem dos seus devidos direitos. Não há espaço para os povos reproduzirem suas culturas, tradições e vidas na construção das políticas? Ou ainda no campo político, a justiça “fecha os olhos” diante dos genocídios verificados em comunidades mundo afora?

Responder a estes questionamentos implica em reconhecer as especificidades de Maragogipinho e, sobretudo, as formas de interação entre a comunidade, suas lideranças e o poder público local. Isto requer a identificação das lacunas que deixam esta comunidade à margem de acesso à saúde e outras garantias, por exemplo. É importante criar instrumentos que respaldem a construção de novos caminhos com o propósito de assegurar a garantia à saúde, educação (em consonância com as tradições e culturas da localidade), trabalho e, conseqüentemente, renda. Para isso, é imprescindível que na comunidade seja oportunizado (novas) formas participativas à elaboração das políticas públicas.

A valorização deste povo convida a reter seus jovens neste espaço. Educação, segurança, saúde, trabalho e renda são elementos que caminham juntos em prol de um *desenvolvimento* que não mude o contexto sociocultural local, mas que promova uma vida socialmente equilibrada. Assegurar direitos aos povos tradicionais é um papel do Estado, mas que em conjunto com os mais diversos instrumentos sociais, devem propor instâncias de controle social que objetivem defender novas perspectivas e condições de vida ao distrito de Maragogipinho, sobretudo, fundamentada nos jovens do lugar.

Retratar esta comunidade à luz da fotografia possibilitou descortinar a comunidade e revelar a vida deste povo que tem uma representatividade marcante e forte não só para o Recôncavo baiano e outros lugares, mas fundamentalmente, para a vida do seu povo. Este trabalho pôde criar uma oportunidade de revelar o lugar a partir de outros *focos*, ângulos e marcas do povo. Maragogipinho é um lugar que encanta pela luz que bate nas águas do rio Jaguaripe e no alto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelo menino que brinca de pular no rio, pela dança do vai e vem do barro nos carros de mão pela comunidade, por seu pescado que garante o almoço e o sustento de muitos, pelas olarias que são a vida dessa gente, mas fundamentalmente pela História do seu povo e sua luta diária para manter sua cultura e tradição *vivas*.

Espera-se com esta discussão evidenciar *as vidas* desta comunidade e o clamor deste povo que tanto representa nossa cultura e tradição, bem como fazer valer suas reivindicações, suas esperanças, o seu lugar e, quiçá, “retratados” em imagens, sejam vistos.

Referências Bibliográficas

- Alvares, S. C. (2015). *Maragogipinho – as vozes do barro: práxis educativa em culturas populares* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11052016-163601/pt-br.php>.
- Amorim, C. R. (2016). *Impactos ambientais e sustentabilidade da atividade oleira no distrito de Maragogipinho, município de Aratuípe, Bahia* (Monografia de Graduação), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, Brasil. Recuperado de <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/handle/-123456789/1033>.
- Aquino e Silva, I., & Estrela, E. (2011, novembro). Mudança no padrão construtivo das olarias de Maragogipinho (Aratuípe-BA). *Anais do Seminário Urbanismo na Bahia – urbBA [11]*, Salvador, BA, Brasil. Recuperado de http://urbanismonabahia11.blogspot.com/2011/11/o-seminario-urbanismo-na-bahia-11_8846.html
- Egas, O. M. B. (2015, setembro). Metodologia Artística de pesquisa baseada em Fotografia: A potência das imagens fotográficas na pesquisa em educação. *Anais do 24º encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – ANPAP*. Santa Maria, RS, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Cidades: Aratuípe-BA*. Bahia: Autor. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/aratuipe/historico>
- Lopes, M. F. R. (2008). A representação imagética da identidade do professor. *UniLetras*, 265-275. Recuperado de <http://www.uepg.br/uniletras>
- Panda, A. P. P., Cassiano, T. F. R., Cançado, A. C., & Oliveira, N. M. O. (2018). papel do conselho estadual de defesa dos direitos humanos e a sua relação com a gestão social. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 26, 259-275.
- Pereira, C. J. C. (1957). *A cerâmica popular da Bahia*. Universidade da Bahia. Nº 4 – Bahia.
- Santos, B. S. (2015). O direito dos oprimidos. *Sala de Imprensa*. Recuperado de http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12078_JL_BSS_mai2015.pdf

- Santos, M. C., & Santos, M. G. C. (2015). Riscos ambientais e juventude no Recôncavo baiano. In: Correia, S. S.; Estevam, A. L. D.; & Santos, E. M. P. (Coord.), *Recôncavo Baiano: trajetórias e dinâmicas territoriais* (pp. 15-45). Salvador: Assembleia Legislativa.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, C. C. (2009). A atividade oleira artesanal como instrumento de desenvolvimento para o Distrito de Maragogipinho - Bahia. *Revista do IESP*, v. VIII, p. 09-29.
- Tasso, I. E. V. S. (2005). Linguagem não-verbal e produção de sentidos no cotidiano escolar. In: Santos, A. R., & Ritter, L. C. B. *Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa*. Maringá: EDUEM.
- Wolkmer, A. C. (2013). *Pluralismo Jurídico: Novos Caminhos da Contemporaneidade* (2a. ed.). São Paulo: Saraiva.

“UM AGRAVAMENTO MUITO FORTE DA TAXA DE EXPLORAÇÃO”: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESTRANHAMENTO EM TEMPOS DE CAPITALISMO FINANCEIRO

Rafael Lucas Santos da Silva¹

Resumo: Compreende-se que o declínio do binômio taylorismo/fordismo possibilitou a emergência de uma nova fase do capitalismo, presidido pela lógica e pelos imperativos da valorização financeira. Em vista disso, procurou-se neste artigo estabelecer uma reflexão acerca do processo de reestruturação produtiva operado pela lógica do capital financeiro, em uma relação direta com uma importante chave conceitual do pensamento marxiano: o Estranhamento (*Entfremdung*), com a finalidade de apresentar que a sociabilidade capitalista contemporânea é caracterizada pela intensificação da precarização do trabalho e, via de consequência, do estranhamento do trabalho, ampliando as formas de fetichismo que contribuem para distanciar a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica.

Palavras-chave: Capitalismo financeiro; Reestruturação produtiva; Estranhamento; Precarização do trabalho; Regime de acumulação.

“UN AGRAVANTE MUY FUERTE DE LA TASA DE EXPLORACIÓN”: REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA Y EXTRAÑAMIENTO EN TIEMPOS DE CAPITALISMO FINANCIERO

Resumen: Se entiende que el declive del binomio taylorismo/fordismo permitió el surgimiento de una nueva fase del capitalismo, presidida por la lógica y los imperativos de la valorización financiera. En vista de esto, este artículo buscó establecer una reflexión sobre el proceso de reestructuración productiva operado por la lógica del capital financiero, en una relación directa con una clave conceptual importante del pensamiento marxista: lo Extrañamiento (*Entfremdung*), con el propósito de presentar que La sociabilidad capitalista contemporánea se caracteriza por la intensificación del trabajo precario y, en consecuencia, la extrañeza del trabajo, expandiendo las formas de fetichismo que contribuyen a distanciar la subjetividad del ejercicio de una auténtica vida cotidiana.

Palabras-clave: Capitalismo financiero; Reestructuración productiva; Extrañamiento; Trabajo precario; Régimen de acumulación.

“AN EXACERBATION ON THE DEGREE OF EXPLOITATION”: PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND STRANGEMENT IN TIMES OF FINANCIAL CAPITALISM

Abstract: It is understood that the decline of the Taylorism / Fordism binomial made possible the emergence of a new phase of capitalism, presided over by the logic and the imperatives of financial valorization. In view of this, this article sought to establish a reflection on the productive restructuring process, operated by the logic of financial capital, in a direct relationship with an important conceptual key of Marxian thought: the Strangement (*Entfremdung*), with the purpose of presenting that contemporary capitalist sociability is characterized by the intensification of precarious work and, consequently, the strangement of work, expanding the forms of fetishism that contribute to distance the subjectivity of the exercise from an authentic daily life.

Keywords: Financial capitalism; Productive restructuring; Strangement; Precarious work; Accumulation regime.

¹ Mestre em Letras, na área de Estudos Literários, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Desenvolve pesquisa sobre o pensamento de Slavoj Žižek e suas aplicações aos Estudos Literários, buscando apreender, na perspectiva da crítica literária dialética, as tensões existentes na relação entre a produção literária brasileira contemporânea e os processos histórico-sociais de precarização do trabalho. Possui Graduação em Letras Português/Espanhol e Respektivas Literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: i3rafael@hotmail.com.

Considerações iniciais

*Você deve notar que não tem mais tutu
E dizer que não está preocupado
Você deve lutar pela xepa da feira
E dizer que está recompensado.
Você deve estampar sempre um ar de alegria
E dizer: "tudo tem melhorado".
Você deve rezar pelo bem do patrão
E esquecer que está desempregado.
Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: "Muito obrigado".
Gonzaguinha (1973)*

Observa-se, atualmente, o aumento contundente do desemprego em massa, como uma constituição de um patamar de exclusão social dentro de um aspecto mais crônico do que cíclico, tornando necessária a compreensão do processo de reestruturação produtiva como uma variável estratégica de dominação do capital, — na medida em que o aumento da oferta e a diminuição da procura por força de trabalho têm um impacto direto na regulação dos salários e no potencial de negociação da classe trabalhadora, que se torna cada vez mais fragilizada e submetida às regras do mercado. Nesse aspecto, Bauman ([2003] 2005) argumenta que a reprodução sistêmica do desemprego levou uma enorme fração da população à condição de “sem-teto social”, vivendo como “redundantes”:

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. [...] Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável [...]. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” com refugo. O destino dos desempregados, do “exército de reserva da mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugo é o depósito de dejetos, o monte de lixo. (BAUMAN, [2003] 2005, p. 20).

A precarização do trabalho se explicita, pois, por meio dessa crescente expansão de trabalhadores desempregados “redundantes” à produção do capital. De fato, concordamos com Alves (2007, 2013) e Antunes (2006b, 2018) de que o estranhamento é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana.

Não obstante o processo de reestruturação produtiva e todos os sofrimentos que ele provoca (por exemplo, o desemprego, a precarização das condições e das relações de trabalho, com o aumento de práticas trabalhistas flexíveis, sem estabilidades nem garantias sociais), desde o final da década de 1970, tornou-se fração hegemônica no cenário ideológico a

concepção do fim da centralidade do trabalho na definição de identidades e interesses, de modo que um conjunto de autores argumentavam que a metamorfose do capitalismo adquiriu uma nova racionalidade, diferente da instrumental e calculista, que permitia a maior valorização do elemento humano e de sua subjetividade no conjunto do processo produtivo (CARDOSO, 2011).

Pode-se apreender, facilmente, esse fenômeno relacionado com o que Žižek ([2009] 2011) apontou como “utopia liberal”, derivado do “triunfo do neoliberalismo”, que propunha o “fim da história”, ideologia segundo a qual “a humanidade finalmente encontrara a fórmula ótima da ordem socioeconômica” (ŽIŽEK, [2009] 2011, p. 73).

Em conformidade com o filósofo esloveno, o triunfo do neoliberalismo faz parte do triunfo da democracia liberal, de maneira que é interessante notar que, “embora seja fácil rir da ideia de Francis Fukuyama do ‘fim da história’, hoje a maioria é fukuyamista. O capitalismo liberal-democrata é aceito como fórmula finalmente encontrada de melhor sociedade possível” (ŽIŽEK, [2009] 2011, p. 58). Contudo, considera sempre importante lembrar que a experiência das décadas recentes demonstra “claramente que o mercado não é um mecanismo benigno que funciona melhor quando é deixado por conta própria; é necessária uma boa dose de violência externa ao mercado para estabelecer e manter as condições de seu funcionamento” (ŽIŽEK, [2009] 2011, p. 73)

Dessa maneira, Žižek (2012) argumenta que é necessário ter em vista a dinâmica da exploração do trabalho, que demonstra o caráter estrutural do problema e direciona a crítica ao modo de produção capitalista, diferentemente de uma perspectiva voltada para a distribuição de poder político e formas de participação no Estado, característica das posições pós-modernas que tendem a supervalorizar uma perspectiva regulatória vinculadas ao critério da democracia liberal. Em outras palavras, concordamos com o filósofo esloveno sobre o fato de que

[...] a importância dessa ênfase na exploração torna-se clara quando a contrapomos à dominação, tema predileto das diferentes versões da “micropolítica do poder” pós-moderna. Em suma, Foucault e Agamben não são suficientes: todas as elaborações detalhadas dos mecanismos de regulação do poder da dominação, toda a riqueza de conceitos, como excluídos, vida nua, homo sacer etc., devem ser fundamentadas na (ou mediadas pela) centralidade da exploração; sem essa referência à economia, a luta contra a dominação permanece “uma luta essencialmente moral ou ética, que leva a revoltas pontuais e atos de resistência, e não à transformação do modo de produção enquanto tal” – o programa positivo das ideologias do “poder” é em geral o programa de determinado tipo de democracia “direta”. O resultado da ênfase na dominação é um programa democrático, ao passo que o resultado da ênfase na exploração é um programa comunista (ŽIŽEK, 2012, p. 18).

A construção do presente artigo surge da concordância dessa concepção da vitalidade de investigar a questão econômica e sua implicação para a classe trabalhadora.

Nos últimos decênios, a dinâmica sociometabólica do capital estabeleceu uma múltipla processualidade no mundo do trabalho, em decorrência de um intenso processo de reestruturação dos modelos produtivos fordista-taylorista. Essa reestruturação, em vista da crise e do esgotamento do modelo de acumulação, alterou significativamente a dinâmica da relação entre capital e trabalho, tornando a lógica da financeirização como hegemônica na estrutura sociometabólica contemporânea do capitalismo. Acreditamos, assim, na importância de os mecanismos desse fenômeno serem compreendidos, posto que uma das características consiste em uma ofensiva do capital e do Estado contra a classe trabalhadora (ANTUNES, 2006a, 2009; ALVES, 2007, 2013). Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo é investigar algumas particularidades do processo de reestruturação produtiva no contexto brasileiro, marcado pelo fenômeno da “financeirização” no âmbito do capitalismo contemporâneo. Para tanto, recorre-se, em especial, aos campos do conhecimento da economia e da sociologia do trabalho (no que diz respeito às pesquisas de David Harvey, Leda Paulani, Ricardo Antunes e Giovanni Alves), bem como realiza-se breve exposição de questões referentes às categorias do trabalho e do estranhamento conforme tratadas por Marx e Lukács.

1. A importância ontológica do trabalho na existência do ser social

Decidimos ser importante retomarmos a exposição acerca da centralidade do trabalho como categoria ontológica da sociabilidade, porque compreendemos que a precarização do trabalho que ocorre contemporaneamente, sob o capitalismo financeiro, constitui-se, além do sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria, também como “precarização do sujeito que trabalha”, no sentido de desefetivação do sujeito como ser genérico.

O trabalho se constitui para Karl Marx (1818–1883) e Georg Lukács (1885–1971) categoria fundante do ser social, gênese sobre a qual se ergue, com as devidas mediações, a estrutura das diferentes formas de sociabilidade e constituição dos sujeitos enquanto tais. Esse modo de concepção expressa que o trabalho, tanto em sua gênese como em seu desenvolvimento histórico, possui “uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo” (ANTUNES, 2009, p. 142).

O filósofo húngaro Georg Lukács é considerado o principal fundador das estruturas formais do que comumente é denominado *marxismo ocidental*, com a publicação do livro *História e Consciência de Classe* em 1923, cuja obra assinala também uma mudança de rumos em seu pensamento crítico em busca de um exame mais vigoroso do caráter sistêmico da lógica do capitalismo. Após quarenta anos de profícua atividade intelectual, foi concebida a eminente obra *Ontologia do ser social*, resultante de pesquisas acerca de um projeto de elaboração de uma Ética materialista e dialética. Nesta obra, o trabalho é considerado um salto ontológico que promove uma transição qualitativa e estrutural do ser, distinguindo, assim, o ser meramente orgânico (animal) e o ser social (humano):

[...] o trabalho se revela como veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais [...] ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 82).

O filósofo húngaro argumenta que essa possibilidade de conceber a existência humana como ontologia do ser social surgiu, pois, a partir das reflexões de Marx, mais precisamente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* que foram escritos em 1844, quando o filósofo alemão tinha apenas 26 anos:

Marx, em nome da peculiaridade ôntica concreta das formações sociais, exige a sua investigação ôntica concreta (ontológica), ao mesmo tempo em que rechaça o método hegeliano de expor essas conexões sobre a base de esquemas lógicos. Temos, portanto, que no trajeto de desenvolvimento do jovem Marx se delinea com clareza aquele direcionamento no rumo da concretização cada vez maior das formações, das conexões etc. do ser social, que, justamente em sentido filosófico, alcançará seu ponto de inflexão nos seus estudos econômicos. Essas tendências encontram sua primeira expressão adequada nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, cuja originalidade inovadora reside, não menos importante, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando assim possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas o fato de a economia ser o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o “economicismo” (LUKÁCS, [1976] 2012, p. 299).

Compreende-se, assim, que há uma base histórica e econômica na formação do ser social, possibilitando conceber a existência como produtora e produto das dinâmicas sociais. Com a emergência da lógica capitalista, busca-se a acumulação do capital por meio de produção em maior escala e da exploração da força de trabalho, de modo que Marx ([1844/1932] 2004) interpela a respeito das implicações das determinações ontológicas

advindas do fato concreto do trabalho estar subjugado à propriedade privada na sociedade capitalista.

Ressalta-se, desse aspecto, o caráter que as mercadorias possuem de ocultar as relações sociais do trabalho, permitindo que o trabalho humano ganhe uma objetividade ilusória pela predominância e universalização da forma-mercadoria. Esse fenômeno de ocultamento é caracterizado por Lukács ([1976] 2013), na esteira do autor de *O Capital*, como resultado de que o desenvolvimento da capacidade humana “não produz obrigatoriamente o desenvolvimento da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar etc. a personalidade humana” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 546).

Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) é a obra na qual, pela primeira vez, Marx abordar o problema da alienação e do estranhamento de maneira sistemática. Marx ([1844/1932] 2004) propõe que, a partir do estranhamento, o sujeito passa a ser produtor de algo que não lhe pertence:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, [1844/1932] 2004, p. 82).

Conforme Ranieri (2001), a questão do estranhamento possui uma continuidade no interior da obra de Marx, de modo que pode ser vista desde a sua juventude até a maturidade:

Uma vez que a orientação de sua proposição teórica é a supressão definitiva do trabalho estranhado, que seria manifesto conceitualmente mais tarde como trabalho abstrato, coisificação e fetiche sem, no entanto, deixar de ser reconhecido como trabalho estranho ao homem no interior do processo de exteriorização (Entausserung) do ponto de vista da atividade e, ao mesmo tempo, como apropriação, do ponto de vista do capital (RANIERI, 2001, p. 15-16).

Nesse processo, a subsunção do trabalho ao capital favorece a condição de estranhamento que, mesmo originada no processo de trabalho, exerce influência em todas as esferas da vida.

Em conformidade com Ranieri (2001), Marx sublinhou quatro características que marcam o estranhamento do trabalhador no seu cotidiano: “o estranhamento em relação ao produto do seu trabalho; o estranhamento no interior da sua própria atividade; o estranhamento no que diz respeito ao outro homem e o estranhamento com relação a si

mesmo” (RANIERI, 2001, p. 38).

Dessa maneira, pretende-se apreender a precarização do trabalho como a desefetivação do ser genérico do homem que trabalha a partir das relações sociais/práxis histórica, constitutivas do trabalho estranhado e da vida social estranhada subjacente à reestruturação produtiva ocorrida contemporaneamente, já que “os estranhamentos mais importantes têm estreita ligação com as relações contemporâneas de exploração” (LUKÁCS, 2013, p. 624).

1.1 Capitalismo financeiro, estranhamento e precarização do trabalho

Nesses últimos três decênios de desenvolvimento do capitalismo, ocorreu um complexo de múltiplas determinações histórico-sociais, que têm sido analisadas e expostas em diferentes ângulos: como sendo o capitalismo do novo complexo de reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo ou o novo espírito do capitalismo (ALVES, 2013; BOLTANSKI; CHIAPELLO, [1999] 2009); ou o capitalismo da financeirização da riqueza capitalista sob a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996, 2005; HARVEY, [1992] 2008; PAULANI, 2008); ou ainda o capitalismo sob dominância do neoliberalismo como bloco histórico que condiciona e constrange as políticas do Estado político do capital (DUMÉNIL; LÉVY, 2011); e o capitalismo do pós-modernismo como lógica cultural permeado de irracionalidade social (JAMESON, 1996).

O nosso recorte tem em vista que o desenvolvimento de um novo regime de acumulação, nos três últimos decênios, acarretou no surgimento de formas inteiramente novas de trabalho, quase sempre consideradas precarizadas e/ou flexibilizadas. Concordamos com a noção ampliada e contemporânea de classe-que-vive-do-trabalho, proposta por Antunes (2006b, 2009), segundo a qual “uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário” (ANTUNES, 2009, p.103). Essa noção de classe trabalhadora inclui os assalariados industriais, de serviços, rurais, os trabalhadores terceirizados, temporários, em tempo parcial, trabalhadores informais e os desempregados.

Antunes (2009) explica que a lógica do capital financeiro ao modificar as engrenagens e os mecanismos da acumulação causa “fortes consequências na subjetividade do ser social que trabalha, adicionando novos elementos ao fenômeno social da alienação e do estranhamento, por meio da identificação das *personificações* do trabalho como *personificações* do capital” (ANTUNES, 2009, p. 73, grifos do autor). Desse modo, o autor argumenta que é por isso que, hoje, “nenhuma fábrica ou empresa usa, em sua terminologia

gerencial, denominações como “operários”, “trabalhadores”, optando por recorrer à apologética presente na ideologia dos “colaboradores”, “parceiros”, “consultores” ou denominações assemelhadas” (ANTUNES, 2009, p. 74).

Por isso, se torna crucial compreender a reestruturação produtiva operada pelo capital financeiro, visto que “o estranhamento torna-se, então, menos despótico *em aparência*, mas intensamente mais interiorizado” (ANTUNES, 2009, 81, grifo do autor).

Os estudos de Harvey ([1992] 2008) assinalam uma “degradação” dos estatutos regulatórios dos direitos trabalhistas, que surge do vínculo entre o fenômeno da financeirização e acumulação por espoliação:

O principal veículo dessa mudança foi a financialização (sic) e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros (HARVEY, [1992] 2008, p. 118).

Nesse sentido, o predomínio da “financeirização” foi a passagem crucial para a constituição da acumulação por espoliação, produzindo uma ofensiva ao trabalho assalariado. Harvey ([1992] 2008) esclarece que, a partir de meados do decênio de 1970, a fase atual do capitalismo global, com sua lógica da valorização financeira, precisou romper a rigidez do que comumente era nominado como “fordismo”, para suceder, assim, a aceleração da circulação do capital monetário, de maneira que, por conseguinte, essa lógica da valorização financeira

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, [1992] 2008, p. 140).

Compreende-se, assim, que essa lógica do capital financeiro afeta diretamente a produção e, via de consequência, a classe trabalhadora, ao privilegiar focos de acumulação flexível, que provoca “uma radical reestruturação” do mercado de trabalho que implica níveis relativamente altos de “desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), [...] ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical — uma das colunas políticas do regime fordista” (HARVEY, [1992] 2008, p. 141-142). As estratégias de reprodução da lógica capitalista na acumulação flexível são marcadas por perdas para a classe trabalhadora. Neste aspecto, Alves (2013, p. 88) destaca que:

[...] a flexibilização da força de trabalho expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir ou, ainda, submeter e subordinar o trabalho assalariado à lógica da valorização. Através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho. É por isso que a “acumulação flexível” se apoia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e, ainda, dos produtos e padrões de consumo.

Efetiva-se, com efeito, mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho, que ocasionam alterações na “classe que vive do trabalho” tornando mais complexas suas formas. Em conformidade com Antunes (2006a), os “novos processos produtivos”, em expansão no Brasil desde a década de 1990, produziu “um aumento da superexploração da força de trabalho”, cujo fenômeno implica “uma ainda maior precarização dos empregos e redução de salários, aumentando o processo de desregulamentação do trabalho e de redução dos direitos sociais para os empregados em geral e de modo ainda mais intenso para os terceirizados” (ANTUNES, 2006a, p. 19-20). Os anos 1990, sob a intensificação do processo de reestruturação produtiva, registram o crescimento destas formas de trabalho e, através da flexibilização da legislação trabalhista patrocinada pelo Estado, veem surgir novas formas de contrato de trabalho, tais como o contrato de trabalho com jornada de trabalho parcial, e o contrato de trabalho por prazo determinado, conhecido como trabalho temporário. Em *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, Antunes (2006a) argumenta que no capitalismo brasileiro contemporâneo observa-se os influxos toyotistas mesclados com elementos do fordismo:

[...] enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão acentuadas e coexistindo com o fordismo [...] quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi aqui estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos (ANTUNES, 2006a, p. 19).

Em conformidade com o autor, o resultado desse “conjunto da estrutura produtiva” brasileira é, com efeito, o “aumento da super exploração da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo em nosso país” (ANTUNES, 2006a, p. 20).

A economista Paulani (2008) pontua que a dinâmica socioeconômica brasileira está, evidentemente, alinhada com esse processo atual do capital financeiro global, desde os anos 1980 quando, de forma passiva, foi vítima da chamada “crise da dívida externa”, depois de

forma ativa, quando tomou as providências, a partir de meados dos anos 1990, para seu ingresso na era da financeirização como “potência financeira emergente”. Conforme a autora, trata-se de um sistema perverso, visto que engordar o capital financeiro implica diminuir o capital produtivo:

[...] dada essa lógica [...] o equilíbrio financeiro [...] está na dependência de um comportamento das variáveis macroeconômicas-chave que é perverso do ponto de vista do crescimento e do emprego, pois joga no sentido da elevação dos juros básicos, da redução da mão-de-obra formalmente empregada e da queda do rendimento médio dos trabalhadores (PAULANI, 2008, p. 98-99).

No bojo dessa conjectura econômica, o decênio de 1990 foi, então, o início de um período de aumento da exploração de trabalho que fez “a precarização do trabalho afirmar-se no século XXI como precarização estrutural do trabalho” (ALVES, 2013, p. 48). Como exemplo pode-se salientar os diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, a utilização do *kan-ban*, a produção *just-in-time*, as novas formas de pagamento e de remuneração flexível, a terceirização capaz de instaurar uma “produção enxuta” e constituir em torno da firma central (e empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados; a organização da produção em grupos de trabalho (*team work*), as novas técnicas de manipulação gerencial que cobiçam os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade e sua personalidade, etc. (ALVES, 2007, 2013). Outros estudos acadêmicos e de instituições sindicais convergem no sentido de constatar a indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho, demonstrando tanto o esvaziamento do valor dos direitos trabalhistas quanto o seu efetivo descumprimento associado à circunstância terceirizada. Nesse sentido, pesquisa empreendida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) demonstra, de um lado, a desigualdade salarial, pois terceirizados chegam a ganhar 30% menos que os contratados diretamente, e, de outro, o desrespeito à duração máxima do trabalho, com a evidência de que as jornadas dos trabalhadores terceirizados superam, em média, em três horas as dos demais trabalhadores (CUT; DIEESE, 2014).

Compreende-se, assim, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista-industrial ocorre através de intensos processos de reestruturação produtiva, de modo que as dimensões específicas da precarização do trabalho no século XXI precisam ser concebidas como processo social de conteúdo histórico-político que atinge a classe trabalhadora brasileira. Levando em consideração, por exemplo, a promulgação da Lei 13.467/2017, percebe-se que velhas e novas formas de contratação precárias são validadas ou

instituídas, tornando a precarização a regra. O cenário de pós-reforma trabalhista também marca o mercado de trabalho brasileiro com um número recorde de informalidade: 11,5 milhões de trabalhadores prestando serviços por conta própria ou sem carteira de trabalho, contra os 10,979 verificados em novembro de 2017 (BONFIM, 2018).

Alves (2007) delinea de forma esclarecedora quais são os aspectos desse processo social:

A precarização é um atributo modal da precariedade. É uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Enquanto existir precariedade haverá possibilidade objetiva de precarização que pode assumir dimensões objetivas e subjetivas. A precarização não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital (ALVES, 2007, p. 115).

Em conformidade com o autor, a produção industrial de mercadorias se pauta na exploração da força de trabalho e no trabalho estranhado. Se antes a produção de mercadorias dizia respeito à indústria propriamente dita, atualmente ela se dissemina pelas atividades de serviços. Por conseguinte, pode-se argumentar “que a indústria penetrou nas atividades de serviços, com a lógica do capital permeando atividades de produção imaterial e de reprodução social” (ALVES, 2007, p. 135). Do ponto de vista do capital financeiro, essas formas de contratação possibilitaram (e ainda possibilitam) ganhos enormes de lucratividade, ao mesmo tempo em que procuraram obliterar os laços de pertencimento de classe e diminuir a capacidade de resistência sindical, dificultando sua organização no espaço de trabalho. “O capitalismo do século XXI é um capitalismo desenvolvido que ampliou as possibilidades concretas de ‘captura’ da subjetividade do trabalho e um dos nexos mais amplos do estranhamento que é intrínseco ao sóciometabolismo da barbárie”, explica, com efeito, Alves (2007, p. 142). Mais do que a coerção de uma classe que tem consciência de ser uma classe, com interesses próprios, o estranhamento contemporâneo permite mecanismos de convencimento para que os próprios trabalhadores deslegitimem qualquer possibilidade de sentido em identificarem-se enquanto uma classe social. Em síntese esclarecedora, Alves (2007, p. 117) argumenta que

A “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelos valores-fetichismo do capital no capitalismo global é um aspecto da corrosão da capacidade subjetiva do homem flexível que se dobra às injunções da ordem do capital. Na medida em que não se afirma como ser-para-si-mesmo, o espectro de homem torna-se ser-para-outrem, o Outro estranhado abstrato e fetichizado (o Capital). Nesse caso, ocorre um processo de desterritorialização subjetiva do homem que, alienado do seu território de existência autêntica, onde se afirmaria como ser em-si-para-si,

projeta-se noutra território: o território da existência inautêntica das implicações subjetivas fetichizadas do capital.

Alves (2007) explica que a sociedade burguesa busca suprimir o sujeito humano no sentido de ser genérico, racional e consciente, capaz da “negação da negação”, de maneira que o “fenômeno do estranhamento social” implica a falta de interesse em formar sujeitos com capacidade crítica, mas apenas força de trabalho ou indivíduos reduzidos a sua mera particularidade, incapazes de escolhas radicais.

Em conformidade com o autor, “a degradação da pessoa humana tornou-se hoje, em pleno século XXI, um traço essencial da dinâmica sociometabólica do capital” (ALVES, 2007, p. 113). Dessa maneira, o fenômeno do estranhamento que ameaça o desenvolvimento humano nas condições do capitalismo financeiro vincula-se não apenas à dimensão da produção e organização do processo de trabalho, mas também à dimensão do consumo e lazer, onde reside o tempo do não-trabalho propriamente dito (ALVES, 2007; ANTUNES, 2006b).

Ou seja, temos a dimensão do “controle da consciência” apontado por Lukács (2013) em seus estudos sobre uma ontologia do ser social. O filósofo húngaro argumenta que a reprodução do capital visa o estranhamento a fim de aprofundar modos de manipulação e controle da consciência, como por exemplo o consumismo: “Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência” (LUKÁCS, 2013, p. 68).

Por outro lado, o reverso subjetivo da implicação estranhada de consentimentos espúrios do trabalho também consiste na “a proliferação das ‘doenças da alma’ e do estresse”:

As maiores incidências das doenças psicológicas do trabalho dizem respeito à mente e não só ao corpo. Enfim, o capital fechou o cerco à personalidade viva do trabalho cuja implicação estranhada reverbera em sintomas psicossomáticos. Por isso se dissemina em nossa época, as mais diversas formas de literatura de autoajuda ou atividades de lazer com conteúdos de (auto)agressividade (ALVES, 2007, p. 142).

Alves (2007) enfatiza as doenças psicossomáticas como sintoma das novas formas de reestruturação produtiva, posto que os dispositivos organizacionais do atual capitalismo dispõem como nexos essenciais um novo consentimento do trabalho que implica um “engajamento” integral aos valores-fetiches da empresa, de maneira tal que “o trabalho vivo precisa não apenas vestir a camisa da empresa, mas dar a alma (corpo e mente) aos interesses do capital. O precário mundo do trabalho e o medo do desemprego constituem o ambiente

psicossocial capaz de emular o engajamento estranhado” (ALVES, 2007, p. 235). Esse engajamento estranhado torna um mecanismo necessário para a obtenção de altos índices de produtividade, devido à própria intensidade concorrencial e instabilidade do mercado, o que por sua vez impossibilita a garantia de condições de trabalho minimamente adequadas à saúde física e mental dos trabalhadores. Assim sendo, a ofensiva do capital sobre o trabalho, ao submetê-lo à lógica destrutiva do capital, promovendo a individualização e o isolamento consiste, por conseguinte, uma ação que busca cotidianamente desmontar sua manifestação de classe historicamente antagônica aos interesses da ordem capitalista.

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se apreender que as políticas econômicas referentes ao novo complexo de reestruturação produtiva do capital promoveram alterações significativas de amplo espectro na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho.

No contexto brasileiro, a partir da década de 1990, a precarização social do trabalho atingiu o núcleo “estável” dos trabalhadores assalariados brasileiros nas grandes empresas, onde a ofensiva do capital na produção por meio da reestruturação produtiva foi bastante intensa e onde se concentrava o contingente de operários e empregados organizados. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD 2009, havia 101,1 milhões de pessoas economicamente ativas no Brasil, com 8,4 milhões de desempregados e mais 8,2 milhões de pessoas com ocupações sem remuneração.⁹ Ou seja, são 16,6 milhões de pessoas (16,4%) economicamente ativas que estavam fora do mercado de trabalho. Quando se analisa a distribuição das pessoas ocupadas com remuneração monetária, elas eram em 2009, no Brasil, 84,5 milhões, dos quais 43,5 milhões sem carteira assinada¹⁰ e, portanto, sem os direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal, representando 51% dos ocupados com remuneração. Desse conjunto de trabalhadores sem carteira assinada, 80% não contribuem para a previdência social. Isso significa que estão sem nenhuma proteção social e trabalhista.

Esses dados confirmam tendências apresentadas pela OIT, CEPAL e PNUD (2008),¹¹ quando examinam o desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período 1990 a 2006. Embora se evidencie uma situação de recuperação nos anos 2000 em relação à década de 1990, por conta da retomada do crescimento econômico, principalmente a partir de 2004, ainda se mantém um quadro em que é constatado:

Elevadas taxas de desemprego e de informalidade, que resultam em baixo grau de proteção social e inserção inadequada dos trabalhadores; b) expressiva parcela da mão de obra sujeita a baixos níveis de rendimento e produtividade; c) alta rotatividade no emprego; d) alto grau de desigualdade entre diferentes grupos, refletindo um nível significativo de discriminação, sobretudo em relação às mulheres

e à população negra. (OIT, CEPAL, PNUD, 2008, p.17).

Esperamos ter demonstrado, pois, que faz-se importante compreender que essa ofensiva do capital na produção intensifica a questão do estranhamento exposta nos estudos de Marx, a saber: o estranhamento do ser humano como membro de sua espécie, ou seja, o estranhamento, do sujeito como ser genérico e o estranhamento do sujeito em relação aos outros sujeitos, ou seja, em sua sociabilidade. Inclusive, Lukács ([1976] 2013) já tinha assinalado que a formulação de Marx, embora exposto há mais de um século, acerca da “relação conjuntamente econômica, social e humano-individual do estranhamento tenha se tornado hoje um problema universal” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 764). Em uma passagem utilizada pelo filósofo húngaro, Marx argumenta que

Ao entrar em novos processos de trabalho como meios de produção, os produtos perdem, por isso, o caráter de produto. Eles só funcionam agora como fatores objetivos do trabalho vivo. O fiandeiro trata o fuso apenas como o meio com o qual fia e o linho como objeto que fia. Com efeito não se pode fiar sem material de fiar e sem fuso. A existência desses produtos é portanto pressuposta ao começar a fiar. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fuso sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, etc. Ao contrário, se os meios de produção fazem valer, no processo de trabalho, seu caráter como produtos de trabalho passado, isso acontece somente por intermédio de seus defeitos (MARX *apud* LUKÁCS, [1976] 2013, p. 145-146).

O desenvolvimento das forças produtivas e o socializar-se da cotidianidade são aspectos que, segundo Lukács ([1976] 2013), tendem a reforçar a transformação da reação aos dados cotidianos em reflexos condicionados, estranhados.

Nesse sentido, importantes transformações econômicas e produtivas produzem novas formas de alienação enquanto uma “força extremamente matizada, que esmaga a personalidade dos homens, por assim dizer, por todos os lados” (LUKÁCS, [1976] 2013, 801), que sempre precisam ser investigadas, para cessar o processo de constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente.

Considerações finais

No contexto brasileiro, com a instabilidade democrática e a ascensão de um projeto de orientação ultraliberal, que possibilitaram a extinção do Ministério do Trabalho, radicaliza-se dispositivos jurídicos que visam normalizar a precarização do trabalho. Por isso, buscou-se aqui refletir a experiência da precarização do trabalho, em expansão na totalidade do mundo

produtivo, como um processo constitutivo que se manifesta na reestruturação produtiva do capital, em virtude de concordarmos com Alves (2007, 2013) que um dos “desafios teórico-analíticos das investigações sobre o mundo do trabalho” numa perspectiva crítica é buscar situar o significado histórico do fenômeno da precarização da força de trabalho a partir da nova fase de desenvolvimento do capitalismo.

Para tanto, partimos da reflexão da importância ontológica do trabalho na existência do ser social, para em seguida observar como nos últimos três decênios de desenvolvimento do capitalismo ocorreu o surgimento de formas inteiramente novas de trabalho, quase sempre consideradas precarizadas e/ou flexibilizadas. Isso implica compreender a classe-que-vive-do-trabalho de modo ampliado, no sentido em que é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Por consequência, a classe trabalhadora tem uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada.

A atual reestruturação produtiva combina mudanças de ordem técnica e gerencial, caracterizando-se, conforme já assinalado por Marx, no modo pelo qual as diferentes fases de crise de acumulação afetam os trabalhadores. Conforme sentenciado pelo autor, “em todo ciclo industrial, chega o momento em que se procura baratear as mercadorias, diminuindo-se à força o salário abaixo do valor da força de trabalho” (MARX, [1867] 1994, p. 519,).

Dessa maneira, a precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, contudo, formas de ser no plano da efetividade histórica. Embora nossa pesquisa não seja exaustiva, esperamos também ter demonstrado a importância da centralidade do trabalho para se refletir a sociabilidade contemporânea, do contrário perde-se nuances do aprofundamento da exploração do trabalho. Ou seja, a importância da centralidade do trabalho como categoria a fim da superação do trabalho estranhado e da pobreza absoluta, significa que:

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto caminho social da atividade humana como fim autônomo (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 36).

Para tanto, torna-se necessária a superação positiva do capitalismo por um modo de produção que, ao invés de caracterizar-se pela propriedade privada dos meios de produção,

caracterize-se pela propriedade social dos meios de produção.

Referências bibliográficas

- ALVES, G. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho*: ensaios de sociologia do trabalho. Canal 6: Bauru.
- _____. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva*: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Canal 6: Bauru.
- ANTUNES, R. (2009). *Os sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. Boitempo: São Paulo.
- _____. (2006a). A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ____ (Org.). *Riqueza e miséria no Brasil*. Boitempo: São Paulo, p. 15-26.
- _____. (2006b). *Adeus ao trabalho?*: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP.
- _____. A subjetividade operária, as reificações inocentes e as reificações estranhadas. In: *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAUMAN, Z. ([2003] 2005). *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- BOLSTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. ([1999] 2009). *O novo espírito do capitalismo*. Martins Fontes: São Paulo.
- CARDOSO, L. A. (2011). A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Revista Tempo Social*, v. 23, n. 2, São Paulo, p. 265-295.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT); DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos*. São Paulo: CUT, 2014.
- BONFIM, M. Nova CLT completa um ano. 1º nov. 2018. In: UOL: o melhor conteúdo. Versão em português. São Paulo, 1996-2019.
- CHESNAIS, F. (1996). *A mundialização do capital*. Xamã: São Paulo.
- _____. (2005). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Boitempo: São Paulo.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (2011). *The crisis of neoliberalism*. Harvard Press University:

New York.

HARVEY, D. ([1992] 2008). A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: __. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Loyola: São Paulo, p. 115-184.

IBGE/PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: período de 2001-2009. Rio de Janeiro, 2009.

JAMESON, F. (1996). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Ática: São Paulo.

LUKÁCS, G. ([1976] 2012). *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. Boitempo: São Paulo.

_____. ([1976] 2013). *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Nélio Schneider. Boitempo: São Paulo.

MARX, K. ([1844/1932] 2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. Boitempo: São Paulo.

_____. ([1867] 1994). *O Capital*. Livro I, vol.1. Civilização Brasileira: São Paulo.

OIT/CEPAL/PNUD. Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília, OIT, CEPAL, PNUD, 2008.

PAULANI, L. 2008. Investimento e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: _____. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. Boitempo: São Paulo, p.73-104.

RANIERI, J. J. (2001). *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. Boitempo: São Paulo.

ŽIŽEK, S. ([2009] 2011). *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Boitempo: São Paulo.

_____. (2012). Da dominação à exploração e à revolta. In: __. *O ano em que sonhamos perigosamente*. Boitempo: São Paulo p. 16-34.

SOCIOLOGIA E TRABALHO: CLÁSSICAS CONCEPÇÕES

Rhuann Fernandes¹

Resumo: A necessidade de discutir as relações de trabalho numa perspectiva sociológica clássica e estender ao grande público vem aumentando de modo progressivo, sobretudo devido ao recente avanço das grandes transformações nas leis trabalhistas de várias nações. Nesse sentido, este artigo analisa e discute as principais concepções sobre o conceito de “trabalho” a partir das perspectivas dos autores clássicos da sociologia: Marx (1813-1873), Durkheim (1858-1917) e Weber (1864-1920). Em vista disso, o objetivo é dissertar sobre tal conceito, evidenciando as especificidades, embates e articulações teóricas entre os três autores. As considerações aqui desenvolvidas são frutos de uma pesquisa bibliográfica a partir das principais obras desses autores. A relevância deste estudo está em reafirmar a centralidade do trabalho no âmbito da contribuição desses pensadores à teoria crítica da sociedade.

Palavras-chave: Trabalho; Clássicos da Sociologia; Sociedades Modernas; Capitalismo.

SOCIOLOGÍA Y TRABAJO: CONCEPCIONES CLÁSICAS

Resumen: La necesidad de discutir las relaciones laborales en una perspectiva sociológica clásica y extenderla al público en general ha ido progresivamente, principalmente debido al avance reciente de cambios importantes en las leyes laborales en varias naciones. En este sentido, este artículo analiza y discute las principales concepciones sobre el concepto de "Trabajo" desde la perspectiva de los autores clásicos de la sociología: Marx (1813-1873), Durkheim (1858-1917) y Weber (1864-1920). Además, el objetivo es hablar sobre este concepto, destacando las especificaciones, los enfrentamientos y las articulaciones teóricas entre los tres autores. Las consideraciones desarrolladas aquí son el resultado de una búsqueda bibliográfica basada en los principales trabajos de estos autores. La relevancia de este estudio es reafirmar la centralidad del trabajo en el alcance de la contribución de estos pensadores a la teoría crítica de la sociedad.

Palabras clave: Trabajo; Sociología clásica; Modernidad; Capitalismo.

SOCIOLOGY AND WORK: CLASSICAL CONCEPTIONS

Abstract: The need to discuss labor relations in a classic sociological perspective and extend it to the general public has been progressively increasing, mainly due to the recent advance of major changes in labor laws in several nations. In this sense, this article analyzes and discusses the main conceptions about the concept of “Work” from the perspectives of the classic authors of sociology: Marx (1813-1873), Durkheim (1858-1917) and Weber (1864-1920). Furthermore, the objective is to talk about this concept, highlighting the specificities, clashes and theoretical articulations between the three authors. The considerations developed here are the result of a bibliographic search based on the main works of these authors. The relevance of this study is to reaffirm the centrality of the work in the scope of the contribution of these thinkers to the critical theory of society.

Keywords: Work; Sociology Classics; Modern Societies; Capitalism.

¹Rhuann Fernandes é mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ), no qual é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É pesquisador na Bloco 4 Foundation, promovendo a construção de espaços de pesquisa sobre ativismo, cidadania e políticas sociais em Moçambique e atuando nos programas de pesquisa: Ativismo pelo Direito à Cidade e RAProtestar. Além disso, integra o Grupo de Pesquisa: Áfricas: política, sociedade e cultura (UERJ-UFRJ).

Introdução

Por que ler os clássicos? Italo Calvino (2007), um dos mais importantes escritores italianos do século XX, brindou-nos com este questionamento e indicou alguns fatores para nos apropriarmos de autores e obras consideradas clássicas, entendendo que a própria ideia de clássico requer, em alguma medida, certo relativismo.² O que me interessa, em suas considerações, é o entendimento de que a leitura dos clássicos não se trata de um processo fechado, na verdade, implica em observarmos novos elementos que serão superados a cada leitura, a cada contato. Afinal, um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer, sobretudo pelo fato de que, quando chega a nossas mãos, está carregado de interpretações anteriores. Segundo Calvino, decorrem disso duas implicações: toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira e toda primeira leitura de um clássico é, na realidade, uma releitura. Um de seus diagnósticos é que os clássicos conversam com a atualidade: “é clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (CALVINO, 2007, p. 15).

Em 2018, em minha experiência em Moçambique, especificamente na disciplina “Sociologia do Trabalho”, que realizei na Universidade Pedagógica (UP), pude sentir essas constatações. Havia, um ano antes, enquanto monitor da disciplina de Sociologia III (Émile Durkheim) do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ), tido contato mais íntimo com as obras e com os temas centrais discutidos pelos autores clássicos da sociologia — Durkheim, Weber e Marx — tal como a noção de trabalho. Graças às oportunidades concedidas pelo professor da disciplina, pude me aprofundar nestes autores e aplicar algumas aulas.³ Contudo, em Moçambique, minhas visões e interpretações foram inteiramente modificadas, em virtude das considerações do professor sobre esses autores para analisar o contexto moçambicano e, posteriormente, compará-lo com o brasileiro. Foi nesse confronto de ideias que percebi, assim como Weffort (2003), que dizer que uma obra é clássica é dizer que suas ideias permanecem, que suas ideias sobreviveram ao seu

²André Botelho (2013) endossa este debate ao afirmar que a definição de obras como clássicas é delicada, uma vez que envolve inúmeros critérios associados a “tradições ideológicas, nacionais e de pesquisa propriamente dita, para não falar dos critérios extracognitivos também aí envolvidos, como geracionais, históricos, políticos e mesmo geopolíticos” (BOTELHO, 2013, p. 05). De todo modo, o autor reconhece que a sociologia clássica, pelas riquezas das diferentes visões desenvolvidas, possibilita que as perspectivas sejam preservadas de modo profícuo no presente.

³Realizei um intercâmbio de graduação de sete meses em Maputo, capital de Moçambique. A disciplina a que faço referência foi ministrada pelo professor doutor Carlos Manjate. No Brasil, o professor que me orientou, na época em que fui monitor, foi o Professor Doutor Luiz Fernando Almeida Pereira.

próprio tempo e, embora ressonâncias de um passado distante, são recebidas por nós como parte constitutiva de nossa atualidade.

Outro ponto interessante é trazido por Botelho (2013). Ele nos apresenta às interpretações do sociólogo inglês Anthony Giddens e do sociólogo norte-americano Jeffrey Alexander acerca de como enxergar os clássicos na teoria sociológica. De acordo com Botelho, esses autores desenvolvem, respectivamente, uma vertente contextualista/historicista e uma analítica. A perspectiva de Giddens compreende que os clássicos, ao realizarem uma análise crítica e profunda da sociedade moderna, dentro de suas especificidades teórico-metodológicas, destacam-se e ficam reconhecidos como tais. São autores que podem ser relidos constantemente, oferecendo reflexões sobre aspectos contemporâneos de nossa sociedade. Entretanto, deve-se prezar por uma reestruturação do contexto que esses autores e seus textos foram produzidos para identificarmos a intenção deles, isto é, entender que esses pensadores tinham pretensões pessoais relacionadas às questões vividas por eles, num contexto culturalmente localizado. Já a perspectiva analítica, desenvolvida por Alexander, prioriza o ancoramento nos textos clássicos a partir de problemas que aparecem em nosso presente.

No fim, Botelho (2013) destaca que o mais interessante seria a mescla entre ambas, entendendo a teoria clássica como uma instância de reflexividade dinâmica. Sugerindo a fusão destas abordagens, haveria uma combinação de suas tensões, a partir da qual se poderia alcançar um sentido teórico maior em relação às formulações feitas pelos clássicos. Ou seja, “se o fim da pesquisa das obras clássicas é ‘analítico’, no sentido de uma reivindicação da comunicação entre interesses teóricos contemporâneos e pesquisa em textos mais antigos, os meios para atingi-lo passam, necessariamente, por alguma ‘contextualização’ ou avaliação dos textos em termos históricos” (BOTELHO, 2013, p. 07). Portanto, conciliar essa fusão à valorização da contribuição que os clássicos realizaram para o campo sociológico no geral, é o caminho mais profícuo para recuperar a obra deles. Isto é, “retomar perspectivas ou questões clássicas não significa apenas aperfeiçoá-las, mas muitas vezes implica também manter certos achados e descartar outros” (BOTELHO, 2013, p. 08).

Nessa direção, apesar de acreditar que necessitamos de novas linhas de pensamento para problematização do tema trabalho, no sentido de compreender as sociedades cada vez mais complexas de nossos dias, entendo que não é possível fazê-lo sem revisitar os grandes clássicos. Isso porque esses autores dedicaram parte de suas teorias para reflexão do trabalho

no capitalismo, elaborando análises que hoje nos ajudam a compreender melhor a sociedade em que vivemos. Eles se preocuparam, em princípio, com as consequências da modernidade e o seu modo de existência, abordando a maneira pela qual as relações sociais se modificaram e se complexificaram com esse advento histórico. Atentaram-se às relações fruto do industrialismo, as novas características presentes nesta sociedade e o que diferenciou a racionalidade da sociedade moderna e a racionalidade das sociedades anteriores. Ao tratarem dos fenômenos sociais, deram atenção à divisão social do trabalho, tema que perpassa, direta ou indiretamente, a obra desses sociólogos.

Entretanto, teóricos de quem falo exprimiram em seus trabalhos interpretações distintas a despeito do papel da sociologia, das abordagens dos fenômenos sociais, da economia e, sobretudo, do mundo do trabalho. As diferenças de interpretação da categoria trabalho estão associadas, como veremos, à forma com que esses cientistas procuraram estabelecer seus métodos sociológicos para compreensão da sociedade capitalista. A partir disso, compreendo que é de suma importância demonstrar o papel que a sociologia clássica ocupou — e ainda ocupa — no entendimento da organização do trabalho e seu conceito. Assim, neste artigo, concentro-me no diagnóstico teórico que os autores destacados realizaram sobre a categoria “trabalho”, a partir das exposições apresentadas em suas obras, em que interpretaram o mundo do trabalho como uma das dimensões de um amplo espectro de transformações radicais que afeta nossas vidas e que desafiam a imaginação sociológica. Em vista disso, meu objetivo principal é dissertar sobre tais elementos a partir da revisão bibliográfica de suas principais obras e contribuições.

1. Os clássicos e o trabalho

Ao pensar as bases das estruturas sociais e políticas da sociedade moderna, o sociólogo alemão Karl Marx (1985a, 1985b) nos oferece — discutindo as formas de relações de trabalho no capitalismo — uma análise desse modo de produção⁴. Marx (1985a) entendia que, para realizar uma análise social efetiva, é preciso superar as concepções abstratas dos estudos que isolam as partes do todo e negar o conhecimento dedutivo das investigações que prezam por leis gerais abstratas. Para conhecer a realidade social, o todo concreto, deve-se buscar relações recíprocas entre o todo e as partes. Nesse sentido, para compreensão dos

⁴Aqui, baseio-me, principalmente, nas discussões dos dois tomos do primeiro volume de *O Capital* para pensar o conceito de trabalho e a produção de valores de uso e produção de mais-valia, bem como para refletir sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho na obra de Marx, tendo como referência, especialmente, as observações preliminares e os capítulos I, IV, V e XIV.

problemas da economia política, procura-se abstrair as partes do todo e analisar suas articulações e leis internas; depois, reconstruir esse todo pelo pensamento, isto é, reproduzir conceitualmente o todo concreto. Para ele, a realidade social não é apenas um conglomerado de partes isoladas, mas forma uma totalidade histórico-social, contraditória e dialética. Apesar de não se preocupar com a criação de uma ciência da sociedade, esse autor trazia em seus escritos uma crítica desapiedada ao reducionismo, à especialização, ao anti-historicismo e à neutralidade. Nessa sequência, Marx criou o materialismo histórico-dialético como método de análise da realidade, partindo de uma perspectiva da totalidade que compreende os indivíduos como seres conscientes e que são constituídos socialmente a partir das relações sociais nas quais estão envolvidos. Portanto, compreende-se a realidade nunca partindo do concreto e sim das múltiplas determinações, em que a abstração é o ponto zero.

Estas proposições de Marx (1985a) nos levam para uma perspectiva sociológica crítica, pois a sua preocupação com as relações materiais consiste no fato de elas estarem normalmente “escondidas”. Sendo assim, não podemos olhar apenas para as relações sociais que estão ao nosso redor à primeira vista. Devemos procurar as que estão ocultas, pois, quando as encontrarmos, entenderemos melhor as que estão à nossa volta. Para exemplificar, a pesquisa e o levantamento dos dados — etapas da investigação histórica — partem do concreto, enquanto a explicação parte do abstrato. Nesse sentido, são levantadas as características sensíveis da realidade concreta, deduzidas suas condições de existência como determinações mais simples e gerais (categorias mais abstratas) e essas são o ponto de partida da explicação. Quer dizer, parte-se do conceito (abstrato, como todo pensamento) para chegar à essência, que é o concreto, atravessado por múltiplas determinações e mais rico que o conceito. Em suma, para Marx (1985a), só entenderíamos as particularidades por meio da análise dos fenômenos sociais mais simples e mais recorrentes e, com isso, desvelaríamos a essência de algo. Depois, ao retornar ao abstrato (conceito), tem-se um conceito mais rico do que antes⁵.

Essas explicações iniciais resumem a metodologia marxiana e nos ajudam a compreender o modo pelo qual o autor interpretou o trabalho. Marx (2015) compreende que tudo que existe na sociedade humana é fruto do trabalho, não entendido, meramente, como

⁵Para fins de ilustração, no início de sua obra, Marx (1985a) conceitua historicamente a mercadoria. De um lado, a mercadoria seria o abstrato, uma vez que ela é analisada de forma “isolada”, abstraindo várias determinações. Por outro lado, a mercadoria é o concreto, no sentido de ser o que aparece, o imediato e, portanto, um produto de várias determinações. A forma mercadoria é a mais simples e geral do capitalismo, é a mais abstrata, embora pareça a coisa mais concreta, por isso que Marx inicia sua análise por ela.

trabalho na fábrica ou como relações empregatícias, mas como uma atividade e uma ação humana transformadora da natureza que, em sua perspectiva, é algo ontológico. Ou seja, o trabalho é a categoria mais fundamental do ser. Nessa direção, o autor distingue e opera duas categorias: trabalho concreto enquanto insuprimível fundamento ontológico do ser social e o trabalho abstrato, forma particular que assume no modo de produção capitalista. Alguns pesquisadores no Brasil já confirmaram essa premissa, como Lessa (2005a; 2005b; 2008; 2011; 2012) e Netto (2002; 2006; 2011).

Nessa perspectiva, para Marx (2015a), as relações sociais desenvolvidas numa sociedade estão sujeitas às diversas formas de organização do consumo, da produção e do comércio. Por este ângulo, tudo se fundaria na realidade material, ou seja, a história é feita na matéria, não em algo abstrato ou em pensamento, pois o indivíduo não pode ser formado fora de suas relações sociais (sendo estas, por sua vez, determinadas pelas formas de produção da vida material). “As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podem abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação” (MARX, 2015a, p. 10). Em discordância com Hegel e a ideia de espírito absoluto, Marx diz que a história começa quando a humanidade deixa de ter um intercâmbio com a natureza, típico dos animais da natureza, e passam a ter um intercâmbio orgânico com a natureza, típico do ser social.

É nessa relação que o autor entende que o trabalho gera a possibilidade da história humana, pois, ao construir na consciência, antes de construir na realidade, o indivíduo precisa fazer uma série de previsões acerca de como o mundo funcionará. Quando se objetiva a alternativa melhor escolhida para torná-la real, aquilo que o indivíduo pensa acerca do mundo entra em contato com aquilo que o mundo é. Com tal movimento, ele conhece a essência do mundo e explora o fenômeno do mundo, em que ambos fazem parte da mesma síntese. À vista disso, Marx (1985a; 1985b; 1998) compreende que a subjetividade humana tem acesso à essência das coisas. Esse processo de objetivação que faz parte da subjetividade para entrar em contato com o mundo, no momento em que o indivíduo está transformando o mundo para realizar o projeto que ele elaborou, há também uma transformação de si. Por isso, para ele, o trabalho é categoria fundante do mundo dos homens e das mulheres, pois há uma transformação do mundo e do indivíduo que não se resume a algo inteiramente acabado. Segundo Marx, é este movimento que desvela as condições mais profundas de como nos tornamos seres humanos, em que o ser social é uma constante tensão entre sua generalidade

humana e a sua singularidade, uma singularidade empírica e imediata insuprimível que só se resolve na generalidade humana. Ou seja, meu subjetivo é também determinado pelas minhas circunstâncias, pelas minhas referências sociais.

Assim, o trabalho, na visão de Marx, é a interação entre o indivíduo e a natureza que supõe uma relação dialética: a tese é a matéria/natureza, a antítese é o trabalho e a síntese é a sociedade. Desse modo, o trabalho funciona como uma negação da natureza, pois a transforma, a extrapola e a modifica de acordo com os interesses humanos. Com isso, sem trabalho não existe sociedade. Verifica-se, então, que a sociedade não determina o indivíduo e nem o indivíduo determina a sociedade. Na verdade, para Marx, indivíduo e sociedade se relacionam e se constroem simultaneamente a partir de uma objetivação elementar, o trabalho, que, em vista disso, é a base da sociabilidade humana, o fundamento do ser social.

Para Netto (2002), Marx compreende que o indivíduo é um ser prático, social e objetivo, é aquele que só se mantém enquanto tal na medida em que se objetiva. Ou seja, a condição da existência humana é a condição da objetivação dos sujeitos singulares, em que só o acesso às objetivações é que permite a subjetivação. Se a objetivação elementar que constitui o ser social é o trabalho, significa dizer, portanto, que essa categoria é a objetivação privilegiada que garante a condição humana. Para Marx, o trabalho não é uma obrigação, não é uma penitência e, muito menos, algo fortuito. Na realidade, funda o conjunto das objetivações, é essa atividade que realiza a essência humana como um conjunto de atributos, qualidades e possibilidades que o ser desenvolve ao longo de sua trajetória. O trabalho, por fim, é a realização dos homens e das mulheres.

Nesta concepção, o trabalho é concreto pelo fato de produzir um intercâmbio entre ser social e natureza, que cria os valores de uso que são meios de produção e de subsistência. Aqui, valor faz referência à atividade humana transformadora e das coisas e também atribui utilidade a elas, em que a atuação sobre a natureza produz os meios necessários para subsistência e os meios de produção, bem como a reprodução social. Todavia, no capitalismo, o trabalho passa a ser orientado para produção de mais-valia (excedente do valor obtido pela exploração do trabalho), atendendo aos princípios da acumulação e reprodução do capital, contrariando as necessidades humanas de reprodução social.

Com isso, verificamos a produção daquilo que Marx (1985a) denomina de trabalho abstrato, em que o predominante é o valor de troca determinado a contemplar a acumulação e reprodução do capital. Dessa maneira, observa-se uma tensão no conceito de trabalho que

perpassa a ideia de trabalho concreto (para atender as necessidades humanas) e trabalho abstrato (associado ao modo de produção capitalista, em que ocorre a exploração do homem pelo homem).⁶

E já não é mais o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1985a, p. 167-168).

Segundo Lessa (2005a; 2005b; 2012), como o trabalho abstrato é a forma que o trabalho assume no modo de produção capitalista, a burguesia — detentora dos meios de produção — compreende-o dentro de duas dimensões: produtivo e improdutivo. Ambos estão associados à preocupação com o lucro, é um conceito criado pela economia política clássica para que a burguesia pudesse perceber, mediante uma racionalização e uma ciência, o que ela não percebia antes: o que gera custos em torno do trabalho improdutivo e o que gera lucro no trabalho produtivo. Contudo, essa relação só pode ser compreendida na sociedade capitalista, em que o indivíduo é reduzido à mera força de trabalho e visto como uma mercadoria, atendendo às demandas urgentes e inescrupulosas do modo de produção capitalista para proliferação contínua do capital, perdendo de vista o trabalho concreto que procurava atender às necessidades humanas. Por conseguinte, o que a burguesia acha que produz para riqueza da humanidade (o trabalho abstrato), na verdade, produz apenas para riqueza dela própria.

Nesse sentido, a relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato é de alienação, não de identidade. Isto é, a relação da humanidade com o capital é de alienação, na qual os indivíduos não produzem para atender suas necessidades, enxergando o trabalho como uma

⁶Diferente do que supõe Almeida (2015), valor em Marx não pode ser traduzido como tempo de trabalho. Na realidade, o valor só pode ser entendido em relação ao trabalho abstrato, que é historicamente localizado e socialmente produzido. Além das muitas imprecisões conceituais e artificialidade presentes no trabalho desse autor, ele comete este equívoco, confundindo aquilo que Marx (1985a) procurava desmistificar em relação aos economistas que vieram antes dele, que entendiam que valor era tempo de trabalho. Nesse sentido, a teoria marxiana sobre valor procura explicar como e por quais processos mercadorias tão distintas entre si sejam medidas pelo tempo de trabalho, uma vez que, na percepção desses “economistas dogmáticos”, o valor das mercadorias não poderia ser determinado previamente e conscientemente por ninguém. O trabalho abstrato como valor é uma categoria para Marx que, qualitativamente, explica por que os valores são medidos pelo tempo de trabalho. Ou seja, o valor é apenas uma relação social. Então, o questionamento correto a se fazer é: o que produz valor se não o tempo de trabalho? Bem, o grande avanço de Marx foi explicar como ocorre o valor na sociedade capitalista e por que ele é medido pelo tempo de trabalho. A teoria do valor explica o processo social por meio do qual o produto do trabalho humano é produzido e distribuído e como o valor é uma relação social que desenvolve outros tipos de vínculos que o modo de produção capitalista precisa reproduzir e repetir incessantemente para que continue existindo. Dessa maneira, o trabalhador não vende seu trabalho, mas sim sua capacidade para trabalhar e transformar algo. Isto é, o trabalhador não visualiza sua exploração no modo de produção capitalista justamente pelo fato de ele vender a capacidade de trabalho que só produz valor quando é operada. Então, produz-se valor não pela capacidade de trabalho, mas sim quando essa capacidade é colocada em prática e em interação, produzindo valor ao próprio trabalho.

obrigação eterna e universal. Ao contrário, temos o trabalho abstrato que produz mais-valia⁷. A partir dele e do modo de produção capitalista, podemos observar algumas consequências. Uma das mais centrais entre as que têm atenção especial de Marx é alienação. Para ele, quanto mais o trabalhador produz, mais miserável permanece. A alienação é percebida quando a pessoa se torna diferente, estranha a si mesma, quando se distancia de sua própria natureza, do trabalho concreto. Neste processo, Marx (2015b) se questiona:

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades (MARX, 2015b, p. 82).

Essa concepção associa-se à exploração do trabalho humano, que garante a produção de mais-valia sem precedentes na história, já que, para Marx, somente o capital industrial atua no processo de criação da mais-valia, em que a propriedade privada acaba sendo o produto e o resultado inevitável do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo (MARX, 2015b).

Observando a consolidação do capitalismo industrial e o surgimento de cidades operárias em torno das fábricas, Marx (1985a; 1985b; 1998) explica a dinâmica extraordinária dessa sociedade que se transforma constantemente, por forças, sobretudo, de caráter econômico que tem como propulsor a classe burguesa. Ao examinar o conjunto do capitalismo, Marx afirma que as principais fontes de mudança social estão nos fatores econômicos e tudo que forma a base da sociedade é o conflito entre as classes, já que toda história do Ocidente é perpassada pela luta de classes. Os sistemas econômicos se transformariam, influenciados por suas contradições econômicas e a mudança pode ser exercida por intermédio da revolução. Por outro lado, Marx (1998) argumenta sobre o advento do capitalismo como estágio ao mesmo tempo progressivo e regressivo do desenvolvimento histórico, pela transformação constante das forças produtivas e das relações sociais. Além

⁷Marx (1985a; 1985b) reconhece dois tipos de mais-valia: absoluta e relativa. Em resumo, a primeira representa o aumento de horas trabalhadas, do ritmo de trabalho e da intensa vigilância e autocontrole por parte do trabalhador, que permite ao capitalista se apropriar do aumento da riqueza gerada, dado que a produção aumenta com o tempo de trabalho. A segunda diz respeito à incorporação de tecnologias que aumentam a produtividade do trabalhador. Nessa situação, não há a jornada de trabalho aumentada, mas produz-se mais riqueza no mesmo período de tempo. É nessas circunstâncias que percebemos que o capitalismo retira o prazer, a criatividade e a identificação com o trabalho. Assim, há uma exploração do trabalho, em que o indivíduo não é mais dono da sua atividade, ele apenas troca sua força de trabalho pelo salário.

disso, é importante destacar que, para ele, não são apenas as condições objetivas e econômicas que determinam os processos de transformação social, mas também os fatores subjetivos, haja vista sua discussão sobre a burguesia e o proletariado como sujeitos históricos. Portanto, não podemos concordar com a ideia imprecisa de que Marx define a passagem de um modo de produção ao outro como gradual.

Ao contrário do que muitos afirmam, Marx (1985a; 1985b; 1998) não prezava por uma perspectiva evolucionista ou etapista da história, como podemos verificar no trabalho de Almeida (2015). Na verdade, o materialismo histórico-dialético combate essas abordagens por meio de um olhar que parte da totalidade e da contradição existente no processo de constituição das relações sociais e dos modos de produção que antecederam o modo de produção capitalista. Com isso, o autor não enxergava o desenvolvimento dos modos de produção, sua sociedade e suas relações sociais de maneira unilinear, mas sim como um processo histórico composto por determinadas relações sociais e determinados processos de lutas de classes que ocorriam de maneiras e contextos diferentes, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas de cada sociedade.

Outro equívoco no trabalho de Almeida (2015) é sugerir que o capitalismo seja uma criação histórica da burguesia. Na verdade, o capitalismo não é uma criação histórica de uma determinada classe social, é fruto das lutas de classes e do desenvolvimento das forças produtivas. Quer dizer, a burguesia se relaciona com quem efetivamente produz, sendo obrigada a trazer para perto e organizar o conjunto que antes, por processos históricos específicos, estava disperso: o novo conjunto de proletários que seriam o potencial de trabalho. Como resultado, o capitalismo produz além dos produtos materiais, uma nova configuração social, gerando duas novas classes⁸.

Em suma, o trabalho funda o ser social por que não tem nenhum ser vivo que possa sobreviver sem transformar o seu ambiente e seus meios de sobrevivência. No caso do ser social, os meios de sobrevivência são os meios de produção e os próprios meios de subsistência. O trabalho é uma forma de intercâmbio orgânico com a natureza o qual se constrói primeiro na consciência e depois no mundo objetivo. Por isso, Marx (1985a; 2015a) afirma que o ser social funda-se a si próprio e sua própria essência, não havendo, *a priori*, nenhuma essência que funde o ser social.

⁸No modo de produção capitalista, como verificamos ao longo da história, existiram outras classes sociais além da burguesia e do proletariado.

Desse modo, o conjunto das relações sociais é a essência da humanidade, o que significa dizer que não tem nenhuma essência humana que impeça a humanidade de transitar do capitalismo para o comunismo. Ou seja, se a categoria de trabalho funda a essência humana, temos a possibilidade histórica de revolução. Todavia, Marx não fala do trabalho que dá lucro à burguesia (abstrato) e sim do trabalho orgânico em diálogo com a natureza que funda o ser social. O trabalho abstrato só teria fim com a superação do capitalismo, isto é, quando o trabalho não estiver mais concentrado nas mãos do capital. Segundo Marx, a superação do capitalismo e de suas inerentes desigualdades, só pode acontecer a partir da organização do projeto revolucionário do proletariado que procuraria o fim desse trabalho abstrato.

Émile Durkheim (2019), sociólogo francês, preocupado com a legitimação do campo sociológico enquanto ciência buscava a apropriação de um método para o fazer científico⁹. Ele entendia que a sociologia deveria buscar a compreensão da sociedade em seu aspecto exterior, em todo comportamento instituído pela coletividade.

Nesse sentido, ao pensar os fatos sociais — maneiras de agir, fixas ou não, com potencial para exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior que apresenta uma existência própria —, deveríamos compreendê-los como coisa. Isto é, afastar nossas pré-noções de modo sistemático; verificar as características exteriores que são comuns aos fatos sociais e considerá-los de modo independente de suas manifestações individuais. Com isso, o sociólogo conseguiria conceder a objetividade científica aos fatos sociais investigados, retirando o véu imposto entre as coisas e o sociólogo. Em suma, tratar os fatos sociais como coisas é conferir a eles realidade externa e não subjetiva, uma vez que a coisa se opõe à ideia (a ideia é algo comum que todos os indivíduos desenvolvem como membro de uma sociedade, por isso, o sociólogo deve ir além, partindo do princípio de que desconhece o seu objeto de estudo).

Para Durkheim (2019), temos a capacidade de deslocar nossa mentalidade e abandonar nossos valores para realização de uma observação e experimentação sociológica. Ou seja, uma espécie de afastamento de minhas pré-noções e influências sobre os fatos que nos

⁹Durkheim (2019), fortemente influenciado pela “ciência positiva”, procurava construir uma sociologia dotada de sólidas bases empíricas a partir de três princípios: distanciamento, objetividade e neutralidade. A metodologia proporcionaria o afastamento do senso comum na interpretação de um fato. Para ele, o estudo da sociedade deve ser tão rigoroso com o estudo empreendido pelas ciências naturais, pois isso daria à sociologia o caráter de uma ciência universalmente válida, baseada na experimentação, a fim de explicar os fenômenos sociais. Assim, a fase positiva seria alcançada sendo marcada pela observação como forma de entendimento da realidade, o que ocorre por meio da explicação própria do método científico.

proporcionam neutralidade e a explicação da realidade, sem julgá-la. Aqui, temos o primeiro ponto de discordância entre Durkheim e Marx. Apesar deste último pensar um método de análise rigoroso, ele não acreditava em uma ciência neutra. Na realidade, ao observar os economistas políticos de seu tempo, entendia que eles produziam ideologia, pois distorciam o conhecimento em razão de um olhar da parte, tendo a abstração apenas de um elemento, tendo uma análise parcial dos fatos. Com isso, a distorção é provocada por aqueles que fazem a ciência oficial da burguesia, os dominantes. Assim, a economia política seria mais ideologia burguesa transvestida de ciência do que propriamente ciência.

Outro ponto de discordância também está na análise da sociedade. Durkheim (2019) entende que os problemas sociais não estão relacionados à economia, mas ao bom ou mau funcionamento das regras de conduta moral presentes em uma sociedade. Todavia, diferente do engano de Almeida (2015), Durkheim também pensa a ação e a subjetividade, só que a partir de conceitos como “sociedade”, “Estado” e “consciência coletiva”, o que não significa se concentrar apenas em instituições. Na verdade, trata-se de uma perspectiva analítica diferente da de Marx (1985a; 1985b), pois esse propõe investigar a estrutura considerando que os indivíduos também a fazem, apesar das limitações. Durkheim introduz a ideia de que o capitalismo moderno já estaria gerando a perda de antigas identidades coletivas, o que poderia causar a individualização das relações sociais e a “degradação moral”. Portanto, não existe uma estrutura axiomática de determinação da sociedade sobre o indivíduo, mas sim um desejo do indivíduo de ceder à “consciência coletiva” pra viver em sociedade.¹⁰ De outro modo, Marx acredita na vontade individual, contudo, o indivíduo também é limitado pela sociedade. Por isso, sua célebre reflexão de que o ser social faz história obedecendo a certas condições, entendendo que essas condições e os valores estão ligados à classe e a condição econômica do ser.

Ademais, Durkheim (2008) desenvolveu uma espécie de olhar solidário que se contrapõe às premissas de Marx (1998; 2015b) na análise do capitalismo. O autor era esperançoso em relação à sociedade capitalista, uma sociedade que poderia sofrer apenas eventuais ajustes. Isso pelo fato de esse modo de produção criar diversas ramificações/especializações em que cada trabalhador dependeria, direta e indiretamente, do trabalho do outro. É nesta direção que surgirá o que ele denomina como solidariedade

¹⁰Há muitos equívocos em torno da análise Durkheimiana, como verificamos no texto de Almeida (2015), sobretudo ao indicar que Durkheim entendia que a vontade individual seria superada pela consciência coletiva, em que os indivíduos, apesar de acreditarem orientar suas ações, são na verdade levados por forças coletivas.

orgânica, de acordo com que o avanço do capitalismo aumentaria, cada vez mais, a divisão social do trabalho e sua generalização. O seu otimismo em relação a esse modelo está no entendimento de que a sociedade chegaria a um estágio tão avançado de desenvolvimento que perderia de vista os conflitos.

De fato, Durkheim (2008) pouco observa a mudança, mas não significa que ela não exista. Na realidade, para que isso ocorra, os indivíduos devem combinar suas ações para fazerem um produto social inovador, que seja capaz de criar, consolidar e convencer outro fato social. Contudo, a depender do fato social que esses agentes pretendem transformar/mudar, a tarefa pode ser dificultada, dado que, quanto mais importante um fato social para coletividade, mais difícil será transformá-lo ou mudá-lo. Não à toa, muitos pesquisadores o encaram como reformista. Aqui, sua posição contrasta mais uma vez com a de Marx, para quem a divisão do trabalho aliena os indivíduos da intelectualidade produtiva, tornando-os substituíveis. Além disso, a mudança na sociedade capitalista não estaria apta apenas uma simples “reforma”, já que os interesses dos burgueses são antagônicos aos do proletariado e que esse impasse só se superaria a partir de uma revolução no modo de produção.

A divisão entre trabalhadores e empregadores refletida por Durkheim (2008) seria uma divisão funcional: os que cumprem a atividade de organização da produção e mando (empregadores) e os que devem desenvolver uma atividade produtiva (os trabalhadores). Isso promoveria a coerção social e por isso deve ser preservada socialmente. Não que Durkheim deixe de verificar problemas nesse tipo organização, ao contrário, ele entende que algumas doenças sociais vão aparecer, mas que precisam ser corrigidas para que todo social se desenvolva adequadamente. Por exemplo, em suas palavras, não pode haver excesso por parte do empregador.

Na verdade, as atividades precisam ser regulamentadas para alcançar o equilíbrio e efetivar a integração social das partes envolvidas. Isso significa dizer que os indivíduos devem se submeter de modo a garantir a existência do todo. Em resumo: de um lado, o capitalista não deve se deixar levar pelo lucro exacerbado; do outro, o trabalhador não deve questionar sua funcionalidade dentro da divisão do trabalho. Importa dizer que “trabalhador”, para Durkheim (2008) significa, no contexto do capitalismo moderno, uma identidade coletiva. Por isso, a possibilidade de coesão social a partir da divisão social do trabalho.

Durkheim chega a afirmar que a categoria “trabalho” iria substituir “nação” na objetivação da consciência coletiva, adquirindo um caráter transnacional de pertencimento.

A partir dessas considerações, podemos afirmar que o trabalho, para Durkheim (2008), é um fato social. Ele admitia que o trabalho só poderia ser entendido a partir da transformação da sociedade simples para sociedade complexa e, conseqüentemente, da solidariedade mecânica para orgânica. Para Durkheim, o modelo de cooperação nas sociedades simples, era baseado numa espécie de ajuda mútua que visava à harmonia, sendo a moral, a religião e as crenças mais incisivas, fazendo com que os indivíduos se integrassem um ao outro numa cadeia de dependência mais rígida.

O direito consuetudinário asseguraria a coesão social, pois reforçaria a consciência coletiva, fortalecendo os valores, crenças e sentimentos para aquele membro da sociedade que se desvirtuasse. É nesse plano que o autor desenvolve o conceito de solidariedade mecânica, que estaria incutida nas sociedades simples em função da semelhança entre os indivíduos. Nestas sociedades, a divisão social do trabalho é quase inexistente, não havendo especialização de mão de obra, de forma que o trabalho exercido pelos indivíduos tinha uma especificidade: manter estável a comunidade, seu padrão e sua ordem.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas relações sociais de produção, bem como o volume da densidade da população progredindo em seu decurso, em que as sociedades tornaram-se mais populosas, Durkheim (2008) observa que as relações entre os indivíduos entraram num constante fluxo, com a introdução de novos e diferentes valores, necessitando de uma maior divisão do trabalho, haja vista que o incremento da racionalidade nas operações das indústrias criou a necessidade de novos profissionais e novos quadros e, como consequência, a especialização de determinadas funções.

Todavia, a divisão do trabalho, em sua análise, só poderia ser efetivada entre os membros de uma sociedade formada em que os valores estivessem concretizados e reconhecidos pelos próprios indivíduos, tendo em vista que a divisão social do trabalho une ao mesmo tempo em que opõe, pois afluem atividades que se diferenciam e aproxima o que separam. Para o autor, a concorrência é a origem da divisão do trabalho e ela não pode ser responsável por aproximar os indivíduos, é preciso que estes, entre os quais a luta pela sobrevivência já se manifesta, compartilhem de uma solidariedade no meio social *a priori*. De fato, a divisão do trabalho consiste em uma partilha de funções que antes eram comuns, por isso não pode se produzir senão no seio de uma sociedade preexistente.

Em outros termos, essa divisão do trabalho também produz solidariedade, visto que os indivíduos agora dependem mutuamente uns dos outros com relação às funções a serem exercidas na sociedade. A diferença é que, na sociedade complexa, cria-se, entre os seres, uma dessemelhança de valores, crenças e funções. Em contrapartida, alimenta-se todo um sistema de direitos e deveres que ligam as pessoas umas às outras de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas (DURKHEIM, 2008). Então, teríamos a relação entre, de um lado, a consciência coletiva forte com uma divisão do trabalho menor; de outro, a consciência coletiva fraca e a divisão do trabalho mais intensa e profunda.

O autor menciona que para ordenar a divisão social do trabalho na sociedade complexa, é necessária a adaptação das corporações à nova forma de indústria e organização do Estado, atreladas a um sistema de órgãos e funcionários competentes. Vale mencionar a importância atribuída por Durkheim (2008) ao Estado secular republicano, instituição crucial no reconhecimento dos direitos do indivíduo e das liberdades individuais¹¹. Desse modo, a corporação pode desempenhar um importante papel na organização e na condução da vida econômica moderna, desde que se torne uma instituição reconhecida no contexto da vida pública. O objetivo destas corporações seria transmitir valores da sociedade no sentido de integrar os indivíduos e evitar o Estado de anomia.

Por mais que esse avanço rumo à especialização de funções ocorra, é por intermédio dessas novas diferenças que o meio social é fortalecido. Criando-se necessidades a serem cumpridas na sociedade e espontaneamente, a diferença entre os indivíduos presentes no meio social iria integrá-los, concebendo uma dependência maior entre eles, mediante as atividades profissionais que efetuam. Em síntese, para refletirmos sobre as noções de trabalho através

¹¹Outro ponto de distanciamento entre os dois pensadores é a interpretação sobre o papel do Estado. Para Marx, o Estado não é o de um Ser mediador, fora dos conflitos, como imaginava Durkheim. Na perspectiva marxiana, o Estado serve aos interesses de uma classe e assume dupla chave de entendimento. Em *O Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, o Estado se transforma em instrumento de gerenciamento da burguesia sobre a sociedade capitalista. Contudo, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, interpreta que o Estado aparece com relativa autonomia do político a partir da análise do cenário francês pós-revolução burguesa. Com efeito, a ascensão do sobrinho de Napoleão Bonaparte ao poder, representando os interesses dos camponeses e seus valores “retrógrados”, ao mesmo tempo em que se constrói enquanto líder a partir da falência da capacidade de exercer domínio político da burguesia capitalista, à época representada principalmente pelas famílias Bourbon e Orléans, demonstram isso. Entretanto, na análise sobre as revoluções burguesas, de um modo geral, Marx entende que essas revoluções mais aperfeiçoaram a máquina estatal em vez de a destruí-la. Para ele, no caso francês, em vez de a própria sociedade ter conquistado um novo conteúdo, parece simplesmente que o Estado voltou à sua forma antiga de dominação. O caráter dessa revolução foi simplesmente normativo e dissimulador, ao contrário do que se imaginava (MARX, 2015).

das perspectivas de Durkheim (2008), devemos olhar para a divisão social do trabalho a partir das necessidades e valores gerados no cerne do processo de industrialização.

Nesse processo, abandonam-se os vínculos sociais atrelados à semelhança e valoriza-se a diferença, pois é isto que, segundo ele, integrará a sociedade. Nota-se que o autor buscou entender que, apesar de um processo de mudanças bruscas, em uma sociedade organizada em termos corporativos, a divisão social do trabalho funcionaria como uma fonte de solidariedade orgânica e conseqüentemente, de integração social. Logo, a nova sociedade capitalista que emergia seria organizada nas corporações, não estaria disposta apenas ao lucro, mas também a um agente comum que transmitiria a importância da integração da sociedade.

Para o sociólogo alemão Max Weber (1994; 2006), a sociologia deveria se concentrar na ação social dos indivíduos e não apenas nas estruturas, pois ele compreendia que as ideias, crenças e valores, bem como as motivações humanas são forças impulsionadoras da sociedade. Isto é, as ações sociais e suas motivações formam rede de ações e relações sociais na estrutura das sociedades e é com isso que a sociologia deve se preocupar. Weber entende que o sentido da ação social pode favorecer a criação de uma complexa rede de ações e relações sociais, desenvolvendo uma espécie de individualidade sociocultural. Ao tomar esta individualidade como objeto de investigação, pode-se compreender os elementos historicamente agrupados que a formaram e seus impactos no presente. Essas considerações procuravam contrariar as tendências dominantes sobre a interpretação do conceito de cultura de sua época, onde se entendia que a cultura era um conjunto de valores que impõem normas e condutas, como se esses valores fossem entidades ideais. Assim, os valores seriam objetivos e independentes das intenções e ações singulares dos indivíduos, recheados de significados normativos, em que as pessoas simplesmente se adaptam e reproduzem a cultura.

Ao contrário, para Weber, a cultura não é um campo de consensos normativos, com diretrizes a que todos os indivíduos simplesmente aderem. Na realidade, trata-se de um campo de tensão, de disputas e lutas acirradas. Essas lutas entre os indivíduos procuram definir a qualidade das coisas que servem como orientação para agir no mundo. Portanto, o mundo da cultura, para Weber, é uma arena em que os indivíduos atribuem sentido ao que fazem. Assim, a explicação dos fenômenos sociais só pode ser realizada a partir da ação social dos indivíduos, em que a sociedade seria o resultado dessas ações, que constituem o coletivo. Nessa perspectiva, os indivíduos sempre têm escolhas, que são tomadas de acordo com seus valores, paixões e interesses. Esse seria o principal contraponto a Durkheim, já que ele

procura explicar os fenômenos sociais a partir de uma causa eficiente, uma espécie de constrangimento social gerado pela estrutura na vida dos indivíduos¹².

Outro ponto que os afasta é a perspectiva sobre neutralidade científica na produção da sociologia. Na verdade, Weber (2006) não postula o imperativo de neutralidade na escolha do objeto de estudo pelo fato de reconhecer o peso da crença e da vontade individual. O autor aponta uma distinção importante entre fatos (dados da realidade) e valores (as qualidades em nome das quais se avalia a realidade). No fazer científico, essas dimensões não são separadas definitivamente, por isso, deve-se reconhecer que são os valores que irão influenciar o cientista na escolha de seu objeto ou na escolha de qual dimensão privilegiar na hora de pesquisar seu objeto. Entretanto, são as normas de validade científica, compartilhadas por uma comunidade, que irão orientar a pesquisa, afastando os valores que estavam presentes no início. Assim, para alcançar a “objetividade”, deve-se assumir os valores de modo consciente e agregá-los à pesquisa, controlando-os por meio de técnicas e procedimentos rigorosos de análise. Por isso, a distinção importante entre: juízo de fato (sentenças sobre o que é) e juízo de valor (sentenças sobre o que deve ser). O primeiro estaria associado ao saber científico e seus procedimentos metodológicos que não estabelecem receitas para ação e pauta-se pelo que é; o segundo está relacionado a situações práticas que se colocam ao cientista, em que este responde a partir do dever ser, ou seja, um julgamento.

Com essa diferenciação, Weber evita também uma concepção de objetividade baseada na distinção *objetividade x subjetividade*, como se o cientista se afastasse completamente de seus traços do objeto, como se pudesse ser alheio a ele, assim como Durkheim imaginava. Além disso, Weber (2006) acredita que a ciência não pode propor orientações normativas aos indivíduos e, muito menos, fornecer fórmulas universais que expliquem toda realidade social. Assim, ele se afasta por inteiro de Comte e Durkheim, que procuravam entender os fenômenos sociais pelas características comuns e observáveis em diferentes sociedades, comparando-as e, ao mesmo tempo, exerce uma crítica sobre Marx, que se propôs a criação de uma teoria geral capaz de compreender todos os fenômenos sociais.

¹²Weber e Durkheim criam uma dicotomia inerente ao campo sociológico, no clássico embate entre ação e estrutura, respectivamente. Apesar de nossa imaginação sociológica realizar um diálogo entre eles, é importante ressaltar que tais autores não dialogaram em vida. Entende-se que, para Durkheim, na nova sociedade, o indivíduo aparece mais devido à alta divisão social do trabalho e à natureza singular de suas atividades. A noção de individualismo moral tem relação direta com os processos de solidariedade, como também na passagem da solidariedade mecânica para a orgânica. Porém, o indivíduo depende de forças externas para sobreviver e não pode agir sozinho, devendo se submeter às regras sociais que estão ligadas à solidariedade orgânica. Já na interpretação weberiana, o foco está na ação social, no desenvolvimento dos comportamentos individuais, e a partir disso, o que leva os indivíduos a condutas tão distintas numa sociedade tão complexa, quais seriam os sentidos de suas ações e suas orientações.

No entendimento de Weber (2004), o capitalismo oferece uma matriz cultural que só pode ser encontrada em fatores externos às relações econômicas. É a partir deste critério que ele procura compreender o funcionamento da sociedade capitalista, em especial a dinâmica social decorrente dos vínculos entre costumes e hábitos mentais trazidos pela reforma protestante na Europa. Assim, ao abordar a “ética protestante”, Weber demonstra que os fenômenos não podem ser observados apenas como derivação das estruturas econômicas. O autor reconhece que as estruturas econômicas criam padrões de interpretação cultural, mas o que foi criado também influencia na configuração da própria vida econômica. Em suma, observa-se que os fatores culturais são centrais para compreensão do capitalismo e suas configurações concretas. É por isso que Weber procura entender o *ethos* desse novo capitalismo e sua centralidade é o processo de internalização de uma coação ao trabalho, desenvolvido a partir da ética protestante que criou o indivíduo como um ser de profissão.

Apesar de Weber (1994) não rejeitar o enfoque marxiano em suas análises do moderno capitalismo, como a compreensão de que essa nova sociedade consolida uma nova estrutura nas relações sociais, ele tece duras críticas, em especial ao fato de Marx ter atribuído pouca visão ao aspecto cultural e subjetivo das relações sociais. Weber faz o caminho inverso de Marx ao pensar que as práticas e estruturas sociais partem da abstração para o concreto, na medida em que elas só se objetificam na sua atribuição de sentido.

Com isso, Weber se direciona aos estudos das instituições sociais, respondendo teoricamente a Marx, pois compreendia que ele realizava certo reducionismo econômico na abordagem dos fenômenos sociais, dado que as orientações e mudanças culturais não são apenas efeitos de mudanças do modo de produção. Weber (2004; 2006) realiza uma crítica teórico-metodológica aos princípios do materialismo histórico marxiano, principalmente no que se refere à compreensão da história de modo teleológico e o determinismo econômico. Weber rejeita também a ideia de leis ocultas no processo histórico, pois, para ele, a história só pode ser compreendida a partir dos acasos, paradoxos e consequências não intencionais da ação dos indivíduos orientada por seus interesses.

Nessa sequência, a ideia de multicausalidade que desenvolve é uma negação e certo distanciamento metodológico em relação à filosofia da história, proposta num primeiro momento por Hegel e, posteriormente, reformulada por Marx. Uma vez que, para Weber (1994; 2004; 2006), um mesmo fenômeno social deve ser observado sob diversos pontos de vista, de diferentes áreas do saber pelo fato de a vida social ser infinita. Isto é, não existe

inevitavelmente uma causa última, apenas um encadeamento infinito de fatores. Portanto, os fenômenos seriam descritos com base nas versões: econômica, histórica, política religiosa etc., não havendo uma única motivação por trás das explicações. Assim, ao adotar um modelo de pluralismo causal, ele atribui às diferentes esferas sociais uma relativa autonomia e a ideia de leis históricas e gerais se esfarela¹³.

É a partir dessas críticas que Weber (2004) entende que não há algo geral ou comum entre as sociedades, cada sociedade obedece a situações históricas exclusivas. A título de exemplo, no capitalismo europeu, por condições históricas específicas, o trabalho teria se tornado uma atividade hipervalorizada. Não bastou o desenvolvimento do mercado, da moeda e do dinheiro, das relações de troca em geral para que o capitalismo efetivasse suas singularidades e particularidades. Na verdade, essas condições estavam presentes em sociedades passadas. Logo, as características típicas de uma estrutura mercantil não são suficientes para explicar a formação do capitalismo. Pelo contrário, sua especificidade está no encontro entre o espírito capitalista de obter sempre mais lucro e uma ética religiosa protestante fundamentada em uma vida regrada, de autocontrole, que tem na poupança uma de suas características centrais.

Como o protestantismo prega uma extrema valorização do trabalho, o caminho para salvação individual reside exatamente no vínculo estreito entre indivíduo e sua profissão. Dessa forma, os trabalhadores bem-sucedidos e geradores de riquezas seriam predestinados, escolhidos por Deus. Entretanto, a fórmula para o sucesso é o trabalho árduo e disciplinado, de uma vida regrada e sem excessos. A formação do capitalismo teve como característica fundamental essa ação social orientada por um objetivo racional. Isto é, uma ação ascética que quando resulta em êxito na vida material garante ao indivíduo a segurança de ter sido escolhido por Deus. Por isso, Weber (2004) afirma que o encontro entre uma ética religiosa e o espírito empreendedor facilitou a formação histórica do capitalismo no ocidente moderno. Em vista disso, sua principal conjectura é a de que o protestantismo organizou uma espécie de existência religiosa intrinsecamente alusiva à ação econômica necessária ao lucro sistemático e racional¹⁴.

¹³Segundo Löwy (2014), Weber se distancia de Marx, sobretudo em seu diagnóstico acerca do capitalismo, pois Weber entende que o capitalismo é um sistema total, que domina a vida dos indivíduos e impõe de forma coercitiva suas leis impessoais, em que os indivíduos se encerrariam nessa jaula de aço. O capitalismo, com o tempo, tornar-se-ia tão impessoal que viveríamos numa escravidão sem mestre. Nesse sentido, estaríamos condenados a viver nele. Por outro lado, Marx entende que existe a luta de classes com a qual se pode quebrar as barras de aço dessa jaula.

O estímulo psicológico, concebeu o trabalho como vocação profissional, muitas vezes, como único meio de certificar a graça. O trabalhador moderno é impulsionado a vocação profissional, enquanto o empresário moderno é impulsionado ao lucro. A ascese dominando a moralidade intramundana determina com pressão avassaladora a vida de todos os indivíduos. A conduta de vida racional, fundada na ideia de profissão como vocação, nasceu do espírito da ascese cristã (WEBER, 2004, p. 164).

Essa relação ocorre não mais por um efeito mágico sacramental e pela negação do mundo, mas sim pela comprovação manifestada na conduta ética do ser, que induz ao estímulo individual e ao autocontrole metódico. Nessa lógica, considera-se a ação psicológica da religião sobre o indivíduo, resultando em influência ora cultural, quando promove o desencantamento do mundo, racionalização e individualismo, ora material/econômico, quando a cultura religiosa favorece o acúmulo e desenvolvimento do capital.

Considerações finais

Nota-se que os três autores discutidos aqui buscaram manipular a razão ocidental para construção da legitimidade da ciência social no universo acadêmico. Ou seja, todos eles defendiam um critério objetivo para formação das ciências sociais, sendo Weber o mais propenso ao relativismo dessa razão. Ao trazerem ideias referentes ao tema trabalho, os clássicos prezaram por caracterizar, de maneiras singulares, o modo de produção que estava se formando e consolidando na Europa: o capitalismo industrial.

Por um lado, Durkheim foi o único a observar com otimismo o avanço da sociedade moderna com o desenvolvimento de seu sistema econômico, apesar de não dar muita atenção aos termos e conceitos aclamados na economia e esquivando-se, sobretudo, da psicologia de seu tempo. O trabalho, entendido sobretudo a partir da divisão social, é, para o autor, um fato social. Em sua interpretação, a ascensão de uma sociedade burguesa seria conduzida a partir do desenvolvimento da solidariedade orgânica, sendo organizada, fortalecida e estruturada mediante as corporações, às quais gerenciariam a integração social. Justamente, a divisão do trabalho funcionaria em proveito de uma nova solidariedade que ocorreria pela diferença entre os indivíduos, em que estes seriam preparados e instruídos a conviver harmoniosamente,

¹⁴É válido ressaltar que, para Weber (2004), apesar de haver diferentes seitas protestantes — Calvinismo; Pietismo; Metodismo e as Seitas Anabatistas —, não seria possível fazer total distinção ou isolamento entre seus princípios. O que Weber busca tratar é das representações da fé religiosa que são exercidas entre as seitas na valorização de uma conduta específica da vida moral e no rompimento com dogmas. É neste contexto que o autor compreende o desencantamento do mundo, exercido pela rejeição da magia sacramental como via de salvação. Assim, a salvação dependeria do próprio indivíduo, que, reformado, assumiria os desígnios de Deus na vida terrena, demonstrando sua glória com o seu comportamento frente ao trabalho, não mais se baseando pela confissão, pelo batismo etc. Surge a valorização do trabalho profissional em si, instalando elementos essenciais, em particular, um favorável efeito psicológico para o desenvolvimento do capitalismo (WEBER, 2004).

evitando o estado de anomia e conflito. Como mencionado acima, isso só faz sentido se encararmos que, para Durkheim (2008), a categoria “trabalhador” é mais central que a de “trabalho”. Trabalhador é um vetor de pertencimento, consciência coletiva, integração. O trabalho entra como categoria funcional, que define um trabalhador.

Por outro lado, para Marx, o trabalho é uma categoria que, no capitalismo, só pode ser pensada a partir dos conflitos e das tensões sociais entre as classes. Isso pelo fato de o trabalho assumir para ele um sentido ontológico, que funda o ser social, mas que foi usurpado com o modo de produção capitalista, que transformou o trabalho em abstração, legitimando a exploração de uma classe para o lucro desmesurado de outra. Em suas alegações, ficam visíveis suas insatisfações diante das desigualdades calculadas por ele nas sociedades europeias, por intermédio da compulsão à acumulação de riquezas, estimulada pelo próprio capitalismo. Marx se posiciona contrariamente a tal modelo, avaliando que o processo moderno de divisão de trabalho representa os antagonismos de classe, uma vez que se produz alienação da intelectualidade produtiva dos trabalhadores, tornando-os cada vez mais baratos e substituíveis.

Weber, focalizando as orientações individuais e a formação cultural do capitalismo, leva em consideração que o ganho mediado pelo mercado foi contemplado por intermédio de um *status* ético ligado ao protestantismo, em que o trabalho aparece como uma vocação. Nesse sentido, desenvolve-se a ideia de trabalho relacionada a uma premissa de salvação espiritual, em que o trabalho é visto como atividade voltada para glorificação de Deus e o sucesso profissional é a indicação de salvação. Além disso, começa a ser condição de honestidade, por isso a ideia de trabalho árduo e diário como libertação humana e como virtude. Portanto, os indivíduos incorporam a ideia de que a dignidade humana é medida por isto: quanto mais trabalho, mais dignidade; quanto mais esforço, mais perto de Deus se está. Aqui estaria o “pulo do gato” na interpretação weberiana. O trabalho, portanto, só é valorizado porque há uma atribuição de sentido. A sua apreensão total não se resumiria em uma função dentro de uma estrutura ou uma relação produtiva, seja ela concreta ou abstrata.

Em suma, as considerações que deixo sobre estes autores clássicos da sociologia, Marx, Durkheim e Weber não são as finais. Apesar de terem vivido no século XIX e observado aspectos muito diferentes do que vivenciamos na contemporaneidade, acredito que nossa sociedade, quase dois séculos depois, ainda pode ser pensada com auxílio dos seus conceitos, sobretudo a partir das noções de “trabalho”. Não obstante, os clássicos, suas teorias

e os erros que elas comportam nos ensinam alguma coisa e, hoje, procuramos novas explicações para somar às apresentadas por uma autoridade tradicional. Acredito que as teorias clássicas e os métodos sugeridos pelos seus pensadores nos capacitem para pensar o trabalho e suas modificações/significações no tempo e espaço, germinando a possibilidade de verificá-lo em sua totalidade, suas causas e condições. Com isso, observamos que a leitura/releitura dos clássicos não pode se encerrar na ideia de que eles são importantes somente porque “ainda fazem sentido”. Na verdade, existem também modos de lê-los e de usá-los que qualificam sua importância no mundo contemporâneo.

Para que a leitura dos clássicos não se torne algo engessado ou uma mera necessidade permanente que teríamos de fazer por obrigação, a mando de uma tradição sociológica que os privilegiam, é importante reconhecer, antes de tudo, que esse retorno é o reconhecimento da ciência social como uma ciência que compartilharia em seu cerne uma imaturidade perpétua. Ou melhor, nas palavras de André Botelho (2013, p. 07): “o entendimento que o fluxo da vida social suscita sempre novos problemas e a produção de novos conceitos, faz com que não deixemos de acentuar o caráter transitório daqueles já formulados”.

Referências

- ALMEIDA, Felipe Mateus de. O Conceito de Trabalho nos Clássicos da Sociologia. **Espaço Livre**, v. 9, n. 18, pp. 20-33, 2015.
- BOTELHO, André (org.). **Essencial sociologia**. Rio de Janeiro: Penguin Companhia, 2013.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª Edição, 2006.
- LESSA, Sérgio. História e ontologia: a questão do trabalho. **Crítica Marxista**, v. 20, p. 70-89, 2005a.
- LESSA, Sérgio. “Centralidade ontológica” do trabalho e “centralidade política” proletária. **Lutas Sociais**, n. 13/14, p. 106-121, 2005b.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2015a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015c.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.

O MÉTODO EM MARX COM JOSÉ PAULO NETTO (CURSO). José Paulo Netto. Recife (PE), **Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS)**, 2002. Aulas 1, 2, 3, 4, 5. Publicado pelo canal: João Vicente Nascimento Lins, retirado do site: http://www.cristinapaniago.com/jos%C3%A9_p_netto_-_curso_o_m%C3%A9todo_em_marx_-. Acesso em: 12 dezembro 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Editora UnB, 1994.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2000.

UMA DÉCADA DE CRISE: DIÁLOGOS ENTRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR E O RETRATO DE DETERIORAÇÃO SOCIAL NO FILME "VOCÊ NÃO ESTAVA AQUI" (2019)

Lucas Eduardo Silveira de Souza¹

Luis Otávio Silveira de Souza²

Raphael Salatino Palomares³

Resumo: O objetivo desse artigo é promover uma reflexão sobre o atual panorama de crise econômica e a sua interconexão com a filmografia do fim da década de 2010. Admitindo que as artes refletem o espírito de uma época, além de serem instrumento gerador de reflexão e problematização de diversos saberes, torna-se possível estabelecer pontos de diálogo entre os efeitos das novas relações de trabalho precário na era da *uberização* e o retrato da problematização desse fenômeno no filme “Você Não Estava Aqui” (*Sorry We Missed You*, na versão original) (2019), do diretor Ken Loach. Com base nas novas tendências de precarização do trabalhador, analisadas sob a perspectiva do Brasil, argumentamos que ambos os cenários são dialógicos à medida em que, apesar das diversidades sociais, econômicas e culturais, incorporam elementos de similaridade no bojo das dinâmicas capitalistas atuais.

Palavras-chave: relações de trabalho; cinema e relações internacionais; crise econômica.

Una década de crisis: diálogos entre la precariedad del trabajador y el retrato del deterioro social en la película "Sorry We Missed You" (2019)

Resumen: El objetivo de este artículo es promover una reflexión sobre el panorama actual de la crisis económica y su interconexión con la filmografía de finales de la década de 2010. Admitiendo que las artes reflejan el espíritu de una época, además de ser un instrumento que genera reflexión y problematización de diversos conocimientos, es posible establecer puntos de diálogo entre los efectos de las nuevas relaciones laborales precarias en la era de la *uberización* y la representación de la problematización de este fenómeno en la película "Sorry We Missed You" (2019), del director Ken Loach. Con base en las nuevas tendencias de precariedad del trabajador, analizadas desde la perspectiva de Brasil, sostenemos que ambos escenarios son dialógicos ya que, a pesar de las diversidades sociales, económicas y culturales, incorporan elementos de similitud en relación a la dinámica capitalista actual.

Palabras claves: relaciones laborales; cine y relaciones internacionales; crisis económica.

A decade of crisis: dialogues between the precariousness of the worker and the portrait of social deterioration in the film “Sorry we missed you” (2019)

Abstract: The objective of this article is to promote a reflection on the current panorama of economic crisis and its interconnection with the filmography of the end of 2010's. Admitting that the arts reflect the spirit of an era, besides being an instrument that generates reflection

¹ Professor Substituto na Universidade Federal da Grande Dourados. Mestre em Relações Internacionais (UnB). E-mail: ledusouza92@gmail.com.

² Bacharelado em Direito na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. E-mail: luisotavioss28@gmail.com.

³ Bacharel em Direito na Associação de Ensino e Cultura do Mato Grosso do Sul. E-mail: raphaelpalomares1@gmail.com.

and problematization of diverse knowledge, it becomes possible to establish points of dialogue within the effects of the new precarious work relationships in the era of *uberization* and the portrayal of this phenomenon in the film “Sorry we missed you” (2019), directed by Ken Loach. Based on the new trends of precariousness of workers, seen from the perspective of Brazil, we argue that both scenarios are dialogical, despite social, economic and cultural diversities, as they incorporate elements of similarity of the current capitalist dynamics.

Keywords: job relations; cinema and international relations; economic crisis.

Introdução

As relações sociais, em sua intersecção com o mundo do trabalho, são marcadas por contextos de menores ou maiores estremecimentos nas sociedades capitalistas. Ainda que a natureza predatória e dialética seja um pressuposto inerente ao capitalismo, os períodos de relativa estabilidade, marcados pelo atingimento de pleno emprego, geração e reconhecimento de direitos sociais, alargamento das iniciativas públicas, investimentos estatais e incremento de políticas de valorização salarial e distribuição de renda, são diametralmente confrontados por ciclos de maior instabilidade, que dão espaço a crises econômicas, enormes taxas de desemprego e informalidade de trabalho, estagnação produtiva, políticas de austeridade e de retraimento da capacidade investidora do Estado, desvalorização salarial, extinção de direitos e flexibilização das normas trabalhistas, aumento da desigualdade social e perda do ambiente favorável à promoção de políticas em prol dos trabalhadores.

Não há dúvidas de que este último cenário se reflete na América Latina do limiar dos anos 2020. A deflagração da crise financeira de 2008/2009, originária dos Estados Unidos da América (EUA), e a consequente socialização de seus prejuízos econômicos mais evidentemente a partir de 2010, aliados a um conjunto de decisões político-econômicas na esfera doméstica, têm ocasionado quadros de recessão econômica, instabilidade política e insegurança jurídica, principalmente, na periferia do sistema internacional. Adicionam-se ainda dois elementos que reforçam o cenário de crise a partir de 2015: a intensificação da crise venezuelana e o recrudescimento das forças políticas ultraliberais. No Brasil, a ruptura democrática de 2016 amplia o espaço para uma guinada à direita, com o governo de Michel Temer (2016-2018) pavimentando o caminho das reformas liberais que galgam outro degrau já no primeiro ano da gestão Jair Bolsonaro (2019).

Partindo desse pano de fundo de instabilidade e sobreposição de crises, a intenção deste artigo é refletir sobre os novos elementos de precarização do trabalhador que despontam mais evidentemente a partir da segunda metade da década de 2010, analisando-os a partir da interface de representação desses fenômenos no cinema do final da década. Para tanto, a

análise está centrada no filme intitulado “Você não estava aqui”⁴, lançado em 2020, dirigido pelo cineasta inglês Ken Loach. Em um primeiro momento, questiona-se qual tipo de relação pode guardar entre um roteiro que narra o cotidiano de uma família britânica e o panorama da crise do trabalho, objeto deste estudo. Durante o artigo, no entanto, conforme aprofundamos nas camadas da análise fílmica, acessamos um mínimo denominador comum válido para essa discussão e que demonstra os pontos de aproximação que tem como base os efeitos do capitalismo financeiro na vida dos trabalhadores.

Assim sendo, o elo comum em ambos é o fenômeno da precarização do trabalhador impulsionada pelas novas relações sociais geradas a partir dos modelos econômicos tecnologicamente inovadores das plataformas virtuais de serviços de transporte e entrega (*delivery*). A essas novas dinâmicas descentralizadas de exploração capitalista são dados nomes variados: *economia do compartilhamento* (JOHN, 2013) *economia do acesso* (BARDHI; ECKHARDT, 2012), *uberização do trabalho* (SLEE, 2017; GAIA, 2018), *aplicação* (GERHARD; SILVA JÚNIOR; CÂMARA, 2019). Apesar dos conceitos e os significados que implicam, a abordagem do tema é, aqui, guiada menos pela taxonomia e mais pela crítica às relações que esses processos engendram perante a classe trabalhadora.

No Brasil de elevado desemprego e de profunda crise econômica e política, essas plataformas se tornaram sinônimo de precarização de trabalho ao reforçarem uma tríade perversa: baixa remuneração, baixas condições de trabalho e frágeis vínculos trabalhistas. Essas novas modalidades de contratação por aplicativos de *smartphones* têm servido de meio para a transferência dos riscos de empreendimentos dos titulares desses aplicativos para seus “colaboradores” e o esquivamento de responsabilidades legais que seriam inerentes às relações empregatícias subordinadas (GAIA, 2018).

Com a análise fílmica, buscamos, então, evidenciar o papel do cinema enquanto instrumento que propicia construir, mediante representação audiovisual, vínculos de aproximação e de identificação entre realidades tão diversas. Em “Você não estava aqui”, a trama é desenvolvida no contexto pós-crise de 2009 e relata a degradação dos vínculos afetivos de uma família cujos provedores (pai e mãe) são submetidos a duas modalidades de trabalho precário que surgem como única alternativa ao desemprego massivo e à corrosão dos direitos sociais.

Desse modo, a problematização pode ser colocada assim: até que ponto a linguagem cinematográfica é capaz de representar fidedignamente e de criticar os efeitos das dinâmicas capitalistas globais que afetam, em maior ou menor grau, os trabalhadores e trabalhadoras

⁴ Título traduzido para o público brasileiro, do original, em inglês, “Sorry, We Missed You”.

oriundos de sociabilidades tão diferentes? A defesa do diálogo intertextual entre as duas modalidades de linguagem (a analítica/científica e artística/cinematográfica) é concebida mediante a virada epistemológica propiciada pelas teorias pós-modernas e da linguística, bem como a inserção que galgaram na academia a partir de 1990, em meio à reorganização da ordem internacional, e que permitiram algum nível de abertura a abordagens mais inovadoras. É neste contexto que há tanto o alargamento quanto o aprofundamento do vínculo de estudos entre a linguagem audiovisual e as humanidades como um todo.

Por conseguinte, o artigo está estruturado da seguinte forma. Primeiramente, discutiremos as dinâmicas de precarização do trabalho, apontando os principais elementos dessa conjuntura na questão da “uberização” do trabalho. Em segundo lugar, analisamos o papel do cinema nos estudos sociais, principalmente da área de Relações Internacionais, ao passo que, em seguida, são tratadas as características fundamentais do filme “Você não estava aqui”. Por fim, este trabalho dedica espaço para algumas reflexões sobre a pandemia do coronavírus (COVID-19) como um elemento imprevisível e avassalador que tem aprofundado a percepção de crise generalizada, sobretudo, aos grupos sociais mais vulneráveis. Como toda análise que se destina a tão complexa e volátil conjuntura, os efeitos dessas novas dinâmicas deverão ser acompanhados ao longo dos próximos anos.

1 Do global ao local: atual conjuntura de instabilidade das relações de trabalho

As relações de trabalho passaram por severas modificações desde o advento da era industrial moderna e a eclosão de franco antagonismo entre patrões e trabalhadores. Na Europa do século XIX, a expansão abrupta dos trabalhadores nos centros urbanos incidiu no surgimento da “ameaça proletária”, respondida ferozmente com a repressão aos trabalhadores que passavam tomar parte no fenômeno da militância proletária em prol da “causa operária”.

A solidificação do Estado liberal e sua contrapartida de mundialização do sistema capitalista, a partir da metade do século XIX, colocou às elites dirigentes o desafio de pensar outras estratégias de neutralização do potencial revolucionário da classe trabalhadora, considerando neste processo, mais evidentemente até o primeiro quarto do século XX, três principais eixos: ampliar progressivamente a concessão ao sufrágio a todos; aumentar progressivamente a renda real das classes mais baixas, criando o que a literatura passa a chamar de estado de bem estar social; insuflar a noção de identidade nacional e o nacionalismo, como modo de subverter a luta de classe a uma luta pelas nações (WALLERSTEIN, 2002).

No Brasil, o reconhecimento formal dos direitos trabalhistas se dá no bojo das reformas varguistas pós 1930, transformando-se em matéria legislativa com a promulgação da Carta Magna de 1934. A garantia de uma remuneração ao trabalhador, a proibição do trabalho a menores de 14 anos, férias anuais, a criação da Justiça do Trabalho e de jurisdição para conflitos trabalhistas e o advento do sindicalismo (operário e patronal), são o cerne das medidas guias das relações trabalhistas que passam a integrar a Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1941 (GASTALDI, 2005). Enquanto o século XX sedimenta a noção de como o Estado deve conduzir as questões atinentes às relações trabalhistas, reiterada e ampliada em alguns aspectos, no caso do Brasil, pela Constituição Cidadã de 1988, o século XXI presencia os imensos desafios do dismantelamento da espinha dorsal desse sistema.

Os impactos da crise econômica de 2009 resultaram em diversas readaptações do capitalismo global. Os grupos econômicos mundiais buscaram alternativas de mercado que respondessem ao panorama de profundo desemprego, alta descentralização produtiva e enorme revolução tecnológica propiciada pela web 2.0. Com a inserção das inovações mercadológicas, como *smartphones* e *tablets*, a atividade econômica mundial experimentou uma transformação nas relações de acesso e consumo. Um dos símbolos dessa nova fase é representado pelo UBER, uma plataforma digital voltada para o serviço de transporte a nível mundial. Embora tenha havido uma profusão de novas tecnologias de mercado que se utilizam da mesma lógica e apelo desse aplicativo de transporte, o caso UBER é mais emblemático dada a sua capilaridade na sociedade.

Em síntese, sua proposta é oferecer transporte acessível e personalizado frente às modalidades convencionais de mobilidade urbana, tais como táxis e transportes públicos. Neste cenário, a empresa interliga de um lado pessoas comuns que, diante do cenário de crescente desemprego, aspiram por uma oportunidade de extrair uma fonte extra ou até mesmo sua única fonte de renda. Do outro, por óbvio, está uma demanda de usuários cada vez mais exigente e diversificada.

O primeiro ponto é que, no bojo da implementação de aplicativos de prestação de serviços como o UBER, está a alteração espacial do trabalho, apartada da estrutura física da empresa, o que induz a percepção de ampliação da liberdade do trabalhador para execução de suas atividades, desenvolvendo uma cultura que o incute a falsa impressão de autonomia total. Contudo, a empresa constantemente desenvolve mecanismos de intensificação do controle da força de trabalho, exercendo sobre o condutor uma grande pressão psicológica relacionada ao sistema de avaliação que o usuário do aplicativo faz ao final da corrida, resumindo toda sua experiência em uma nota de uma a cinco estrelas.

A reorganização da forma de produção capitalista objetiva reduzir custos necessários à produção de serviços. Deste modo, outro mecanismo empregado consiste em transferir para o trabalhador a responsabilidade pela aquisição dos meios necessários à produção, como, por exemplo, a despesa com aquisição de automóvel, combustível, manutenção e limpeza. Este é, inclusive, um elemento central do roteiro de “Você não estava aqui” a ser desbravado adiante.

Cientes desses efeitos colaterais, essas plataformas criam constantes estímulos em termos de competitividade para que o trabalhador permaneça trabalhando pelo maior número de horas possível ou que evite a recusa de solicitações de serviço, sob pena de sua desativação do aplicativo. Neste sentido,

O efeito líquido é a individualização dos salários e o incremento da competição entre trabalhadores, além da percepção distorcida de que tal ganho é o correspondente fiel do esforço empreendido por cada uma em sua especificidade produtiva, entendido aquele como o conjunto agregado e indissociável, na pessoa, de vários componentes: dispêndio de energia, cuidado, treinamento, dedicação e investimento subjetivo na execução da tarefa. (MELLO e SILVA, 2010, p. 65).

Nesta senda, a precariedade da atividade laboral está intrinsecamente ligada ao risco da atividade laboral. Entretanto, este risco, comumente atribuído ao empregador, transfere-se, quase em sua totalidade, para o condutor. Por consequência, o trabalho torna-se sinônimo de incerteza para o motorista que, sentindo-se ainda mais solitário, se vê fragilizado a associar-se com os demais trabalhadores de sua classe na busca de possibilidades de mudança.

Um outro fator de precarização é o tempo despendido. O cálculo do valor trabalhado não está ligado ao tempo despendido naquela função, mas sim quanto à produção. Ou seja, independentemente do tempo ou esforço gasto, o que é contabilizado é apenas o tempo com o passageiro dentro do veículo, o que indiretamente estimula motoristas a cumprirem extenuantes jornadas de trabalho, como é o caso de Nobre, motorista de aplicativo que trabalha de 12 a 18 horas por dia, sete dias por semana (PUTTI, 2019). O excesso de horas trabalhadas leva, no decorrer do tempo, à fadiga e à deterioração psicológica do condutor, aumentando os riscos a ele, ao cliente e à mobilidade urbana em geral.

Um ponto importante nesse debate é o amplitude que essas novas tendências globais de precarização encontram em países de afrouxamento legal e desemprego profundo como o Brasil. Em um dos estudos observados, os aplicativos *iFood*, *Uber* e *Rappi* seriam os maiores empregadores do país caso representassem uma só empresa, uma vez que juntos intermediam ofertas de trabalho para mais de 4 milhões de pessoas, entre motoristas e entregadores (PUTTI, 2019). Por outro lado, enquanto os trabalhadores vinculados a essas plataformas aceitam condições degradantes de trabalho para garantia de sobrevivência, essas empresas

garantem aportes milionários (ou até mesmo bilionário, como é o caso do Uber) e já miram em expansiva internacionalização.

No Brasil, um somatório de crises que passam a despontar mais nitidamente a partir de 2013 - crise econômica, crise de governabilidade política e crise de convulsão popular – galgando seu clímax em 2015 e 2016, criaram no país um ambiente propício para a aceleração de reformas liberalizantes na economia, das quais destacam-se as Reformas Trabalhista e da Previdência, destinadas a tornar a estrutura econômica produtiva “mais liberal, eficiente e pragmática” (CYSNE, 2018), ou seja, com uma roupagem mais “modernizadora” para o mercado financeiro e uma retórica mais alinhada aos países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o qual o Brasil tem buscado se associar desde 2017.

No entanto, o conjunto de medidas reformistas não tem se traduzido em melhorias concretas na vida dos trabalhadores. O País assiste à piora do seu quadro social: alto número de desempregados, a elevação dos vínculos informais de trabalho, corte de investimentos em programas sociais, bem como em pesquisa e educação. Esse panorama propicia um ambiente fértil para a massiva expansão de modalidades de trabalho precário.

As bases que preconizam as reformas atuais na economia brasileira são lançadas ainda em 2015 pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na antessala do processo que destituiu a presidente Dilma Rousseff. O documento “Uma Ponte para o Futuro”, espécie de plano de metas do governo Michel Temer, abriu o jogo acerca dos interesses de liberalização econômica e enxugamento do Estado pretendidos pela plataforma política que ascendeu ao poder definitivamente em 2016. Àquela altura, o programa governamental de Temer demonstrou que o curto período de pouco mais de 2 anos de governo não foi impeditivo para o grau de mudanças observadas no Brasil.

A “PEC do teto”, como ficou conhecida a proposta de emenda constitucional, acabou com as vinculações constitucionais que obrigavam a destinação de gastos em áreas como saúde e educação. Houve o fim da indexação para reajuste de salários e grande parte dos benefícios assistenciais e a descontinuidade da política de valorização real do salário mínimo. Além disso, na área trabalhista, as reformas permitiram que convenções coletivas se sobrepujassem às normas legais a partir da criação de dispositivos de flexibilização das leis.

A chegada de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência da República é um fator que tem implicado a continuidade e o aprofundamento dessas reformas, principalmente no que diz respeito à deterioração dos direitos trabalhistas e previdenciários estabelecidos no marco da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Constituição Cidadã, de 1988. É válido

reiterar que a CLT, editada em última versão no ano de 1943, representou fundamental instrumento de impulsão da legislação trabalhista desde sua criação.

Nesse contexto, a Reforma Trabalhista (lei de nº 13.467 de 2017), foi responsável por fazer mudanças significativas na CLT e nas relações de trabalho de modo geral, com a promessa do governo de Michel Temer (MDB) de minimizar os efeitos da crise econômica e de geração de empregos. Após mais de 2 anos da reforma, no entanto, essas premissas são amplamente questionadas, uma vez que a leve baixa na variação do emprego entre 2017 e 2019 está relacionada ao aumento crescente do trabalho informal⁵ e da taxa de desalento (ou seja, a parcela de pessoas que desistiram de procurar trabalho devido à falta de perspectivas). Esse movimento é ainda consubstanciado no país pela ampliação das modalidades de contrato temporário e o aumento do trabalho intermitente, que é um regime, instituído pela reforma trabalhista, que permite a remuneração do empregado por horas trabalhadas, extinguindo, assim, a necessidade de estabelecimento de uma jornada mínima de trabalho.

Essas mudanças tiveram impacto na forma de contratação do trabalhador, oferecendo ao lado mais forte dessa relação, o patrão, maior liberdade de negociação (ou imposição?) das cláusulas contratuais. Trata-se expressamente da prevalência do negociado sobre o legislado: o que antes era feito por meio de convenções coletivas de trabalho, com intermediação dos sindicatos, resguardando direitos e obrigações, passou a ser manifestado pela vontade das partes que prevalece sobre a legislação.

Outra mudança que enfraquece os direitos trabalhistas é a extinção da contribuição sindical obrigatória. Essa medida fez com que muitos sindicatos fechassem as portas por insuficiência financeira, deixando os trabalhadores sem representatividade sindical perante determinado ramo de atividade, enfraquecendo-os nas reivindicações da categoria. O índice de recolhimento de contribuições dos sindicatos no Brasil teve após a reforma trabalhista uma redução de até 90%, fazendo com que muitos sindicatos tivessem que se fundir para sobreviver às novas dinâmicas da lei (SILVA, 2019).

Em resumo, Souto Maior (2017) argumenta que:

Essa situação de insegurança jurídica dos trabalhadores, proporcionada pelas normas de flexibilização e pela ameaça de desemprego, acompanhadas da impossibilidade de reação institucional dos trabalhadores, dada a fragilização do sindicalismo e da força repressiva estatal, o qual atribuiu para si o papel de levar adiante o projeto neoliberal, conduziu os trabalhadores a um estágio de submissão e os empregadores à plenitude da soberba. Isso permitiu o advento de uma concepção empresarial no sentido de que deixar de aplicar direitos já não era o bastante, vez que passava a ser

⁵ Segundo o IBGE, trabalho informal pressupõe pelo menos 5 categorias de trabalhadores: os que trabalham por conta própria e que não possuem firma (caso, por exemplo, dos motoristas de aplicativo), os contratados sem carteira de trabalho, os que são empregados como auxiliares em negócio da família, os trabalhadores domésticos e os microempreendedores que não são formalizados (não possuem CNPJ).

possível desenvolver uma forma de tratamento que assumia o caráter descartável do trabalhador. (SOUTO MAIOR, 2017, p.36).

O quadro de precarização do trabalho lança reflexos em cadeia a vários setores da sociedade. A ineficiente resposta do Estado para a geração de emprego e renda ao trabalhador, aliada à precarização na forma de contratação, tanto a arrecadação de contribuições quanto o custeio do regime geral da Previdência Social restou prejudicada, não só no aspecto geral de financiamento do sistema como um todo, mas da própria vida previdenciária do trabalhador que, por dilapidação das garantias trabalhistas outrora previstas, agora observa não preencher requisitos mínimos exigidos para concessão de algum tipo de benefício previdenciário, como por exemplo, a aposentadoria.

Ademais, a Reforma da Previdência Social, promulgada em 12 de novembro de 2019, trouxe uma série de modificações que simbolizam esse momento de revisão de direitos até então consolidados. Dentre as mudanças estão a alteração da idade mínima para aposentadorias, alíquotas de contribuições, extinção de benefícios. O principal ataque da reforma, no entanto, estava na espinha dorsal do sistema de proteção social elencado na Constituição de 1988, que tem como princípio fundamental a solidariedade, mas que sofreu forte ameaça com a tentativa de implantação de um regime de capitalização (cada qual contribui individualmente para seu fundo previdenciário) pelo Governo atual.

Assim sendo, o maior legado das modificações trazidas por essas reformas revela-se, de fato, na precarização das relações de trabalho, mediante a criação de novas modalidades de contratação com flexibilização aguda dos direitos trabalhistas, menores salários, revisão de direitos, condições contratuais que agem no sentido de desonerar o empregador de responsabilidades, aumento da informalidade, maior carga de trabalho, subqualificação dos postos, alteração nas formas de contribuição previdenciária e aumento da idade das aposentadorias.

2 O papel do cinema na abordagem dos fenômenos sociais: apreensão, reflexão e criticidade

A publicação da obra “Cinema e História” (1977), do historiador Marc Ferro, estabeleceu um marco importante para a utilização do cinema como objeto de estudo. Desde então, também as Relações Internacionais têm presenciado o crescimento da literatura que propõe uma interconexão analítica entre a linguagem cinematográfica e os estudos da área. É o caso da primeira coletânea voltada especificamente para este tema (ZANELLA; NEVES JÚNIOR, 2015) e de outras literaturas nesse sentido de promoção do cinema como ferramenta

de reflexão e aproximação das temáticas das Relações Internacionais (MELLO, 2015; GOMES 2016).

Há também publicações em termos de compreender o cinema como ferramenta metodológica em projetos de extensão e trabalhos de conclusão de curso (NEVES JÚNIOR; ZANELLA, 2016); em termos de seu uso como instrumento pedagógico e de didática (WEBER, 2014; CUNHA et. al., 2015; ZANELLA; NEVES JÚNIOR, 2017); em termos do cinema como fonte documental e historiográfica (FERRO, 1992; MORETTIN, 2003; MELLO 2015) e seu papel como instrumento político em determinada conjuntura histórica (FERRO, 1992; MELLO, 2015). Ademais, a proeminência dessa intersecção de áreas reflete-se na substantiva profusão de eventos do tipo cine-debate nas iniciáticas acadêmicas dentro e fora dos muros da universidade.

A despeito da miríade dessas abordagens, a literatura parte do elo comum de que o cinema permite ampliar o campo analítico sobre determinado fenômeno – tal qual o proposto neste trabalho –, ao passo que propicia tanto a representação de uma diversidade de aspectos políticos, culturais e sociais de outros povos, quanto possibilidades de inúmeros enfoques discursivos pelos quais determinadas temáticas podem ser observadas. Além disso, em se tratando da especificidade do estudo das relações internacionais, área em que se abre “literal e figurativamente um *mundo* de possibilidades” (NEVES JÚNIOR; ZANELLA, 2016), o cinema atua como importante meio de aproximação de realidades díspares, ainda que permeadas pelo cruzamento de olhares e dilemas específicos da natureza fílmica.

Neste sentido, há que se considerar que o cinema não é mero “instrumento catalisador da sensibilidade”, como também um “articulador de uma linguagem cultural que, por sua natureza afetiva, adentra nas possíveis relações humanas em seus mais diferentes campos sociais” (CUNHA et. al., 2015).

A obra cinematográfica possui um apelo artístico próprio, uma mensagem construída para atingir determinado público, bem como aspectos estéticos que complementam o sentido da interlocução, e que esses fatores são destinados a gerar um certo sentido de identificação na audiência. Além disso, esses fatores inerentes à Sétima Arte, como bem observa Cipolini (2008), quando comprometidos com a história oficial e os interesses regulatórios de Estado, podem converter o cinema em um perigoso instrumento “deseducador”.

Diante das diferentes abordagens propiciadas pelas obras audiovisuais, Neves Júnior e Zanella (2016) reconhecem três modalidades típicas de utilização do cinema: a *análise-texto*, a *externo-estética* e a *contextualização temática*. A primeira modalidade é centrada nos aspectos endógenos da produção e permite maior aprofundamento nos aspectos de roteiro e

discurso em busca da compreensão dos posicionamentos assumidos pelo filme diante da temática principal. Já a segunda, externo-estética, expande a discussão para elementos exógenos aos filmes, incluindo tanto os aspectos relacionados à produção (diretores, produtores, atores, patrocínio, tendências ideológicas etc.), quanto aqueles ligados a informações técnicas (luz, sonoplastia, efeitos visuais, enquadramento, cenografia etc.). Na contextualização temática, por seu turno, o filme assume o papel de agente histórico e político, por meio do qual procura-se desbravar as percepções políticas e conjunto de valores transmitidos nestas obras em relação a uma conjuntura histórica específica.

Neste trabalho, a ênfase recai preponderantemente no recurso metodológico oferecido pela análise-texto, uma vez que:

Neste caso, o roteiro se torna o objeto para averiguar o posicionamento da obra sobre determinado tema, facilitando a crítica. Essa alternativa permite maior profundidade por demandar o estudo em minúcias do texto e do discurso desenvolvido, cotejando-o com a diversidade teórica das Relações Internacionais. (NEVES JÚNIOR; ZANELLA, 2016, p. 32).

Assim, acreditamos extrair do filme os elementos principais de retratação de determinados aspectos da realidade social, a medida em que a linguagem filmica corporifica a representação dos fenômenos abordados, propiciando maior didatismo à análise, porém, sem sobrepor uma obra “fictícia” aos fatos apreendidos pela realidade empírica. Desse modo, o valor do cinema, nesta análise, constitui-se à medida em que sua utilidade oferece um instrumento de problematização de alguns aspectos da conjuntura social, política e econômica da sociedade contemporânea.

A partir desse pano de fundo, discutimos de que modo as histórias contidas na obra do diretor Ken Loach não só apreendem aspectos cruciais da conjuntura mundial de crise econômica pós-2009 como também agem no sentido de representar criticamente e descaracterizar o discurso favorável das reformas neoliberais da última década. Para tanto, passamos à análise do filme a fim de caracterizar mais apropriadamente essas potencialidades.

2.1 A crise do trabalho contemporâneo no cinema dos anos 2010: o caso de “Você não estava aqui”.

Lançando mão da paráfrase de Milton Santos (2001), podemos considerar que a filmografia do diretor inglês Ken Loach é uma das principais da década de 2010 a derreter a faceta da “globalização como fábula” e a demonstrar a “globalização como perversidade”. Para fazer isso, o foco de suas obras não recai sobre a teórica e abstrata crítica do fenômeno,

mas sobre os efeitos da crise sistêmica do capitalismo vistos desde as situações comuns, de pessoas cotidianas, imersas em relações sociais de atrito e afetos. Para tanto, a crise econômica, social e política da última década é utilizada como pano de fundo a partir do qual essas relações se desenvolvem.

Esse entrelace de conjuntura histórica e dramaturgia não é uma novidade no cinema. No caso brasileiro, por exemplo, alguns filmes de destaque no cenário nacional e internacional dos últimos anos refletiram, em maior ou menor grau, os debates que envolvem as transformações sociais e econômicas da última década no país. Enquanto "Casa Grande" (2014), de Fellipe Gamarano Barbosa, e "Que horas ela volta?" (2015), de Anna Muylaert, abordam as relações de classes sociais no contexto das relações de trabalho doméstico e da ampliação do acesso ao ensino superior por meio de políticas de cotas educacionais – temas que dão a tônica das políticas federais entre os anos 2003 e 2015 –, produções como "Aquarius" (2016) e "Bacurau" (2019), ambas dirigidas por Kléber Mendonça Filho, inserem-se no ambiente de maior pessimismo do fim da década e enfocam a capacidade de reagir aos avanços predatórios das corporações econômicas e aos interesses locais e internacionais desde a perspectiva das pequenas comunidades interioranas.

Nesses termos, "Você não estava aqui", uma produção britânico-francês-belga a cargo de Rebecca O'Brien, propõe uma espécie de desvelamento do lado mais perverso do discurso de modernização e progresso do neoliberalismo atual, uma linha que é coerente com os trabalhos anteriores da parceria entre o diretor e o roteirista, Paul Laverty. Em "Eu, Daniel Blake" (2016), acompanhamos a luta do personagem homônimo, um homem branco, idoso, carpinteiro e viúvo, pela reivindicação de seu benefício na previdência social, após estar impossibilitado de exercer seu trabalho em razão de uma doença grave de coração. O roteiro aborda as desventuras de Blake no processo de solicitação de seu benefício e as barreiras burocráticas existentes para comprovar que possui direito à assistência. O filme se insere nas discussões acerca do papel do Estado na proteção social, a posição dos idosos no acesso às suas contribuições previdenciárias e na precarização do trabalhador - considerando, aqui, o desemprego uma das facetas dessa precarização.

Já em "Você não estava aqui" (2019), o roteiro aprofunda a temática acessando outras dimensões da precarização do trabalho. Aliás, a classe trabalhadora é traço central do cinema de Loach e Laverty. Os filmes assinados pela dupla partem de um núcleo pessoal para discutir problemas de toda uma coletividade, dialogando, nesse sentido, com produções da década enfatizam o trabalhador e as circunstâncias de debilitação física e mental de seus trabalhos, como no filme "Dois Dias, Uma Noite" (do original, "*Deux jours, une nuit*") (2011). Neste

caso, o intervalo temporal entre as duas últimas produções de Loach e Laverty permitiu ao roteirista desbravar o tema da precarização na interseção dos novos desafios colocados pela ampla profusão e popularização dos aplicativos, assunto discorrido na primeira parte deste trabalho.

O filme é ambientado no subúrbio de *Newcastle*, Inglaterra, no ano de 2018, e acompanha o cotidiano de uma família de classe baixa que luta para pagar as contas mensais e restabelecer o padrão de vida perdido com a crise econômica de 2008. A trama se desenvolve a partir da decisão do pai, Ricky Turner, de ter seu próprio negócio - motivado pelas promessas do trabalho autônomo em uma franquia de entregas a domicílio (*delivery*), modelo análogo à estadunidense *Amazon* – e os desdobramentos dos efeitos desse novo posto nas vidas de sua esposa Abbie, e de seus dois filhos, o adolescente Seb e a pré-adolescente Lisa.

A forma de retratá-los utiliza uma abordagem pessoal, focada em diálogos despretensiosos e informais, utilizando-se de planos fechados nos momentos mais críticos, fazendo com que a narrativa emule o tom de fidedignidade dos documentários.

A esposa Abbie, que trabalha *freelance* como cuidadora de idosos, também possui seus próprios dilemas em meio ao mercado predatório. Em um dos ápices da trama, ela se vê confrontada com a necessidade de prestar auxílio a uma de suas pacientes sem que, no entanto, seja garantida a ela qualquer tipo de compensação remuneratória por aquele serviço, uma vez que seu contrato de trabalho não prevê o pagamento pelas horas adicionais prestadas; amostra de que a tão difundida *flexibilização* é sempre unilateral: nunca ocorre em benefício do trabalhador.

Desse modo, o questionamento ao celebrizado discurso empreendedor é a própria tese do filme. Ao enfrentar esse problema, o filme escolhe o caminho de denunciar a conivência do Estado com as corporações que buscam cada vez mais maneiras de se imiscuirem dos deveres trabalhistas. O caso do protagonista ilustra bem essa passagem. Atraído pela oferta de ser um profissional "autônomo", Turner acaba sendo ludibriado a assumir os riscos de entrar com o seu automóvel no negócio. Logo, expressões como "Você não trabalha para nós. Você trabalha conosco" tendem a reforçar a pretensa ideia de liberdade envolvida no negócio, aspecto muito comum na retórica do empreendedorismo, mas que pretende, por outro lado, obliterar o fato de que o empregado está subordinado às metas impostas unilateralmente pelo contratante.

O drama chega a seu ponto de maior potência na medida em que desmonta, didática e objetivamente, as promessas de liberdade e sucesso contidas na retórica do empregador: não há espécie alguma de proteção no caso de doença, problema familiar ou acidentes; as rotinas

se demonstram crescentemente exaustivas e longas; o trabalho não prevê intervalos e as paradas para necessidades básicas são diretamente desestimuladas pela gerência, que inclusive “ensina” a prática de urinar em uma garrafa pet. Há ainda condutas de coerção moral e financeira por parte dos contratantes diante de situações excepcionais, como no dia em que Rick precisou faltar no serviço para resolver problemas escolares relacionados ao filho e ainda foi obrigado a reembolsar uma multa pela jornada perdida, além de deixar de receber seus proventos laborais.

Como resultante de um esforço ilustrativo, o quadro analítico abaixo foi elaborado destacando as principais críticas representadas no filme em relação às promessas desse novo contexto econômico-neoliberal de reformas trabalhistas. Nesse quadro as afirmações são entendidas enquanto argumentos centrais desses discursos que são, por seu turno, contestadas por elementos do roteiro de “Você não estava aqui”.

Quadro 1 - Síntese dos argumentos presentes em “Você não estava aqui” (2020)

Discursos presentes nas dinâmicas capitalistas	Questionamentos desses discursos no filme
“O empreendedorismo permite ser dono de si mesmo”.	O trabalho como franqueado leva o protagonista a ser dominado pelas metas e condições subumanas.
“As plataformas digitais propiciam maior autonomia na gerência de sua jornada de trabalho”.	Em diversos momentos ocorre o oposto, ou seja, o protagonista é subordinado a longuíssimas jornadas.
“A flexibilização dos contratos de trabalho produz avanço e modernização às relações trabalhistas”.	A flexibilização significou a retração nos direitos conquistados historicamente.
“A prevalência do acordado sobre o legislado oferece maior liberdade para as relações contratuais”.	A negociação entre as partes jamais se dá sob as mesmas condicionalidades, de modo que o desespero do empregado leva à aceitação irrestrita dos termos.
“O trabalho dignifica o homem”.	A rotina exaustiva, a ausência de proteção, a coerção moral e a desestabilização emocional não produzem dignidade na personagem.

Fonte: elaboração dos autores.

Desvelar as camadas ideológicas do discurso empreendedor é um objetivo consciente dos cineastas. Em entrevista ao periódico El País, roteirista enfatiza a natureza contestatória dos discursos de poder:

As histórias ajudam as pessoas a enxergar as coisas, mas as coisas só mudam quando as pessoas têm acesso ao poder. Meu objetivo é fazer filmes que desafiam o poder. Infelizmente, a maioria dos filmes que assisto só reforçam o poder, reproduzem estereótipos, glorificam a riqueza. É preciso um cinema que desafie o poder de um modo radical. (LAVERTY apud OLIVEIRA, 2020, s/n).

A obra de Loach, portanto, narra os efeitos do fenômeno da crise econômica global sob as perspectivas da deterioração dos direitos sociais e dos vínculos afetivos na sociedade. Tanto uma quanto outra situação podem ser analisadas enquanto consequências de um panorama maior de profunda crise do sistema neoliberal, presente mais evidentemente a partir dos idos de 1980, em sua vertente altamente desregulamentada e financeirizada, e que atingem diferentes grupos sociais pulverizados nos mais diversos espaços geográficos.

3 A pandemia do COVID-19 na intensificação da crise: breves reflexões

A proliferação do COVID-19 em escala global ensejou uma série de reações políticas, econômicas e sociais que afetam o âmbito do trabalho. Na Itália, um dos países com maior número de casos fatais, houve proibição de dispensas de trabalhadores por um período de 60 dias, bem como apoio financeiro às empresas, ações estas reivindicadas pelas centrais sindicais. Já a Dinamarca propôs um acordo tripartite entre governo, empresas e trabalhadores, e a responsabilidade, por parte do Estado, de pagamento de 75% dos salários, por um prazo de 90 dias, refutando, assim as demissões. O Reino Unido, por sua vez, por pressão dos sindicatos, dispôs-se a custear 80% do salário dos empregados impedidos de trabalhar em função da pandemia.

Na Argentina, o governo de Alberto Fernández se destaca por um enfrentamento da pandemia que tem buscado minimizar os efeitos negativos da quarentena na vida dos trabalhadores, demonstrando consonância com as medidas preconizadas pela Organização Internacional do Trabalho, de salvaguarda social das camadas populacionais mais vulneráveis. Nesse sentido, foram promulgadas medidas que proíbem a demissão ou suspensão de funcionários por um período de 60 dias e que destinam um pacote de ajuda financeira a empresas. As medidas estão incluídas no Programa de Assistência de Emergência ao Trabalho e Produção. O Peru também tem ganhado evidência após anunciar o maior pacote econômico da América Latina no enfrentamento do coronavírus (cerca de 12% do PIB, equivalente a 25 bilhões de dólares). Ainda assim, o rigor das medidas encontra resistências diante da desigualdade social e precariedade do sistema de saúde, situação análoga a países como Bolívia, Equador, México e Venezuela.

No Brasil, o negacionismo presidencial dificultou a adoção de políticas de enfrentamento contra a calamidade pública e a busca de parcerias em fóruns internacionais multilaterais, cabendo à oposição no Congresso pautar as discussões em torno do auxílio emergencial. Além disso, o governo brasileiro posicionou-se contra os trabalhadores e a favor das demandas patronais por meio da publicação da Medida Provisória 927, instrumento que

fragiliza as relações de trabalho ao permitir, entre outras coisas, a ocorrência de acordos individuais à margem dos direitos constitucionais durante o período da pandemia, a antecipação e suspensão de férias, a prorrogação da jornada para trabalhadores da saúde e a autorização do cumprimento de um banco de horas que, na prática, torna possível o não-recebimento de horas-extras e a compensação desse valor no prazo de até 1 ano e meio depois. Após forte contestação de partidos, sindicatos, associações de classe e da população (a revitalização generalizada dos painéis, por exemplo), foi revogado o ponto mais polêmico, inserido pelo artigo 18, e que permitia a suspensão dos contratos de trabalho por um período de 4 meses.

Situações de profunda crise social como a da pandemia desencadeiam protecionismos corporativos e discursos em defesa de reivindicações patronais e do mercado financeiro em detrimento das demandas dos trabalhadores, revelando mais evidentemente os paradoxos de uma sociedade capitalista que é levada a escolher, em última instância, entre a salvaguarda da vida ou a salvaguarda da economia. Em relação às comunidades mais vulneráveis, essa crise escancara as limitações de acessibilidade aos serviços públicos de saúde ao passo que revive o debate público acerca da necessidade das políticas sociais. Atesta-se que 39% dos patrões dispensaram as diaristas sem pagamento em razão da pandemia (GUIMARÃES, 2020). A situação é mais trágica se considerarmos o dilema dos trabalhadores dessa categoria: a transitoriedade inerente ao trabalho domiciliar expõe as diaristas ao duplo risco tanto da superexposição ao contágio do coronavírus quanto de se tornarem agentes de sua proliferação. Ainda mais se considerarmos que a primeira morte por coronavírus registrada no estado do Rio de Janeiro foi de uma trabalhadora doméstica que contraiu a infecção de seus patrões.

Boaventura de Sousa Santos (2020) adverte que os trabalhadores precários, informais e autônomos compõem, ao lado de outros⁶, os coletivos sociais que mais sofrem os efeitos da quarentena e os modos de dominação impostos pelas mudanças abruptas da pandemia, pois “padecem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela”. O grupo formado por essas modalidades de trabalhadores é igualmente expressivo se considerarmos que, embora apresentem importantes distinções de país para país, representam uma categoria globalmente dominante que possui entre si o alvo comum de décadas de reformas neoliberais em todo o mundo.

⁶ São eles, de acordo com Santos (2020), as mulheres, os trabalhadores de rua (que incluem ainda os motoristas de aplicativo e entregadores de encomendas, cujo aumento da exposição em tempos de isolamento social se configura mais um fator de aprofundamento da precarização), os sem-teto ou populações de rua, os moradores da periferia, os refugiados, imigrantes e as populações deslocadas, os deficientes e os idosos.

Em relação à classe trabalhadora, parte das recomendações de isolamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) não se adequam às especificidades sociais, econômicas e culturais de regiões, países e grupos sociais. Até mesmo os hábitos sanitários mais simples ditados exaustivamente no dia-a-dia dos boletins jornalísticos da grade televisiva da quarentena, como o uso do álcool-gel e o distanciamento social, encontram barreiras. A orientação para trabalhar no ambiente domiciliar (o chamado *home office*), por exemplo, parece destinada especialmente à classe média e se mostra inviável diante da incapacidade de conversão de funções para essa modalidade.

Diante do quadro de intensificação da instabilidade trabalhista, é urgente a adoção de soluções que considerem o amplo diálogo social e a participação dos protagonistas das relações de trabalho, uma vez que as respostas advindas de apenas uma das partes da relação capital-trabalho ou entendidas somente pelo viés estatal marginalizam substantivamente os interesses de quem é mais afetado (KALIL, 2020). Essa observação se dá em um momento em que o mundo assiste a diversas formas de reações patronais.

O apelo para o fechamento do comércio e liberação de funcionários em diversas cidades brasileiras, em atendimento às diretrizes internacionais de distanciamento e isolamento social, tem gerado uma série de inseguranças e situações de coerção aos trabalhadores, com destaque para o ocorrido em Campina Grande, Paraíba, onde lojistas foram denunciados à Justiça por obrigarem seus funcionários a participar de manifestações pela reabertura do comércio local. No ato, os vendedores se aglomeram ajoelhados lado-a-lado em frente aos estabelecimentos. Além de vexatória e criminosa, a ação contrariou as medidas de afastamento e expôs os trabalhadores ao perigo do contágio viral - em defesa dos interesses que sequer foram acordados com esses trabalhadores.

Considerações Finais

Este trabalho teve a intenção de iniciar uma reflexão sobre as novas dinâmicas de precarização trabalhista abarcadas pelo recente fenômeno da uberização da economia. Nesse sentido, destacamos como a filmografia do diretor Ken Loach se conecta com algo de universal, no sentido de caracterizar padrões de estremecimento social similares a grupos de trabalhos oriundos de locais os mais diversos. É prudente ressaltar, no entanto, que essa análise não sugere que ambos os panoramas - a realidade e a ficção - são intercambiáveis. Em contrapartida, a análise filmica permite estabelecer similitudes úteis ao estudo desses fenômenos sociais. A escolha por essa obra, portanto, tem como razão sua especificidade

temática e proximidade temporal (sua produção é datada de 2019) com as dinâmicas conjunturais discutidas no texto.

Os negócios envolvendo a intermediação do trabalho humano através de aplicativos de transporte representam apenas um exemplo da nova modelagem empresarial que possui como escopo a reestruturação dos meios destinados à produção. Empresas desses setores apostam na transferência, sob uma pseudo-autonomia, da responsabilidade pela aquisição dos meios de produção. Por sua vez, os lucros advindos dessa atividade exploratória continuam sendo destinados aos patrões que, agora sem precisar despende vultoso valor, garantem receitas cada vez mais extravagantes.

O fenômeno da uberização da sociedade opera a partir de um celebrizado sistema material e simbólico que permite até mesmo a uma gigante do transporte mundial não possuir sequer um automóvel. No bojo dessas inovações de mercado, já ocorrem tratativas entre essas plataformas de transporte e grandes fabricantes de carro para o desenvolvimento de um sistema de transportes independente de motoristas. Ou seja, em um futuro breve, será dispensável até mesmo a mão-de-obra humana.

Por fim, podemos afirmar que a crise pandêmica vem reforçar um estado permanente de crise mundial das últimas décadas e que se expressa de diferentes maneiras: crise financeira, crise do regionalismo, crise social, crise dos refugiados, crise trabalhista. Trata-se daquilo que Santos (2020) chama de “normalidade da exceção”, ou seja, um estado tal em que as crises e a instabilidade que delas decorre tornam-se não mais excepcionais, mas uma regra cotidiana e sempre presente quando destinada a justificar cortes em políticas sociais ou a degradação das relações trabalhistas, como o corte de salários e alto desemprego, por exemplo.

Referências Bibliográficas

BARDHI, F.; ECKHARDT, G.W. Access-based Consumption: the case of car sharing. *Journal of Consumer Research*, v. 39, n. 4, pp. 881-898, 2012.

CARTER, Sean; DODDS, Klaus. *International Politics and Films: space, vision, power*. London; New York: Wallflower Press Book, 2014.

CIPOLINI, A. *Não é fita, é fato: tensões entre instrumento e objeto – Um estudo sobre a utilização do cinema na educação*. 159 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-144359/publico/DissertacaoArleteCipolini.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CUNHA, R. S.; BRAGA, I. S.; ANDRADE, L. M. C. F.; TRINDADE, S. C. M.; GURGEL, R. D. F. O Cinema Como Instrumento Pedagógico: Relato de Experiência do PIBID/UFERSA de formação dos(as) educandos(as) da educação de jovens e adultos de Angicos/RN. In: *V Encontro de Iniciação à Docência da UEPB*. Campina Grande. Anais V ENID/UEPB, 2015. V. 1. P. 3.

CHRISTOFOLETTI, D. F. Flexibilização das Leis Trabalhistas ou Reforma por jogo de interesses?. *Âmbito jurídico*, v. 185, p. 27, 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-trabalho/flexibilizacao-das-leis-trabalhistas-ou-reforma-por-jogo-de-interesses/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CYSNE, Rubens Penha. Reformas econômicas a partir de 2019. *Conjuntura Econômica*, dez. 2018. Disponível em: <https://epge.fgv.br/files/default/rubens-penha-cysne-reformas-economicas-a-partir-de-2019-conjuntura-economica-11-2018.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FERRO, M. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FIRMINO, V. H. Como a UBER contribui para a precarização do trabalho na modernidade. *Jusbrasil*, 11 jan. 2018. Disponível em: <https://vitorfirmino.jusbrasil.com.br/artigos/534725925/como-a-uber-contribui-para-a-precariacao-do-trabalho-na-modernidade>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GAIA, F. S. *As novas formas de trabalho no mundo dos aplicativos: o caso “UBER”*. 2018. 360 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de Economia Política*. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GERHARD, Felipe; SILVA JUNIOR, Jeová Torres; CAMARA, Samuel Façanha. Tipificando a Economia do Compartilhamento e a Economia do Acesso. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 26, n. 91, p. 795-814, dez. 2019.

GOMES, J. F. O Cinema como Ferramenta para Reflexão Crítica Sobre as Relações Internacionais Contemporâneas: Análise do Indivíduo como Sujeito de direito Internacional a Partir do Filme “O Porto”. *Revista de Direito, Arte e Literatura*, v. 2, p. 92-108, 2016.

GUIMARÃES, L. Coronavírus no Brasil: 39% dos patrões dispensaram diaristas sem pagamento durante pandemia, aponta pesquisa. BBC Brasil. São Paulo, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52375292>. Acesso em: 29 abr. 2020.

JOHN, N. A. The social logics of sharing. *The Communication Review*, v. 16, n. 3, p. 113-131, 2013.

KALIL, Renan Bernardi. Passou da hora de incluir os trabalhadores nos debates sobre a COVID-19. *Justificando*, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/03/31/passou-da-hora-de-incluir-os-trabalhadores-nos-debates-sobre-a-covid-19/>

MELLO, M. P. L. *Cinema e Relações Internacionais: a representação do regime cubano no filme "Morango e Chocolate"*. 2015. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí.

MELLO e SILVA, L. Trabalho e regresso: entre desregulação e re-regulação. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas: economia política e cultura financeira na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 61-91.

MORETTIN, E. V. O cinema como fonte histórica na obra Marc Ferro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

NEVES JÚNIOR, E. J.; ZANELLA, C. K. O cinema e a extensão em relações internacionais: métodos, trajetórias e resultados. *Revista da Extensão da UFRGS*, v(?), n. 13, p. 30-37, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revext/article/view/100800/56181>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. O ensino de Relações Internacionais e o cinema: reflexões sobre o uso de filmes como uma ferramenta pedagógica. *Meridiano 47*, v. 18, p. 1-19, 2017.

OLIVEIRA, J. “*Nosso filme olha para o caos da vida dominada pela tecnologia. É sobre essa falsa ilusão de liberdade*”. El País, Cultura, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-28/nosso-filme-olha-para-o-caos-da-vida-dominada-pela-tecnologia-e-sobre-essa-falsa-ilusao-de-liberdade.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PUTTI, A. *Apps são os maiores empregadores, mas precarização dá o tom nos trabalhos*. Carta Capital, Economia, 7 mai. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/proletariado-digital-apps-promovem-trabalhos-precarios-a-brasileiros/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, B. de S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, C. *Sindicatos perdem 90% da contribuição sindical no 1º ano após reforma. O Estado de S. Paulo*. Economia & Negócio. 05 mar. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1-ano-da-reforma-trabalhista.70002743950>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SLEE, T. *Uberizacao: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUTO MAIOR, J. L. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2017.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; SILVA JUNIOR, Ronaldo Lemos da. *Aspectos Jurídicos da Economia do Compartilhamento: Função Social e Tutela da Confiança*. Direito da Cidade, v. 8, p. 1757-1777, 2016.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. *Ensaio sobre a Análise Filmica*. Campinas/SP: Papirus, 1994.

VOCÊ não estava aqui (*Sorry We Missed You*). Direção de Ken Loach. 2019. Netflix (100 min.).

WALLERSTEIN, I. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, P. (org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia*. 4ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

WEBER, Cynthia. *International Relations Theory: a critical introduction*. 4ª ed. Londres: Routledge, 2014.

ZANELLA, C. K.; NEVES JÚNIOR, E. J (org.). *As Relações Internacionais e o Cinema: espaços e atores transnacionais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL: IMPACTOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES, ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NA CIDADE DE GOIÁS VELHO.

Glauca Maria Ribeiro de Souza¹

Jorge Luis Triana Riveros²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo, analisar os impactos do Auxílio Emergencial criado pelo governo brasileiro para o enfrentamento da crise sanitária do Covid-19 destinado aos trabalhadores da agricultura familiar brasileira oriundos de assentamentos da reforma agrária. O auxílio emergencial temporário compõe uma das estratégias do governo brasileiro no contexto de enfrentamento à crise global na saúde pública, com a pandemia do Covid-19. Este trabalho busca analisar os impactos das estratégias de implementação de políticas sociais no Brasil, em resposta, ao problema público da pandemia e seus reflexos na população do campo. Assim, analisa-se os impactos do auxílio emergencial na vida dos trabalhadores da agricultura familiar de assentamentos da reforma agrária, da Cidade de Goiás Velho, município do Estado de Goiás – Brasil.

Palavras-chave: Estado; Governo; Pandemia; Política Social; Saúde Pública; Agricultura Familiar.

PANDEMIA DEL COVID-19 EN BRASIL: IMPACTOS DE LA AYUDA DE EMERGENCIA EN LA VIDA DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LA REFORMA AGRÁRIA EN LA CIUDAD DE GOIÁS VELHO.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar los impactos de la Ayuda de Emergencia creada por el gobierno brasileño para enfrentar la crisis de salud en Covid-19 dirigida a trabajadores en la agricultura familiar brasileña de los asentamientos de reforma agraria. La asistencia de la emergencia temporal, es una de las estrategias del gobierno brasileño en el contexto de enfrentar la crisis global en salud pública, con la pandemia de Covid-19. Asimismo, se buscan los impactos de las estrategias para implementar políticas sociales en Brasil, en respuesta, al problema público de la pandemia y sus reflejos en la población rural. Por lo tanto, analizamos los impactos de la ayuda de emergencia en la vida de los trabajadores agrícolas familiares en los asentamientos de reforma agraria, en la ciudad de Goiás Velho, municipio del estado de Goiás, Brasil.

Palabras clave: Estado; Gobierno; Pandemia; Política Social; Salud Pública; Agricultura Familiar.

COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL: IMPACTS OF EMERGENCY AID ON THE LIFE OF FAMILY FARMERS, SETTLED BY AGRARIAN REFORM IN THE CITY OF GOIÁS VELHO.

¹ Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Integra atualmente o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade Social e Trabalho - GESST (2019) e o Grupo de Pesquisa - núcleo de estudos e pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social FOHPS (2019).

² Doutorando em Política Social na Universidade de Brasília, Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília e Engenheiro Agrônomo pela Universidad de los Llanos. Sua atuação é direcionada para organizações de C&T, para a área de pesquisa de avaliação e implementação de políticas públicas, análise de cadeias produtivas, prospectiva dos programas sociais, migração rural e irrigação dos sistemas agrícolas e seus desenvolvimentos, com vista a exportações.

Abstract: The objective of this work is to analyze the impacts of the Emergency Aid created by the Brazilian government to face the health crisis in Covid-19 aimed at workers in Brazilian family farming in the agrarian reform settlements. Temporary emergency assistance is one of the strategies of the Brazilian government in the context of facing the global crisis in public health, with the Covid-19 pandemic. This work seeks to analyze the impacts of strategies to implement social policies in Brazil, in response to the public problem of the pandemic and its reflections on the rural population. Therefore, we analyze the impacts of emergency aid on the lives of family agricultural workers in agrarian reform settlements, in the city of Goiás Velho, municipality of the state of Goiás, Brazil.

Keywords: State; Government; Pandemic; Social Policy; Public Health; Family Farming.

INTRODUCCIÓN

El capitalismo globalizado, hace que la propagación de enfermedades infecciosas conduzca a proporciones pandémicas por el simple hecho de explotación del trabajo. En un contexto de crisis, a lo largo del proceso histórico brasileño se identifican varios cambios en la estructura capital como el capitalismo dependiente en los países periféricos con profundos reveses y el desmantelamiento de los derechos sociales lo que causa como consecuencias, la flexibilidad de las relaciones laborales y la reducción de recursos de fondos públicos que deberán ser destinados a financiar políticas sociales, principalmente con educación y salud.

Así mismo en este contexto, que se insertan las correlaciones de fuerzas del Estado brasileño, con restos de un oscuro pasado del régimen esclavista no muy lejano, de hecho, siempre ha asistido a las salas de reuniones en este país, nunca ha estado ausente. En Brasil, la desigualdad social se percibe a simple vista, sin mucho esfuerzo. Mientras el café se sirve en la mesa de las élites brasileñas, un alto porcentaje de la población pobre apenas podrá percibir el aroma del café que proviene de una población mejor remunerada y en condiciones económicas, sociales, políticas estables que marginan el resto de la población menos favorecida.

Esta investigación se ubica en una situación, permeada por la crisis del capital financiero internacional, después de la crisis de 2008, y aún bajo la reorganización política interna brasileña, después del *impeachment* de 2016, con una alineación hay una política capitalista ultra neoliberal, bajo los auspicios de un estado, primero con Michael Temer y actualmente con el presidente Jair Bolsonaro, que tiene una tendencia a la necropolítica. Esta es principalmente una forma contemporánea que somete la vida al poder de la muerte, donde el derecho a matar surge de la noción de que el otro es el enemigo utilizando ese concepto para dar solución a varios problemas públicos donde no se escapa la crisis actual de la pandemia del covid-19, primando la economía del país sobre su población más vulnerable (MBEMBE, 2016; CUTRIM & SEFAIR, 2020).

Entre marzo y mayo del 2020, se sabe que el gobierno brasileño inyectó \$ 1,2 billones de reales en los bancos para enfrentar la crisis económica degradada por la pandemia, mientras que, para la gran masa de la población la cantidad de recursos del fondo público brasileño, destinados a políticas públicas sociales que ayudarán a los diversos estratos de la clase trabajadora en Brasil, en un momento de caos en la salud pública y de necesidad del aislamiento social horizontal, según los especialistas, para contener la propagación de la enfermedad la cantidad de R\$ 98 mil

millones se puso a disposición para ayuda de emergencia, destinada a 54 millones de brasileños, entre los estratos sociales cubiertos por la ayuda de emergencia se encuentran los trabajadores agrícolas familiares, basados en la reforma agraria (BRASIL, GOVERNO FEDERAL, 2020).

En esta perspectiva, las medidas gubernamentales en la aplicación de políticas públicas para la crisis del covid-19 deben ser anticíclicas y no contractivas, es decir, las medidas fiscales gubernamentales deben actuar para alentar el crecimiento en tiempos de recesión económica en el sector privado, mientras que, en períodos de crecimiento económico, el estado reanuda sus reservas. Las políticas económicas contractivas y procíclicas del gobierno brasileño generan un efecto dominó del cual todas las partes el sector privado, el público y la población, se ven afectadas y sufren los efectos de la recesión.

Por ello, el colapso económico junto con la actual crisis social es una consecuencia de Covid-19, que afectó a todos los países generando conflictos distintos, mucho más contraproducentes que la crisis financiera del 2008. En ese momento, las políticas económicas de emergencia tienen el papel de ayudar especialmente al sistema financiero, pero también a la población vulnerable.

En esta misma línea, en este artículo se realiza un análisis de los impactos de la ayuda de emergencia creada por el gobierno brasileño, con el fin de enfrentar la crisis de salud en Covid-19 en respuesta al problema público de la pandemia y sus reflejos en la población rural, a su vez, dirigida a trabajadores en la agricultura familiar brasileña de los asentamientos de reforma agraria en la ciudad de Goiás Velho. Este estudio desarrolla una metodología cuantitativa – cualitativa utilizando el instrumento *survey* analizando mediante estadística descriptiva y análisis de contenido.

Por tal motivo, a continuación se definen algunos términos claves en la sección “ Crisis y disputas capitalistas por el fondo público en la pandemia en Brasil” con el fin de conocer la situación actual de Brasil, después se indagan los principales métodos utilizados en la metodología y como se irán analizar, posteriormente se revelaran los resultados de la encuesta realizada con agricultores familiares en la ciudad de Goiás, territorio de la federación del Estado nacional brasileño, que buscó analizar los impactos de la ayuda de emergencia en la vida cotidiana de los trabajadorxs rurales de dicha ciudad. Finalmente se realiza unas conclusiones que determinan los resultados de este estudio.

1. CRISIS Y DISPUTAS CAPITALISTAS POR EL FONDO PÚBLICO EN PANDEMIA EN BRASIL

Este documento comenzara desde la premisa de Castilla (2020), que afirma que no hay una salida progresiva para las mayorías sin atacar los intereses del capital y para que la salud de la población anule las ganancias del capital es necesaria una organización de base continua. Por tal motivo, la pandemia ha agravado el proceso de la recesión económica mundial.

Según Castilla (2020) Brasil sufrió una severa recesión en 2014, y mantuvo el crecimiento de la economía estancado hasta 2019, actualmente continua como otros países del mundo, pero con sus especificidades de país periférico es decir, adoptando el capitalismo dependiente, el país enfrenta la crisis de salud que se está profundizando en todo el mundo con un escenario de incertidumbre siendo así el proceso de recesión económica un hecho mundial.

Es importante recordar, que existen países capitalistas que lograron acciones contra la pandemia como Nueva Zelanda o incluso países asiáticos como Corea del Sur. Es por ello que varios países se sometieron a pruebas masivas, sin embargo, no interrumpieron la marcha del capitalismo. Las contradicciones del sistema capitalista imperialista son aún más evidentes con la crisis mundial de la salud pública, el estancamiento de la producción, la acumulación excesiva y el empeoramiento de la desigualdad social se suman al contexto de una pandemia trayendo más incertidumbres a la sociedad como la falta de empleo, la reducción de los salarios para mantener el empleo, la bancarrota de las microempresas y la fragilidad del micro emprendimiento individual, todo esto abarcando millones de trabajadores ya sean informales, autónomos, microempresarios individuales y agricultores familiares con sus ingresos comprometidos por el caos en la salud pública y la notable necesidad de estar y permanecer en cuarentena.

Por tal motivo, la OMS (2020) recomienda el aislamiento social, pero tanto la pandemia como la recesión provocan un aumento del desempleo, una disminución de los ingresos de los empleados y en general agravan las condiciones de vida de las familias de la clase trabajadora. Según Martins (2020) la crisis social, política y económica de Brasil continuará intensificándose con implicaciones geopolíticas regionales.

Para Santos (2020), los efectos destructivos de Covid-19 en la economía expondrán la cara misógina, racista y xenófoba del capitalismo, esto es debido a los efectos letales de Covid-19, por ejemplo, los primeros signos de esta distinción fueron la xenofobia y el racismo contra las personas de ascendencia oriental, que surgieron tan pronto como comenzaron las noticias sobre los casos de covid-19 en China, a su vez, se sentirán de manera diferente dependiendo de la pertenencia a un estrato social dado de la sociedad (Souza, 2020). Por lo tanto, es extremadamente importante valorar el trabajo de la agricultura familiar, la producción agroecológica, en detrimento de la producción a gran escala del sistema, es decir, producción de *commodities* en el cual las producciones de escala operan en el campo de la producción y reproducción del sistema capitalista.

Dato que, en Brasil una parte importante de la producción de alimentos para el consumo doméstico proviene de la agricultura familiar esto puede ser afirmado por França, Del Grossi e Marques (2010), donde enfatizan que:

La agricultura familiar está compuesta por 4,3 millones de establecimientos rurales (o el 84,4% del total nacional) y es responsable del 38% del valor bruto de la producción agrícola, el 74,4% del total de las ocupaciones rurales, y representa La mayor parte de la producción de los principales alimentos en la mesa brasileña. Y esto ocupa solo el 24.3% del área total de establecimientos en el país (FRANÇA, DEL GROSSI & MARQUES, 2010, p. 3).

Se observa que con toda su diversidad de producción de alimentos se tiene diferencia del monocultivo a gran escala y la producción ganadera extensiva, tanto para la exportación de productos básicos. Por lo tanto, en este momento de crisis es de suma importancia asegurar los recursos para que la agricultura familiar mantenga sus actividades y de acuerdo con Ploeg (2009, p. 17) el papel de la agricultura campesina cuando se enfrenta a las categorías actuales de crisis económica social y financiera mundial, tiene que crear métodos de apreciación por parte del consumidor final ya que se argumenta que "la forma de producción campesina debe ser apreciada como uno de los elementos fundamentales de cualquier plan adoptado, perpetrar ante los dilemas actuales".

Por otra parte en este momento de crisis en el que se encuentra el mundo, se solicita la presencia del estado en varios países de Latinoamérica para mejorar la situación económica, política y social, así mismo en Brasil como país continental y extremadamente desigual. A su vez

requiere la presencia de políticas sociales democráticas como la implementación masiva de políticas sociales de un Estado capitalista keynesiano, con miras a garantizar lo esencial para el mantenimiento de la vida, de acuerdo con los principios de la dignidad humana.

Estas medidas, con algunas políticas sociales enfocadas ya están en marcha, pero carecen de un posicionamiento más democrático y realista del gobierno, en el sentido de expandirse a la población asistida por los beneficios de la transferencia directa de ingresos en este momento de crisis en la salud pública, y se propone como fuente de financiación para dicha política la tributación de grandes fortunas y la suspensión del pago de la deuda pública. Recursos de estas medidas, pueden contribuir a la financiación de políticas públicas para combatir a la pandemia, si las políticas sociales ya están vigentes o si se implementarán.

Además, el Estado tiene el poder de emitir bonos del gobierno que, en un caso atípico de una crisis de salud, está sujeto a la aceptación uniforme de la sociedad civil y el Estado brasileño, como cualquier otro país capitalista del mundo ha sido bastante generoso con el sistema capitalista y con una agilidad impresionante al aprobar el paquete de medidas económicas para salvar al sector financiero (SAMPAIO JUNIOR, 2020).

En Brasil, se destinaron 1,2 billones de reales para rescatar a los bancos ante la crisis de la caída de casi 40% en la bolsa de valores de Ibovespa, el principal índice de la bolsa de valores brasileña. Por otro lado, para las políticas públicas sociales el tan discutido paquete de medidas, la retórica de las élites y el parlamento y el recurso ganado con esfuerzo, extraído por un monto de 200 mil millones es el paquete de rescate de la sociedad brasileña (BRASIL - GOVENO FEDERAL, 2020; REDAÇÃO - EXAME, 2020).

De esta cantidad de recursos de 200 mil millones, 98 mil millones de reales se asignaron al financiamiento de la ayuda de emergencia. La apelación según el gobierno brasileño ayudará a 54 millones de brasileños, con un valor de R\$600 por cada beneficiario y madres solteras que son jefas de familia R\$1.200, ambas por un período de tres meses y pueden extenderse según la situación en el futuro incierto (GOVENO FEDERAL, 2020).

Para Behring (2008) en la sociedad capitalista contemporánea demarcada por las respuestas del capital a la crisis estructural del sistema con la institución de la globalización del

capital, la reestructuración productiva y el neoliberalismo, ocasiona que el fondo público adquiere centralidad en el proceso de producción y reproducción del capital.

En un contexto de desempleo estructural y la búsqueda de mayores ingresos, la reducción de empleos se aumenta y la intensificación de la explotación de la fuerza laboral se mantiene al mínimo necesario, con el fin de reducir los costos de contratación de mano de obra y elevar la extracción de plusvalía en un proceso de subsumir mano de obra al capital e intensificar la explotación (BEHRING, 2008, 2010).

El "fondo público participa en el proceso de rotación de capital, con vistas al proceso de reproducción capitalista en su conjunto, especialmente en contextos de crisis" (BEHRING, 2010, p. 21). En la lucha por la correlación de fuerzas por fracciones del fondo público, hay una reducción en el gasto en seguridad social y por otro lado, un aumento en la asignación del fondo público para la formación de un superávit primario con miras a fomentar la rentabilidad de la deuda pública (BEHRING, 2008; SALVADOR, 2010). Por lo tanto, el fondo público es objeto de disputa tanto para las fracciones burguesas en forma de exenciones fiscales, subsidios a través de intereses sobre la deuda pública, como para fracciones de la clase trabajadora que espera del Estado mayores inversiones en la provisión de servicios públicos principalmente de políticas sociales (SALVADOR & TEIXEIRA, 2014).

El fondo público desempeña un papel esencial para garantizar la prestación de los servicios públicos previstos en las leyes que rigen las políticas sociales, la garantía de estos derechos sociales contribuye a responder por mejores condiciones de vida para la población aunque no se opone al sistema capitalista, sino todo lo contrario es funcional a este (BOSCHETTI, 2010).

Existe la opinión de que "el gasto que más compromete las cuentas públicas brasileñas son los gastos financieros relacionados con el pago de intereses y la amortización de la deuda pública" (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 19). Considerando que el presupuesto público es la parte más visible del fondo público y expresa la correlación de fuerzas de las diferentes fracciones de la sociedad en la lucha por una porción más grande del fondo público para el financiamiento de políticas públicas (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014). Se argumenta que en un contexto atípico de una crisis global en salud pública con la pandemia de Covid-19, el gobierno

debería movilizar a través del aparato del Estado, el mayor porcentaje de recursos posibles para financiar acciones para enfrentar la crisis de salud.

Una encuesta realizada utilizando datos recopilados de la Base de datos mundial sobre desigualdades (*WID.world*), demuestra la desigualdad social de la pirámide de ingresos nacionales. Según *Wid mundial* (2015) el 1% de la población más rica del país poseía el 28,3% de todos los ingresos nacionales, mientras que el 50% de toda la población brasileña, la más pobre, miembro de la base de la pirámide de ingreso nacional brasileño, un total de 13.9% de todo el ingreso nacional, lo que muestra el gran grado de desigualdad de ingresos en el país.

Por lo tanto, se argumenta que las políticas keynesianas de respuestas pragmáticas con impactos inmediatos, como la movilización de recursos para políticas de transferencia directa de ingresos, con la institución de un ingreso básico universal deberían a su vez, componer el paquete de medidas gubernamental garantizando a la clases trabajadorxs los recursos mínimos para mantener los elementos esenciales de la vida en tiempos de aislamiento social horizontal necesario cómo una estrategia para contener la pandemia de Covid-19 en Brasil.

2. METODOLOGIA

Esta investigación usa metodologías cuantitativas y cualitativas; la recolección de datos se realizó utilizando el instrumento *survey* debidamente validado. La investigación fue de naturaleza exploratoria con el objetivo de "proporcionar una mayor familiaridad con el problema, para hacerlo más explícito o construir hipótesis" (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009), especialmente considerando la insuficiencia de los estudios de discusión de las relaciones de trabajo y su impacto sobre lxs trabajadorxs rurales en sus condiciones de vida, de trabajo, salud en la actual coyuntura política para combatir el covid-19.

2.1 Localización del estudio: El trabajo se realizó en el municipio de Goiás del Estado de Goiás, específicamente en 6 asentamientos, la ciudad posee 23 asentamientos rurales siendo uno de los municipios con más número de asentamientos del estado de Goiás, Brasil, teniendo como coordenadas 15°56'13.9"S 50°08'32.6"W. (Ilustración 1).

2.2. Historia de los asentamientos: Por la falta de información sobre la historia de los asentamientos a los que pertenecen los trabajadores entrevistados, se decidió entrevistar al señor

José Felisberto Machado debido a la importancia de fundamentales para caracterizar a los trabajadores cuya voz y situación están siendo estudiadas.

Según la entrevista, cuatro de los asentamientos entrevistados, fueron formados hace mucho tiempo, alrededor de la década de 1990, las personas, las familias, en su mayoría son oriundas de las propiedades rurales latifundiarias, en las cuales tenían empleados y estos formaron el movimiento por la tierra, habiendo un total de 96 familias (MACHADO, 2020).

Con el Movimiento Sin Tierra (MST) que no eran ligados directamente, las 96 familias invadieron la tierra de los latifundiarios y fueron expulsos por la policía federal, porque estos grandes agricultores no querían entregar sus tierras, después de muchas peleas, el INCRA, que es una institución de reglamentación fundiaria de la reforma agraria logro la desapropiación de la propiedad por no ejercer su función social, en el cual el grande agricultor fue indemnizado (MACHADO, 2020).

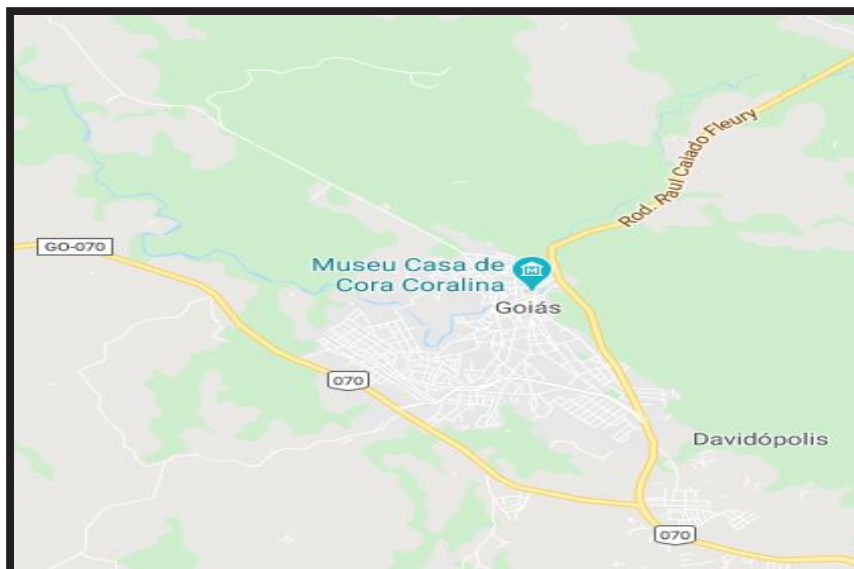
Cuando el INCRA compró la tierra hasta hacer la distribución de los lotes por la reforma agraria reivindicada por estas personas, fueron desocupadas tres haciendas, que se compartieron en las 96 familias, este proceso de la ocupación hasta la división de las tierras y entrega a las familias, duro de 1997 hasta 1999. Durante todo ese tiempo las familias se quedarán acampadas en las casitas de palo en las márgenes de las haciendas (MACHADO, 2020).

Después había una gran unificación entre los representantes de los grupos acampados en cada hacienda, al cual reivindicaban juntos la conquista de la tierra. Actualmente con más de veinte años del ocurrido, muchos campesinos ya no están en el campo, vendieron sus propiedades para otros campesinos, las asociaciones permanecen, la principal actividad de la región es lechera. Pero, son varias pequeñas propiedades con sus actividades individuales, hay un atravesador que compra la leche por precio inferior al de mercado porque posee la logística para el desagüe de la producción y vender hasta fuera (MACHADO, 2020).

El entrevistado también afirmo que, sin cooperativa los intermediarios pagan precios menores en la producción de la leche. Pero, la propia dinámica del todo es de una actividad rural pequeña con toda la ideología capitalista de producción no hay unidades, y al mismo tiempo hay unidades para entregar la leche a un mismo intermediario, porque así el comercio es posible. Ningún empresario buscaría la leche de una sola persona, todos entregan este producto en un

tanque comunitario, que al mismo tiempo es propiedad del mediador y se encuentra instalados en cada asentamiento, adonde los agricultores llevan todos los días el producto (MACHADO, 2020).

Ilustración 1 Mapa de la ciudad de Goiás velho.



Fuente: Google maps (2020)

2.3 Aplicación del cuestionario survey: Se aplicó una encuesta con preguntas cerradas para conocer los principales factores e influencias sobre el auxilio de emergencia destinado por el gobierno Brasileiro en esta comunidad donde predominaron preguntas sobre trabajo, salud y economía.

2.4 Selección de participantes: Se consideraron las personas que viven en áreas rurales de estos asentamientos con los siguientes criterios: (a) grupos de edad, mayores de 18 años; (b) propiedades dentro de las zonas rurales del municipio de Goiás.

2.5 Muestreo: Según el IBGE (2010) había 4.395 personas (hombres y mujeres) en la zona rural del municipio de Goiás mayores de 15 años.

El procedimiento de muestreo se realizó utilizando estadísticas probabilísticas donde que todos los sujetos de la población tienen la misma eventualidad de ser nominados (SAMPIERI ET AL, 1998). Los datos se consiguen definiendo las características de la población y el tamaño de la muestra con la siguiente fórmula:

$$n = \frac{z^2 N pq}{(N-1)E^2 + Z^2 pq}$$

Dónde: z: Margen de confianza, p: Probabilidad de que ocurra el evento, q: Probabilidad de que el evento no suceda, E: error de estimación, N: Población, N-1: Factor de corrección por finitud, n: muestra.

Por lo tanto, la fórmula adaptada resultó aproximadamente en 50 personas entrevistadas en las zonas rurales (Cuadro 3) y se aplicó el instrumento de investigación (encuesta) mediante la plataforma de *google forms* (anexo I). Es importante informar que la primera pregunta del cuestionario de destino para que o entrevistado declarara su consentimiento para participar en este estudio.

Cuadro 1 Datos utilizados en la fórmula para obtener una muestra.

Procedimiento de muestreo	1. Probabilista: todos los sujetos de la población tienen la misma posibilidad de ser elegidos 2. Conglomerados: distribución de la muestra en zonas rurales.
Sitio de aplicación	Municipio de Goiás, Brasil.
Tipo de entrevista aplicada	Entrevistas estructuradas
Tamaño de la población (N)	4385
Tamaño de muestra (n)	50
Nivel de confianza (Z)	85% (1,44)
Margen de error (E)	15%
Variación (q, p)	q=50%, p=50%

Fuente: Autores

2.6 Instrumento: La composición del instrumento de investigación comenzó identificando variables relevantes asociadas con las necesidades del auxilio de emergencia para combatir el covid-19 las variables fueron tomadas de los autores mencionados del referencial teórico.

El instrumento fue validado con algunos miembros de estas comunidades e investigadores de la UNB. Con la validación fue posible:

- Adecuar algunas preguntas;
- Adaptar las preguntas para que fueran claras para los entrevistados;

- Se conoció el tiempo promedio para aplicar el instrumento (10 minutos por persona). Este elemento fue importante para evaluar y planificar la duración total del período de recopilación de datos.

Por otro lado, fueron cuestionados agricultores familiares que viven en las áreas rurales de los asentamientos de la ciudad de Goiás Velho, del estado de Goiás teniendo como criterios, que sean mayores de 18 años y que sus propiedades estén dentro de las zonas rurales del municipio de Goiás. El cuestionario se puede ver en la Anexo I, donde las preguntas fueron construidas sociológicamente con ayuda de referencias bibliográficas y la validación con investigadores de PPGPS³ y agricultores con el fin de analizar los impactos de las estrategias para implementar políticas sociales en Brasil, en respuesta, al problema público de la pandemia y sus reflejos en la población rural.

3. RESULTADOS Y DISCUSIONES ⁴

A continuación, se muestran los resultados y las discusiones, en términos de población, edad, estado civil, sexo, contexto social en términos de salud, trabajo y las principales actividades económicas donde se realizó la investigación.

Por otro lado, en la ilustración 2 se analiza las edades de los participantes, siendo el 38% de 16 a 29 años, seguido de 30-54 años con 34%, después de 55-60 años con 20% y por últimos el 8% personas mayor de 60. Por estos datos, se puede afirmar que la tecnología sigue siendo limitada en el campo y con las personas de la tercera edad, siendo así un problema en tiempos de crisis, porque estas personas son las que corren más riesgo de morir por el covid-19 (OMS, 2020) y al no conseguir el auxilio del gobierno brasileño tendrán que salir a buscar su sustento del día a día.

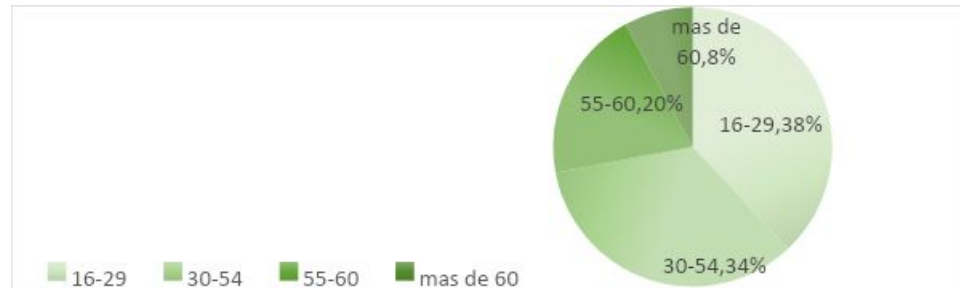
Pero al mismo tiempo, en el gráfico 1 se observa un buen dato al ver que el 38% están en las edades de 16 - 29 años, confirmando así la investigación de Triana (2019) donde afirma que las tecnologías o innovaciones son rápidamente absorbidas por los jóvenes rurales aseverando que el pequeño productor necesita tecnificación y productividad en sus culturas permitiendo

³ Programa de Pós-Graduação em Política Social. Acesso: <<http://www.politicasocial.unb.br/>>

⁴ Primeramente, es importante afirmar que el 100% de los encuestados declararon su consentimiento para participar en este estudio, aceptando los términos de uso de sus datos en esta investigación.

mejorar sus ingresos y su nivel de vida teniendo como consecuencia, mitigación de la migración de la población rural a las ciudades (CARNEIRO, 1997).

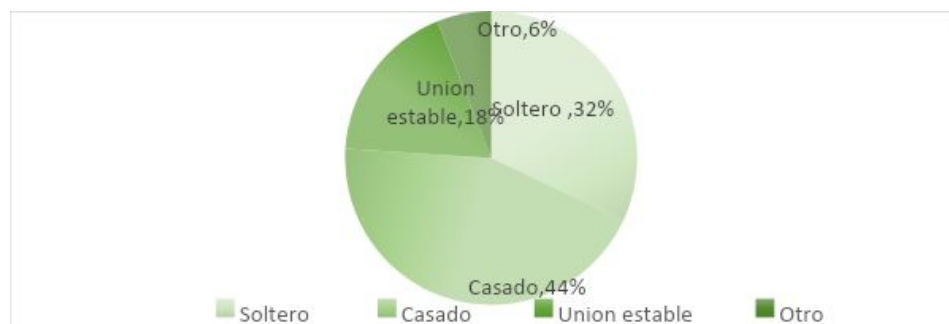
Gráfico 1 Edad de los participantes en años.



Fuente: Autores

Por otro lado, en el gráfico 2, se analiza el estado civil de los agricultores familiares en los asentamientos de la ciudad de Goiás. Observando que el 44% son casados, el 32 % son solteros, el 18% unión estable.

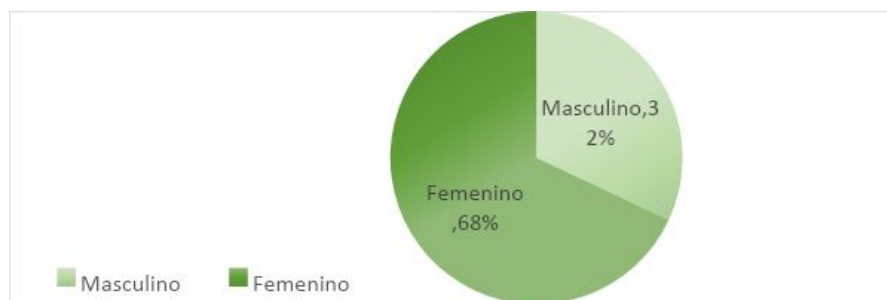
Gráfico 2 Estado civil de los agricultores familiares.



Fuente: Autores

En el gráfico 3 se analizó el sexo en los agricultores, siendo predominante el femenino con el 68% , y el masculino 32%, siendo este un dato interesante de que las mujeres predominen, teniendo divergencias justamente con pesquisas como la de Stropasolas (2006, p. 17) donde señala que "las diferencias de género, las relaciones sociales generacionales y los patrones culturales asociados con problemas estructurales aún no definidos en los espacios rurales causan invisibilidad y la eliminación de la sociedad rural especialmente la mujer" como otras influencias a considerar, en otras palabras, la reducción del universo femenino rural, la ausencia de una voz, de expresión social en el mundo rural.

Gráfico 3 Sexo de los agricultores familiares.



Fuente: Autores

En el cuadro 2 se ilustra la distribución de la morada de los agricultores entrevistados en los asentamientos del municipio de Goiás teniendo en primer lugar la Holanda con un 60% después Baratinha con un 14%, seguido de Engenho Velho con 6 % y Varjão con el 6% y por fin Mata do Baú y São João do Bugre con el 2% cada uno respectivamente.

Cuadro 2 Datos de los asentamientos donde residen los agricultores familiares encuestados.

Asentamiento	Porcentaje de residentes
Asentamiento Holanda	60%
Asentamiento Baratinha	14%
Asentamiento Dom Tomás Balduino	10%
Asentamiento Engenho Velho	6%
Asentamiento Varjão	6%
Asentamiento Mata do Baú	2%
Asentamiento São João do Bugre	2%

Fuente: Autores

Como se muestra en el gráfico 4, el 64% de los encuestados trabaja actualmente y el 34% dijo que no trabaja. Parece que, del 34% que declararon que no trabajan, así como del 2% que tal vez trabajan, está compuesto por diferentes grupos de jubilados, trabajadores domésticos, es decir, madres de familia de hogar que como no es trabajo remunerado, consideran que no trabajan. Además, los trabajadorxs rurales que venden excedentes de producción para el consumo y debido a que no es un ingreso fijo, consideran que no trabajan, en base a una concepción ideológica hegemónica en la sociedad del trabajo asalariado.

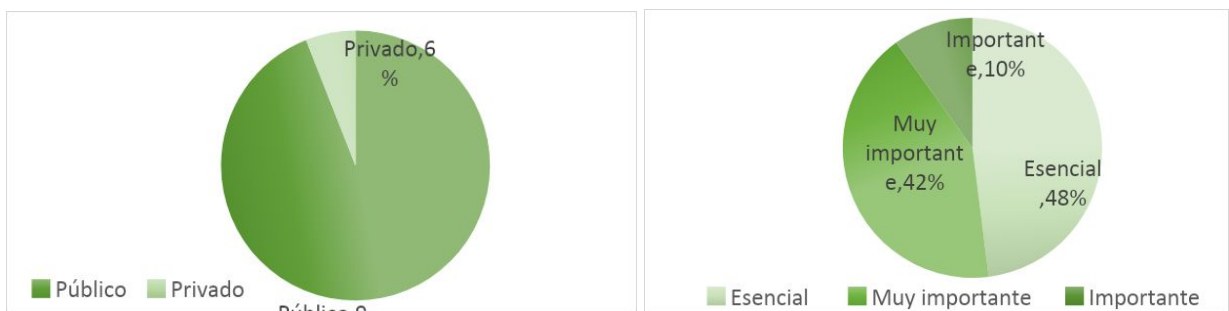
Gráfico 4 Actividad de los trabajadores rurales.



Fuente: Autores

En el gráfico 5, el 94% de los encuestados tienen acceso a la salud a través del Sistema Único de Salud (SUS) de Brasil. Mientras que el 90% de los entrevistados consideraba que el acceso al SUS era esencial o muy importante para todos los miembros de la familia. El 10% considera que la garantía de acceso a la salud pública es importante. Ante esto, lo que contrasta con el perfil económico de los entrevistados, a quienes el 96% recibe hasta 2 salarios mínimos, de los cuales el 58% tiene un ingreso de hasta la mitad del salario mínimo, lo que a su vez resalta la importancia de brindar servicios como asistencia de salud pública. Como señalaron los propios entrevistados, garantizar el acceso al SUS libre y universal es de suma importancia para los trabajadores agrícolas familiares, cuya población está compuesta principalmente por trabajadores de bajos ingresos.

Gráfico 5 Percepción sobre la importancia del acceso a los servicios del Sistema único de salud.



Fuente: Autores

En el gráfico 6 se puede ver que solamente el 25% recibieron el auxilio de emergencia, el 26% se inscribió, pero aun no recibió y el 49% no recibió el auxilio de emergencia, observando aquí problemas, debido a que es una población extramente importante para recibir el auxilio ya que el 96% cumplen con el requisito básico que son sus ingresos financieros, donde el 58%

reciben hasta medio salario mínimo, el 10% entre 1/2 a 1 salarios mínimos y el 28% de 1 a 2 SM. Cabe destacar que si la OMS (2020) recomienda que el aislamiento sea la mejor opción de combatir el virus, estos agricultores no van a poder respetar esto porque no tendrán dinero para alimentar su familia y pagar las despensas de la casa.

Gráfico 6 Recibió ayuda de emergencia del gobierno e ingresos financieros de los agricultores familiares.



Fuente: Autores

A los entrevistados se les preguntó cuáles eran las principales perspectivas de los impactos del auxilio de emergencia en esta pandemia siendo los más predominantes los siguientes:

- *Es importante en este momento porque hay muchas personas que vienen a vender sus productos en la ciudad donde generan sus ingresos mensuales, para evitar que se prohibieran las ventas de aglomeraciones.*
- *Es una ayuda para las familias necesitadas, porque durante los períodos de aislamiento no tienen ingresos para satisfacer las necesidades básicas.*
- *Muy importante, para la clase trabajadora que necesita trabajar todos los días para mantenerse.*
- *Muy importante porque las personas no tienen trabajo y no reciben ayuda de gran importancia para los necesitados.*
- *Esto es gran ayuda para aquellos que realmente lo necesitan, de hecho, esta asistencia es un derecho de la población brasileña (especialmente los pobres) porque pagamos altos impuestos sobre todo lo que consumimos, ayudará a muchas familias a poner comida en la mesa porque con la cuarentena, muchos trabajadores dejaron de recibir su dinero.*

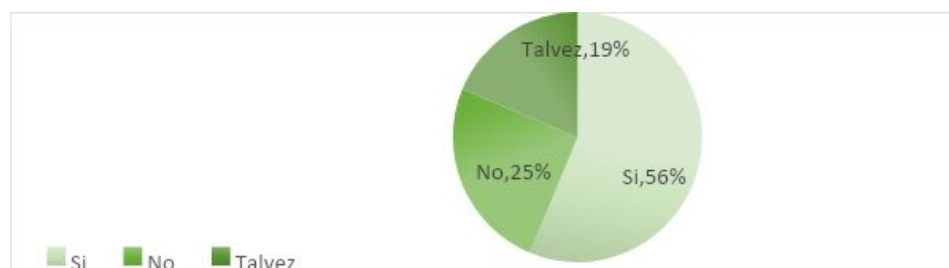
- *Muchas personas no tienen trabajo y estas personas están teniendo dificultades solicitar esta ayuda.*
- *Creo que es importante para la supervivencia de aquellos que están sin empleos.*

Con la respuesta de los agricultores se observa que ellos pretenden cumplir la cuarentena, pero en algunos casos se tiene el dilema “Si no trabajo no como”, entonces es de gran importancia que el gobierno brasileño diseñe estrategias que permitan ayudar de manera más efectiva para atender la población vulnerable y abrir esta posibilidad a la población del campo.

Por otro lado, en el gráfico 7 se observa que la pandemia llegó parcialmente, porque el 56% no está sintiendo falta de los suministros agropecuarios y tampoco dificultades para vender sus productos, solamente el 19% están notando la crisis sanitaria, pero esto es un índice para que los alcaldes miren la importancia del campo, porque sin campo no se come en la ciudad.

Por tal motivo, es importante informar que el sector agroalimentario ha sufrido varias transformaciones y ha sido objeto de gran atención pública en los últimos años. Los consumidores, los encargados de formular políticas públicas, los grupos de defensa del medio ambiente y otras partes interesadas en el sector alimentario están presionados por cadenas de suministro transparentes que integren procesos prácticos que estén anclados en los principios del desarrollo sostenible (económico, ambiental y social). En este sentido, es importante aplicar el debate sobre las cadenas agroalimentarias sostenibles estructuradas en las estructuras locales de producción y consumo se ha abordado en gran medida en la actualidad, habiendo desafíos y oportunidades para estructurar cadenas agroalimentarias sostenibles en sistemas locales durante y después de la pandemia.

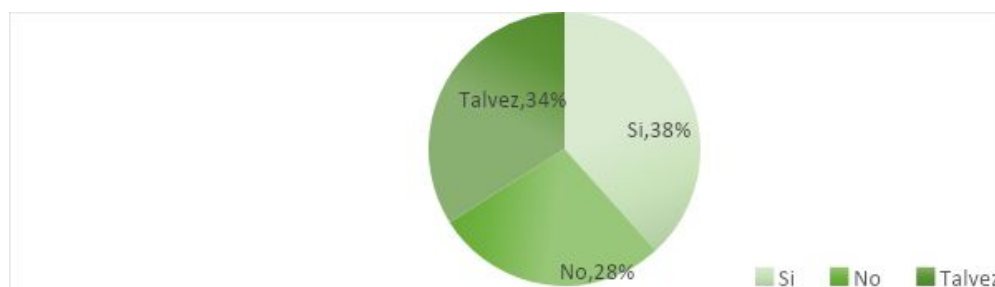
Gráfico 7 Suministro de insumos adecuados para procesos agrícolas y venta de productos agrícolas.



Fuente: Autores

En el gráfico 8 se preguntó: al recibir la ayuda ¿está logrando respetar la cuarentena al quedarse en casa y pagar sus gastos?, donde el 38% está respetando la cuarentena, el 34% se queda en casa, pero sale algunas veces y el 28% no está respetando el aislamiento social porque el dinero no les alcanza para comprar las cosas básicas de la casa, siendo un problema, ocasionando infectados en masa ya que el virus covid-19 es altamente contagioso (OMS, 2020).

Gráfico 8 Con la ayuda, ¿está logrando respetar la cuarentena al quedarse en casa y pagar sus gastos?



Fuente: Autores

Por otro lado, Brasil es uno de los países más desiguales del mundo, con una gran concentración de riqueza en manos de unos pocos. Los investigadores proponen gravar las grandes fortunas, es decir, cobrar más impuestos a los más ricos, redistribuir los ingresos, ¿está a favor? A esta pregunta el 96% está a favor y el 4% no está a favor.

Por otro lado, se les pregunto, que, como estrategia para enfrentar este problema de salud pública, los investigadores proponen el establecimiento de un Ingreso Básico Universal, indefinidamente, hasta que se encuentre una solución práctica para la Pandemia de Covid-19, una vacuna. ¿Estás a favor?, el 100% está a favor.

CONSIDERACIONES FINALES

En primer lugar, es importante destacar nuevamente que fueron entrevistados agricultores familiares que viven en las áreas rurales de los asentamientos de la ciudad de Goiás Velho, del estado de Goiás teniendo algunos criterios como, mayores de 18 años y que sus propiedades estén dentro de las zonas rurales del municipio de Goiás, la trayectoria de estos es agricultura de escala corta, osea agricultura de subsistencia, esto es confirmado en este estudio debido a que el 58% reciben hasta un salario mínimo, y por esto fue la importancia de la investigación que fue conocer impactos de la ayuda de emergencia creada por el gobierno brasileño con el fin de enfrentar la crisis de salud en Covid-19 en respuesta, al problema público de la pandemia y sus reflejos en la

población rural donde se considera que estas medidas gubernamentales en la aplicación de políticas públicas para la crisis del covid-19 deben ser anticíclicas y no contractivas.

La investigación demostró que el escenario actual presenta diferentes dificultades para los agricultores familiares, dado que es necesario reforzar las iniciativas del gobierno que buscan fortalecer este importante sector. La producción y comercialización de alimentos puede correr riesgos, debido a las crecientes preocupaciones en torno a la covid-19. Por otro lado, es importante recordar que la agricultura familiar y el territorio evolucionan juntos, en torno a las dimensiones económicas, políticas, sociales y culturales, por lo que es esencial apoyar acciones que promuevan la seguridad alimentaria y la generación de oportunidades de trabajo rural, valorando el conocimiento local y construyendo redes familiares y comunitarias.

Es importante resaltar que la OMS (2020) afirma que la cuarentena es la mejor estrategia para combatir el covid-19 pero esto es una indignación social, por el simple hecho de crear políticas de cuarentena sin dar garantías de trabajo al pueblo, ocasionando así catástrofes y furias sociales provocando revueltas distinguen una falsa separación entre la economía, trabajo y salud parando así la producción de las riquezas del mundo, comprendiendo la importancia de la explotación y superexplotación de la fuerza de trabajo. Por tal motivo, es indispensable que el gobierno brasileño de garantías firmes y fuertes a las clases trabajadoras rurales.

La acción comunitaria o de las clases trabajadoras rurales se relacionan constantemente generando una sincronía social, política y económica, ya que el primero corresponde a unas relaciones diversas entre los miembros que la sustentan, el segundo posibilita la acción de decisiones priorizadas en base a unas necesidades sentidas tanto individuales como colectivas que conllevan a la transformación del entorno y la última sus ingresos para el consumo del hogar y aumento del capitalismo.

Esta postura constituye un debate abierto que posibilita el desarrollo de otro análisis crítico y reflexivo en la intervención social que pueden nombrar temas que impacten la sociología, la antropología y la educación.

Los resultados de la investigación muestran que es necesario llevar a cabo un plan de contingencia para albergar las clases trabajadoras rurales considerando que el 25% recibió el auxilio de emergencia del gobierno brasileño, pudiendo afirmar que son programas ineficientes

debido a la frágil cobertura y difícil acceso y manipulación. Por otro lado, la investigación apunta a un problema importante, porque, aunque el 96% cumple con el requisito básico, según el criterio financiero, el 49% no recibieron aun primeramente por los procesos burocráticos, también porque no tiene registro único, no hay acceso a internet en las áreas rurales

Se enfatiza la importancia de establecer un ingreso básico universal, durante todo el período de caos pandémico, financiado con recursos del Estado. La financiación de una política social amplia, que se propone, con el establecimiento de un ingreso básico universal, por un período indefinido hasta el control de la crisis de salud, es necesaria para garantizar la existencia mínima de la persona humana.

Finalmente, se sugiere que los estudios futuros continúen contribuyendo a profundizar en el conocimiento sobre las clases trabajadoras rurales y el establecimiento de mejores condiciones de vida en el campo, siendo importante identificar las heterogeneidades internas de estos grupos, considerando las diferencias de la explotación y superexplotación.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Behring, E. R. (2010). Crise do capital, fundo público e valor. *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 13-34.

Behring, E. R. (2008). Acumulação capitalista, fundo público e política social. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 44-63.

Boschetti, I. (2010). Os custos da crise para a política social. *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 64-85.

Carneiro, M. J. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos sociedade e agricultura*.

Castilla, E. (2020). *Economia ou saúde: uma falsa dicotomia para silenciar o crime sanitário do capital*. BLOG ESQUERDA DIÁRIO – Dossiê Pandemia, Crise Capitalista e Conjuntura Nacional. Disponible en: <http://esquerdadiario.com.br/Economia-ou-saude-uma-falsa-dicotomia-para-silenciar-o-crime-sanitario-do-capital>. Acesso el 12 de abril del 2020.

Cutrim, I. A., & Sefair, C. (2020) A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro: As Reformas, as Mulheres e a Cidade. *PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, 3(10).

Da Redação (2020). Ibovespa cai 13,9% e já acumula queda de 38% em 2020. Revista Exame. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mercados/ibovespa-abre-em-queda-e-pode-ter-negociacao-paralisada/>. Acesso em 12 de abril del 2020.

França, C. G., Del Grossi, M. E., & de Azevedo Marques, V. P. (2010). A agricultura familiar faz bem ao Brasil.

Google maps. (2020). *Mapa del municipio de Goais*. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso el 25 marzo del 2020

Brasil-Governo Federal. (2020) *Governo anuncia liberação de R\$ 200 bilhões para a saúde e a manutenção de empregos*. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/governo-anuncia-liberacao-de-r-200-bilhoes-para-a-saude-e-a-manutencao-de-empregos>. Acesso el 25 abril del 2020

IBGE. Censo IBGE (2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>, Acesso el 24 Abril del 2020.

Machado, J F. *Entrevista de los assentamentos del município o de Goiás*. Junho/2020.

MBEMBE, Achille.(2016) *Necropolíticas*. Tradução de Renata Santini. Arte e ensaios. Edição nº 32 da Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro.

Martins, C. E. (2020) *O Brasil na geopolítica mundial da Covid-19 e do caos sistêmico*. BLOG MARXISMO21 – Dossiê Pandemia, Crise Capitalista e Conjuntura Nacional. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/09/o-brasil-na-geopolitica-mundial-da-covid-19-e-do-cao-s-sistêmico/>. Acesso em 20 de Abril del 2020.

OMS- Organización mundial de la salud. (2020) Covid-19. 2020. Disponível em <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>. Acesso el 25 abril del 2020.

Ploeg, J. D. (2009). Sete teses sobre a agricultura camponesa. In *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* (No. Especial, pp. 17-32). sn].

Sampaio Junior, P. A.. (2020) “*A generosidade com o capital contrasta com o absoluto pelo ser humano*”. BLOG MARXISMO21 – Dossiê Pandemia, Crise Capitalista e Conjuntura Nacional. Disponível em: <https://www.correiodadania.com.br/34-artigos/manchete/14111-brasil-diante-do-corona-a-generosidade-com-o-capital-contrastando-com-o-absoluto-descaso-pelo-ser-humano>. Aceso en 23 de Abril de 2020

Salvador, E. (2010). Crise do capital e o socorro do fundo público. *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 35-63.

Salvador, E., & Teixeira, S. O. (2014). Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. *Revista de Políticas Públicas*, 18(1), 15-32.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., Lucio, P. B., Valencia, S. M., & Torres, C. P. M. (1998). *Metodología de la investigación* (Vol. 6). México, DF: Mcgraw-hill.

Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). Unidade 2–A pesquisa científica. *Métodos de pesquisa*, 1. V. 1.

Souza, M. Os custos sociais de uma pandemia. *Revista USP*. 2020. Disponible en <https://jornal.usp.br/atualidades/os-custos-sociais-de-uma-pandemia/>. Acesso en 23 de Abril de 2020

Stropasolas, V. L. (2002). *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC*. v1.

Triana, R. J. L. (2019). *Campo ou cidade: influências sobre a escolha dos jovens rurais granadinos no estado do Meta, Colômbia*. Disertación de Maestria em Agronegocios. Universidad de Brasilia. Brasil.

Wid World. (2015). *Inequality Data Base. The Global Inequality Database*. Disponible en: https://wid.world/es/compartir/#0/countries/timeseries/sptinc_p99p100_z/US;FR;DE;CN;ZA;GB;WO/2014/eu/k/p/yearly/s/false/5.487/30/curve/false/country. Acesso el 28 marzo de 2020.

ANEXO I

QUESTIONARIO AUXILIO EMERGENCIAL- COVID-19

Esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar os impactos do auxílio emergencial destinado pelo governo na Cidade de Goiás (GO), no Brasil, com vistas à viabilizar a quarentena para as pessoas em maior vulnerabilidade social, com menor nível de renda, ocasionada pela nova pandemia covid-19. Buscando identificar qual a relação do auxílio na vida dos moradores dos assentamentos rurais. Este questionário, tem seu foco nos moradores das zonas rurais obtendo informações para gerar um artigo científico dos pesquisadores Gláucia Maria Ribeiro De Souza e Jorge Luis Triana Riveros da Universidade de Brasília.

1. Sua participação neste questionário consistirá em responder algumas questões sobre o auxílio emergencial. As perguntas terão uma duração de mais ou menos 8 minutos. Declara o consentimento para a participação neste estudo?

Sim _____ Não _____

2. Qual é sua idade?

16 a 30 ____ 30 a 54 ____ 55 a 60 ____ 61 acima _____

3. Sexo?

Mulher _____ Homem _____

4. Qual é seu estado civil?

5. Em qual assentamento você mora?

6. Você trabalha atualmente?

Sim _____ Não _____

7. Qual é sua renda atualmente?

Até 1/2 Salário mínimo _____ 1/2 a 1 Salários mínimos _____ 1 a 2 Salários mínimos _____
2 a 3 salários mínimos _____ mais de 3 salários mínimos _____

8. Qual é sua principal forma de acesso aos serviços de saúde?

Privado _____ Pública _____

9. Qual a importância do acesso aos serviços do SUS, para você e sua família?

Essencial _____ Muito importante _____ Importante _____ Não é importante _____

10. Você recebeu o auxílio emergencial do governo?

Sim _____ Não _____ Me inscrevi, mas ainda não recebi _____

11. O auxílio lhe foi de grande ajuda?

Sim _____ Não _____ Ainda não recebi _____ Talvez _____

12. Desde suas perspectivas quais são os impactos do auxílio emergencial na pandemia?

13. Mesmo com a nova pandemia, você está conseguindo fornecimento dos insumos para os processos agropecuários e venda dos produtos da propriedade rural?

Sim _____ Não _____ Talvez _____

14. Com o auxílio você está conseguindo respeitar a quarentena ficando em casa e pagando suas despesas?

Sim _____ Não _____ Talvez _____

15. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com grande concentração de riqueza nas mãos de poucos. Pesquisadores propõem taxar as grandes fortunas, ou seja, cobrar mais impostos dos mais ricos, para redistribuir a renda, você é a favor?

Sim _____ Não _____

16. Como estratégia para enfrentar esse problema de saúde pública, pesquisadores propõem o estabelecimento de uma Renda Básica Universal, por tempo indeterminado, até que se encontre uma solução prática para a Pandemia do Covid-19, uma vacina. Você é a favor?

Sim _____ Não _____

17. Sugestões

Expressões Artísticas e Culturais



PEDRA

Sergio Schargel¹

Sempre me falaram de resistência
E eu não sabia o que era resistência
“Resista garoto”
“Você precisa ser mais politizado.”
Até o momento que me tornei politizado
Me sentia culpado.
E, deus,
Deus que não mais acredito.
Como gostaria de não ter sido.

¹ Sergio Schargel é mestrando em Literatura pela PUC-Rio (PPGLCC) e mestrando em Ciência Política pela UNIRIO (PPGCP). Também pela PUC-Rio, é bacharel em Jornalismo e em Publicidade. Como literato, produziu e publicou contos, crônicas, poesias, peças e curtas. Foi um dos vencedores da edição 2019 do Prêmio Poetize. Sua pesquisa é focada principalmente nas relações entre literatura e política.

A agricultura familiar baiana: entre o sertão e o cotidiano

Textos e imagens de Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes¹

É comum caminhar pelo sertão baiano e se deparar com pessoas que de alguma forma mantêm vínculos com o campo. São pessoas que vivem e respiram a terra, a produção, o ato de plantar e colher. São pessoas que semeiam esperanças diárias de sonhos tão palpáveis para nós urbanos: a água. No Brasil a agricultura familiar tem aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos rurais familiares com uma ocupação de trabalhadores do campo de mais de 15 milhões de pessoas (IBGE, 2017)². Diante de tamanha importância, importa destacar que a agricultura familiar, para além de grande produtora de alimentos, faz parte de uma categoria social de fundamental importância para a vida das pessoas. São indivíduos que alimentam um país inteiro, sobretudo, por se firmarem como uma forma de agricultura que abastece as mesas dos brasileiros com mais de 70% dos alimentos produzidos pelo país.

Agricultores e agricultoras familiares são parte da história do Brasil. Esse povo tem forte representatividade social pela sua história de luta. São trabalhadores e trabalhadoras que dia a dia, sol a sol encaram com muito sacrifício a labuta do amanhecer no campo. Os desafios que esses trabalhadores do campo encontram os tornam cada vez mais fortes e sagazes por encontrarem estratégias de sobrevivências que possibilitem reduzir as barreiras que impõem muitas restrições às suas trajetórias sociopolíticas e de luta.

O trabalho fotográfico e documental que apresento aqui faz parte de um acervo de pesquisa deste pesquisador e tem como objetivo revelar o cotidiano desses trabalhadores e trabalhadoras do campo. A construção desse trabalho apoia-se na importância das trajetórias das lutas diárias do povo do sertão baiano. No processo de pesquisa, como apresentado nas imagens, é reforçada a importância das mulheres

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano e Fotógrafo autodidata. Graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Pós-graduado em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais (UFBA) e Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Email: mrcaetano@yahoo.com.br

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

agricultoras que trabalham no campo e são parte fundamental do caminhar das populações do campo. O trabalho aqui proposto não requer adentrar as discussões pertinentes às trajetórias de vida de cada um camponês, mas propõe, através de imagens, aguçar o imaginário do leitor a fim de propor reflexões sobre este povo.







Trabajadorxs y producción campesino-indígena familiar en la Amazonía boliviana: retratos del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS)

Marta Cerqueira Melo¹

Entonces, el cacao ahora que no lo tenemos estamos fregados, no? Porque por lo menos con eso vendemos. Lo principal que se trae de Trinidad es el aceite, el arroz [cuando no se lo cultiva], la harina, la sal. Esos son los más principales. Los demás los tenemos. Pero para conseguir el dinero, ahí está la situación. As veces hay que salir uno, ir a buscar trabajo por allá, por lo menos un mes, para hacer la platita para justamente atender a nuestros hijos, los útiles, ropas, zapatos, no? Toda esa situación es bien complicada para nosotros. Y eso es lo que sufrimos, no? No hay donde y hay que salir no más y buscar la forma. Así es.

Don Ovidio Teco, comunidad Gundonovia, TIPNIS.

Las fotografías aquí reunidas resultan del trabajo etnográfico realizado el año 2018 como parte de una investigación de maestría defendida en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (MELO, 2019). El trabajo fue realizado en el Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) con el apoyo, entre otros, de integrantes de las organizaciones políticas del territorio y su representación orgánica en el período – especialmente doña Marquesa Teco, presidenta de la Organización de Mujeres del TIPNIS y Fabián Gil, presidente de la Subcentral TIPNIS – a quienes reiteramos nuestro agradecimiento.

A través de los registros fotográficos aquí expuestos, se pretende retratar algo de las dinámicas de vida, trabajo y producción sostenible en esta parte de la Amazonía de Bolivia, que históricamente es presionada por la expansión de actividades extractivas madereras, hidrocarburíferas, cocaleras y la instalación de haciendas ganaderas.

Desde el año 2011 las presiones se intensifican, en razón del megaproyecto carretero Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, propuesto por la gestión del presidente Evo Morales (MAS), que debe atravesar el territorio y dividirlo en dos partes. La medida ha disparado un conflicto de proporciones multiescalares (local, regional, nacional, internacional) en torno al control del TIPNIS, poniendo en riesgo su integridad física, su inmensa biodiversidad y mismo la existencia de las comunidades indígenas que ahí viven.

En contraposición a esto, el enfoque aquí propuesto sugiere la reflexión acerca de los modos de vida, los saberes y las costumbres familiares, comunitarios, colectivos característicos a las poblaciones y etnias indígenas habitantes y dueñas de hecho de este territorio. Hemos dialogado con personas de las etnias yuracaré y mojeño trinitaria, residentes en las comunidades 27 de Mayo, Villa Carmen del Remanso, Gundonovia, Santa María y Nueva Canaán.

¹Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-Unicamp-PUC-SP). Mestra em Integração Contemporânea da América Latina. Bacharela em Humanidades. Email: marta018@hotmail.com.

En términos productivos, lo que se nota en las comunidades son dos dinámicas principales, a saber la de subsistencia – con el cultivo de plátano, yuca, arroz, maíz, frijol, así como la pequeña producción avícola, las actividades de pesca y la cacería - y otra más dirigida a la obtención de ingreso económico, sostenida sobretodo en el cultivo del cacao y la comercialización de sus almendras (pepitas). A pesar de eso, también se consume parte de lo que es producido mayormente para la venta (como el cacao, convertido muchas veces en chocolate), así como lo que es producido para fines de subsistencia es también comercializado, juntamente con otras producciones diversas (como artesanías).

Algunas actividades productivas más rentables económicamente fueron oficialmente estimuladas por el Estado, a través del Servicio Nacional de Áreas Protegidas – SERNAP y el Plan de Manejo Sostenible del área. Se destacan en eso el aprovechamiento sostenible del lagarto (Caiman yacare) y el cultivo del cacao. Para el acopio y venta de las almendras del cacao, se ha creado la Asociación de Chocolateros Sauce TIPNIS². Lo que se produce en el interior del TIPNIS en general es transportado en canoas o barcos, y comercializado en los centros urbanos prójimos, especialmente en la ciudad de Trinidad, capital del departamento del Beni. Este es también el medio de transporte utilizado por excelencia, de tal modo que la construcción de estas embarcaciones además de presentarse como ciencia y arte ancestrales, se presenta también como una actividad económica, desarrollada con base en el uso sostenible de los recursos forestales.

A través del proceso de investigación, de esa rica experiencia en el TIPNIS, las conversas y la convivencia con las personas que lo habitan, lo que se percibe es que la construcción de una carretera parece estar lejos de ser lo que efectivamente va a contribuir para la mejora de las condiciones de vida en el territorio – una vez que ha profundizado conflictos y conflictividades que histórica y actualmente lo impactan.

Dadas las condiciones objetivas de vida de las poblaciones del TIPNIS, en su buena parte residentes en comunidades ribereñas, las soluciones para los problemas que enfrentan parecen pasar más bien, entre otras cosas, por la elaboración y ejecución de planes de contingencia para los efectos de las inundaciones anuales - que dañan los cultivos comerciales y de subsistencia -, una mejor y permanente oferta de servicios de salud, educación, así como por la continuidad en las iniciativas de generación de ingresos a través del manejo y gestión sostenible del territorio.

Referência

MELO, M. C. (2019). *Dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul: uma mirada desde a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Instituto

² Estas iniciativas, sin embargo, fueron debilitadas por el conflicto en torno a la construcción de la carretera Villa Tunari-San Ignacio de Moxos sobre el TIPNIS y la consecuente fragilización de la institucionalidad del área, en función de los desacuerdos entre el Estado, las comunidades locales y sus organizaciones políticas.

Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, Brasil.



Figura 1: Embarcación con personas y sus mercancías en el Río Mamoré, sentido a Trinidad



Figura 2: Embarcación con personas y sus mercancías en el Río Mamoré, sentido a Trinidad



Figura 3: TIPNIS, Comunidad de Gundonovia. Doña Angela, integrante de la Asociación de Chocolateros Sauce TIPNIS y Don Ovidio Teco, ex-presidente de la Asociación Beniana de Productores de Cacao (ABPCACAO) y ex-presidente de la Asociación de Chocolateros Sauce TIPNIS, ambos a pelar yuca.



Figura 4: TIPNIS, Comunidad Santa María. Don Marcelino, ex-secretario de la Asociación de Chocolateros Sauce TIPNIS. A la izquierda, cultivos de arroz y maíz.



Figura 5: TIPNIS, Comunidad Santa María. Cultivos de plátano y varas de yuca para utilizarlas como semillas.



Figura 6: TIPNIS, Comunidad Santa María. Doña Marta, ex-integrante de la Asociación de Chocolateros Sauce TIPNIS y su familia.



Figura 7: TIPNIS, Comunidad Santa María. Maíz, plátano y la yuca cosechada temprano en razón de la inundación, para no pudrirse en el suelo



Figura 8: Charqui y chorizo de tapir al sol. Fuente de proteína que sustituye al pescado en tiempos de inundaciones. Comunidad Santa María, TIPNIS



Figura 9: TIPNIS, Comunidad Santa María. Doña Margarida y su esposo don Lucho, corregidor de la comunidad.



Figura 10: Proceso de cultivo del cacao y fabricación artesanal de chocolate en el TIPNIS. En la parte inferior izquierda, don Leoncio, de la comunidad Santa María, a moler los granos de cacao (llamados almendras o pepitas) ya fermentados y secados para hacer el chocolate.

